



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
GRUPO EXECUTIVO DE RECUPERAÇÃO
ECONÔMICA DO ESPÍRITO SANTO



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL INTEGRADO

REGIÃO PROGRAMA V - CACHOEIRO
DE ITAPEMIRIM

RELATÓRIO PRELIMINAR

VOL. I



INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
GRUPO EXECUTIVO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL INTEGRADO

REGIÃO PROGRAMA V - CACHOEIRO
DE ITAPEMIRIM

RELATÓRIO PRELIMINAR

ABRIL/1982

EQUIPE TÉCNICA

COORDENADOR

Pedro José Mansur

TÉCNICOS

Angela Maria Morandi

Bastian Philip Reydon

Carlos Alberto Feitosa Perim

Isabel Péres dos Santos

José Saade Filho

Marcelo Carneiro Santiago

Renato de Castro Gama

Roberto Garcia Simões

Sonia Maria Dalcomuni

AUXILIARES TÉCNICOS

Augusto César Gobbi Fraga

Heloisa Lima Herkenhoff

Luis Carlos de Almeida Lima

Rosemay Bebber Grigato

Tania Maria Crivilin

Yara Paiva

ASSESSORIA ESTATÍSTICA

Antonio Celso Rodrigues

1. INTRODUÇÃO	1
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS	4
2.1. METODOLOGIA	5
2.2. DESENVOLVIMENTO DE INDICADORES ESTATÍSTICOS	8
2.3. CARTOGRAFIA	25
3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA REGIÃO V	27
3.1. CONDIÇÕES NATURAIS	28
3.2. ESTRUTURA FUNDIÁRIA	33
3.3. SITUAÇÃO DA REGIÃO PROGRAMA V	40
3.4. PROGRESSO TÉCNICO	45
3.5. MERCADO DE TRABALHO	50
3.6. COMERCIALIZAÇÃO	95
3.7. POLÍTICA AGRÍCOLA	97
4. ANÁLISE DOS COMPLEXOS	102
4.1. INTRODUÇÃO	103
4.2. COMPLEXO - CAFÉ	105
4.3. COMPLEXO - PECUÁRIA	121
4.4. COMPLEXO - CAFÉ/PECUÁRIA	136
4.5. COMPLEXO - CANA	143
4.6. COMPLEXO - PECUÁRIA/MANDIOCA	147
4.7. COMPLEXO - PLERICULTURA	154
4.8. COMPLEXO - BANANA - BANANA/CAFÉ	158
5. CONCLUSÕES PRELIMINARES	166

1.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um relatório parcial, constituindo-se na primeira etapa da elaboração do PDRI da Região-Programa V, que engloba 21 municípios do Sul do Estado do Espírito Santo. Trabalho este, que deverá ser seguido de mais quatro PDRI's cobrindo as demais regiões do Estado do Espírito Santo.

O PDRI da Região-Programa V tem por objetivos:

- Um diagnóstico que permite espacializar as atividades produtivas da Região-Programa V e, em última instância, apreender o movimento de reprodução e expansão da economia da região, centrando a atenção, por razões óbvias, na produção agrícola. Noutras palavras, a compreensão das condições internas da produção e circulação de mercadorias, das condições externas ao processo, e das transformações em ambos os níveis, abrindo espaço para propostas de intervenção.
- A escolha de áreas (sub-espacos) dentro da Região-Programa V, para realização de estudos e pesquisas orientados no sentido da elaboração de intervenção pública, comprometendo os vários níveis de intervenção em uma ação integrada.
- A avaliação do conjunto de políticas especificamente voltadas para a agricultura de toda a região, permitindo uma avaliação mais precisa de seus efeitos e concluindo pela elaboração de proposta reorientadora/integradora do conjunto dessas intervenções.

O presente relatório parcial realiza o primeiro objetivo ao mesmo tempo que esboça a passagem para a realização dos demais. Cumpre ressaltar que a partir deste trabalho tenta-se uma nova metodologia. Esforços anteriores resultaram em trabalhos que se utilizam de variáveis para a região como um todo, dificultando extremamente a programação de intervenções localizadas.

Partindo do levantamento e análise de dados censitários, de pesquisa junto aos escritórios da EMATER e outras entrevistas suplementares, especializou-se a produção a nível de cada município, acompanhada de mapas referentes a vários indicadores para análise, mapas estes depois consolidados a nível regional (Vide anexos I e III).

A partir daí, e em sucessivos avanços pela via da análise, no sentido da agregação e aprofundamento da explicitação das articulações entre variáveis, chegou-se a uma conformação da Região V sob a forma de complexos de produção (ver item 2.1 e anexo III).

Retomando a análise a partir deste ponto, tendo em conta as políticas agrícolas, chegou-se, no mesmo movimento, à explicação do processo produtivo e à indicação do passo seguinte de elaboração, ou seja, os demais objetivos já citados.

A partir de uma dada estrutura fundiária, bastante pulverizada, até certo ponto determinante de todo o processo, e tendo em conta as condições naturais e a localização das culturas (seja dominantes, seja emergentes), avaliaram-se a nível geral e no interior de cada complexo, as questões decisivas do progresso técnico e das relações de trabalho.

Passou-se então para os dois grandes condicionantes fora de órbita da produção propriamente dita, ou seja, a circulação da produção (comercialização) e a intervenção estatal (políticas agrícolas).

O trabalho encerra-se com a apresentação-síntese das conclusões (ainda a nível preliminar, uma vez que o avanço do estudo certamente implicará em re-elaboração do próprio diagnóstico), e balizamento da etapa seguinte.

2.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

2.1.

METODOLOGIA

Os aspectos metodológicos que permeiam o presente trabalho são resultados de avaliações críticas de toda uma experiência de Planejamento no Estado, particularmente no que se refere à elaboração dos Planos Regionais realizados pelo Instituto Jones dos Santos Neves. O Espírito Santo está oficialmente dividido em cinco Regiões-Programa. Para cada uma delas foi elaborado um Plano Regional contendo o diagnóstico da Região e a proposição do plano propriamente dito, de que resultaram vários programas que posteriormente deveriam ser implementados através de projetos executivos.

Esta avaliação crítica tem como pano de fundo o entendimento do planejamento enquanto um processo. Ou seja, deve-se ter presente as interrelações entre os vários estágios do processo de planejamento (diagnóstico, formulação das políticas, elaboração e execução do plano) bem como, e principalmente, a progressiva reformulação do diagnóstico, da política de desenvolvimento, dos objetivos e dos instrumentos do plano.

O diagnóstico é fundamental para decidir o sucesso ou insucesso do processo que ele desencadeia. Não se quer dizer, no entanto, que um bom diagnóstico desencadeará, por si só um planejamento eficaz, mas certamente, este planejamento só se configurará como conseqüente na medida em que se dispuser de um bom diagnóstico. *Isto se dá pela simples razão de que apenas se pode planejar adequadamente aquilo que se conhece*¹.

Partindo deste ponto de vista, procedeu-se a uma revisão crítica da metodologia utilizada na elaboração dos diagnósticos das Regiões-Programas, uma vez que tais diagnósticos permitiam um entendimento extremamente limitado da dinâmica de reprodução da realidade estudada.

Assim, levanta-se uma primeira ressalva referente ao tipo de tratamento estanque da Região-Programa, que graças exatamente a esta visão fechada de cada Região, impede a apreensão e explicitação das várias articulações com o restante da economia capixaba e mesmo com o Brasil.

¹Tomás Szmrecsányi - *Alguns pressupostos teóricos do planejamento agropecuário*,

Um outro ponto crítico é a forma de utilização das informações estatísticas, onde são utilizados quase que exclusivamente os dados censitários, sendo a unidade menor o município como um todo. Desta forma, a análise qualitativa fica um tanto prejudicada na medida em que o município é tratado como um espaço homogêneo e além disso, as informações setorializadas esgotam-se em si mesmas não sendo possível detectar as várias articulações entre os diversos setores de economia.

Estas as principais críticas que se faz ao processo de entendimento da realidade estadual, além de que não se esgotam nesse aspecto os problemas que se apresentam ao processo de planejamento. Num outro nível, aparecem os problemas de ordem jurídica e institucional, onde a não articulação inter-órgãos estaduais setoriais e inter níveis de governo (federal, municipal e estadual) forma permanente a separação entre os que planejam e os que executam as ações, quer sejam as planejadas, quer sejam as decididas independente de planejamento.

Dito isto, passa-se agora a tratar efetivamente da metodologia delineada para o presente diagnóstico.

Em primeiro lugar, entende-se a Região-Programa enquanto um espaço que possui suas especificidades quanto à produção destacando-se a estrutura fundiária, as relações de trabalho e a comercialização, mas que guarda certas relações com o exterior, as quais se procurará detectar no desenrolar do estudo, quebrando-se assim a visão *fechada* da Região.

Em segundo lugar, procura-se romper com as amarras político-administrativas de cada município, através de dados estatísticos a nível de setores censitários. Cada variável então, é mapeada para toda a região a nível desses setores. Aqueles que possuem as mesmas características formam uma *mancha* homogênea que pode ou não extrapolar os limites municipais. O que importa na verdade é a delimitação das *manchas* a nível regional.

Sendo assim, a preocupação básica esta centrada na delimitação espacial dessas manchas, tendo presente que as principais variáveis são as atividades econômicas dominantes (complexos) e a estrutura fundiária. Estas irão delimitar o que se denomina os *Complexos*. As demais, ou seja, como

relações de trabalho, evolução do contingente populacional, uso da terra, comercialização servirão para caracterizar melhor esses complexos.

A noção de complexo surge, então, quando num determinado espaço, a atividade econômica dominante conjugada com a estrutura fundiária correspondente determina a forma de reprodução daquela economia, dado seu papel de principal responsável pela manutenção da população local, e em torno de qual gravitam as demais atividades.

O complexo pode ser formado por uma única cultura dominante ou por suas ou mais. No primeiro caso, fica claro que a cultura dominante é a grande responsável pela geração do valor, estando as demais numa posição quase que de subsistência. Neste caso, utiliza-se simplesmente a denominação Complexo, seguida da cultura (Ex. Complexo - Banana).

No outro caso, em que o complexo se define pela conjugação de duas ou mais culturas, tem-se duas possibilidades. De um lado, pode ser um Complexo Conivente, onde as culturas estão intimamente correlacionadas, ou seja, onde a existência de uma delas não implica no desaparecimento de outras. De outro lado, o Complexo Excludente, onde as culturas são até certo ponto combinadas, mas, por exemplo, a expansão de uma delas implica necessariamente na retração da outra.

Concomitantemente é importante analisar como se comporta a estrutura fundiária e como se conjugam em cada complexo os vários tamanhos de estabelecimentos (micro, pequeno, médio e grande).

As interrelações entre estes estratos bem como as relações de trabalho concernentes a casa um constituem o objeto principal de análise de cada complexo, como se verá adiante.

OBS: As manchas das culturas não coincidem necessariamente com os limites dos setores, uma vez que a sua delimitação é fruto da pesquisa junto aos escritórios regionais da EMATER e não diretamente de dados censitários.

2.2.

DESENVOLVIMENTO DE INDICADORES ESTATÍSTICOS

INTRODUÇÃO

Uma das questões centrais colocadas para o desenvolvimento do trabalho dentro da perspectiva ensejada, seria avaliar as possibilidades de utilização de estatísticas secundárias na delimitação do espaço analítico. Isto porque, conforme já visto, interessa antes de tudo, conhecer de que maneira se distribui no espaço as diversas formas de exploração agrícola, a atividade econômica que, em última instância, garante a sobrevivência desta ou daquela comunidade.

Este objetivo implica, de imediato, em isolar no universo considerado, no caso a Região-Programa 5, certas manchas homogêneas que, por suas características aparentes, possam vir a se configurar enquanto regiões econômicas; evita-se desta forma, todo um trabalho exaustivo de pesquisa direta que, nas atuais circunstâncias, é técnica e financeiramente inviável.

Isto cria, para a utilização de dados secundários, um pré-requisito técnico, já que a maioria das estatísticas disponíveis são agregadas por municípios e distritos, comprometendo, assim, a noção de espaço econômico contínuo, que, via de regra, não corresponde às divisões político-administrativas inter e intra-municipais.

Os dados cadastrais tipo INCRA, GECOF/EMESPE etc, que permitem reconstituir de forma pontual as estatísticas produzidas são de difícil acesso e, mesmo que fosse o contrário, consumiriam um volume enorme de recursos e tempo para a sua utilização satisfatória, sem contar que a sua comparabilidade com outros tipos de informação, com os Censos, por exemplo, é muito baixa, o que dificultaria qualquer tipo de controle estatístico, imprescindível a este tipo de estudo.

Resumindo, para que a utilização de estatísticas secundárias seja possível, na delimitação do espaço analítico, seria necessário encontrar um meio-termo entre os níveis extremos de agregação/desagregação: no caso, censos e cadastros.

Do material disponível, o que pareceu com mais condições de preencher os requisitos acima expostos, são as informações contidas na *Folha de Coleta do Recenseador*, instrumento de trabalho do IBGE utilizado no controle das atividades de campo do Censo Agropecuário, assim como uma possível estimativa preliminar dos resultados.

Esta *Folha de Coleta* registra, setor por setor censitário todos os estabelecimentos, segundo: área total; área de lavoura temporária e permanente; pessoal ocupado; número de tratores, de bovinos, de suínos e de aves; a condição do produtor e a propriedade das terras do estabelecimento.

As vantagens da utilização do Setor Censitário enquanto unidade de informação, seriam: sua reduzida dimensão; a comparabilidade inter-censitária; a possibilidade de agregação sem comprometimento dos limites político-administrativos municipais e a existência de informações recentes (dezembro de 1980).

1. FONTE DE DADOS BÁSICOS

Para desenvolvimento de Indicadores:

- . Boletim-resumo do Censo Agropecuário de 1980;
- . Folhas de Coleta, por setores, do Censo Agropecuário de 1980;
- . Boletim-resumo do Censo Demográfico de 1980;
- . Boletim-resumo do Censo Demográfico de 1970.

Para controle de consistência:

- . Censos Agropecuários de 1970 e 1975;
- . Censos Demográficos de 1960 e 1970;
- . Dados preliminares do Censo Agropecuário de 1980;
- . Tabulações avançadas do Censo Demográfico de 1980;
- . INCRA - Cadastro Preliminar de 1978.

Setor Censitário é uma divisão espacial estabelecida pela FIBGE para efeito de recenseamentos. Compreende uma fração do território municipal passível de ser coberta por um só recenseador (em média 250 domicílios). Esta divisão é denominada *malha censitária* e é ajustada a cada censo; por isso, sempre que se referir aos Censos Demográfico e Agropecuário de 1980, falar-se-á em malha 80 e quando aos censos de 1970 e 1975, em malha 70. A correspondência espacial entre as duas malhas, embora com alguns problemas, como se verá posteriormente, é sempre possível.

Cada recenseador, uma vez concluído o seu trabalho de campo, deve preencher uma folha de coleta, constando, para cada propriedade, os dados já mencionados que, por sua vez, são consolidados na agência municipal do IBGE em Boletins-resumo por setores censitários.

Apresentamos a seguir um exemplo de folha de coleta e de Boletim-resumo, sendo que, por razões de sigilo, não aparece nesta folha o nome de cada proprietário recenseado.

Estes foram os principais dados utilizados para elaboração dos indicadores, sendo que se dispõe também de um mapa para localização espacial dos setores. Os outros dados foram utilizados mais para controle e serão discutidos quando se falar da construção dos indicadores.

CENSO AGROPECUÁRIO - 1980 - FOLHA DE COLETA

MUNICÍPIO: ICONHA			DISTRITO: DUAS BARRAS				Nº DO SETOR: 8			
CÓDIGO		ÁREA DO ESTABELECIMENTO				PESSOAL OCUPADO	TRATORES	EFETIVOS DA PECUÁRIA		
PRODUTOR	PROPRIETÁRIO	SUPERFÍCIE	EQUIVALÊNCIA EM m ²	DE LAVOURAS				BOVINOS	SUÍNOS	AVES
				PERMANENTES	TEMPORÁRIAS					
4	1	3 Alq.	145.200	1,1	0,6	6	-	-	17	20
1	1	4,5 "	217.800	1	-	6	-	-	1	22
3	1	0,8 "	38.720	0,3	0,1	2	-	-	-	35
1	1	14,5 "	701.800	3,5	2	10	-	-	60	60
1	2	13 "	629.200	8,5	-	21	-	6	29	150
1	1	2 "	96.800	0,8	-	4	-	-	-	-
1	1	3 "	145.200	0,8	-	2	-	-	-	-
1	1	5 "	242.000	2	1	2	-	-	-	-
3	1	1,8 "	87.120	0,8	0,3	6	-	-	-	55
1	1	5 "	242.000	0,5	0,5	2	-	-	-	-
1	1	17 "	822.800	1,5	-	8	-	22	-	-
3	1	0,5 "	24.200	0,3	-	2	-	-	4	-
1	1	5 "	242.000	0,7	0,3	5	-	-	-	-
1	1	1,1 "	53.240	0,4	0,1	2	-	-	-	-
4	1	4 "	193.600	1,8	-	4	-	-	-	-
1	1	1,2 "	58.080	0,7	-	2	-	-	-	-
1	1	8,5 "	411.400	1,5	0,8	7	-	-	15	115

*FONTE: FIBGE.

CENSO AGROPECUÁRIO - 1980 - REGIÃO CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

NOME DO MUNICÍPIO: CONCEIÇÃO DO CASTELO

DISTRITO NOME	SETOR		RESUMO DO CA. 2.03							
	NÚMERO 2	SITUAÇÃO 3	CA 2.01 9	CA. 2.02		PESSO AL OCÚ PADÔ 12	TRATO RES 13	EFETIVOS		
				QUESTIO NÁRIOS 10	INFOR MANTES 11			BOVINOS 14	SUÍNOS 15	AVES 16
Conc. do Castelo	1	1	22	-	-	70	-	104	137	410
	3	7	57	1	1	324	5	766	306	1.615
	4	7	86	-	-	394	5	361	586	4.190
	5	7	18	1	1	74	2	395	208	473
	6	7	54	3	5	477	6	852	303	1.592
	7	7	45	7	7	266	2	514	369	2.741
	8	7	67	6	8	357	2	716	755	4.489
	9	7	63	1	1	339	4	1.269	598	2.935
	10	7	51	1	1	247	-	900	203	1.783
	11	7	34	-	-	167	1	299	143	1.164
	12	7	73	3	3	421	-	524	304	3.124
	13	7	69	1	1	293	-	535	233	1.277
	14	1	30	-	-	141	12	22	278	64.534
	17	7	129	7	8	74	36	1.149	1.684	53.596
	18	7	84	2	4	483	17	929	934	309.244
	19	7	85	17	35	733	30	622	1.408	78.255
	20	7	52	3	7	315	11	342	354	52.112
	21	5	5	1	1	32	1	14	16	110
	22	7	49	4	4	237	11	197	255	23.480
TOTAL MUNICI PAL			1.073	58	87	6.074	145	10.810	9,074	527.214

2. TABULAÇÃO E ESTRATIFICAÇÃO DOS DADOS

Em geral, os dados foram tabulados exaustivamente por categorias absolutas e sō no caso da estrutura fundiária houve necessidade de estratificação, jã que nã constavam, por tamanho, nos Boletins-resumo, sendo necessãria a apuração direta nas folhas de coleta.

Um levantamento preliminar nas folhas de coleta C.A.1980, por amostragem, com cobertura aproximada de 8% dos estabelecimentos da Região-Programa, indicaram um grupo de 6 estratos de tamanho, com frequência e quivalente entre si, exceção feita ao estrato aberto + 150ha. Os estratos definidos foram:

- . Atē 10ha
- . De 10 a 20ha
- . De 20 a 50ha
- . De 50 a 100ha
- . De 100 a 150ha
- . + de 150ha

Esta estratificação, respeitando-se logicamente certas flutuações da amostra, corresponderia aproximadamente à distribuição real, segundo a dimensão das propriedades na Região. Note-se que se trata apenas de uma distribuição estatística, sem nenhum compromisso com certas noções normalmente utilizadas em distribuições de dados fundiários tipo minifúndio/latifúndio, etc.

3. A SELEÇÃO DOS INDICADORES - NECESSIDADES VERSUS LIMITAÇÕES

A questão que se colocava para a equipe no início deste trabalho era: que tipo de indicador, calculado sobre dados secundários, garantiria com um grau razoável de segurança, um conhecimento prévio acerca das especificidades intra-regionais?

A literatura específica disponível apontava para um grupo de 6 (seis) indicadores, a saber:

3.1. Migrações:

Este indicador, uma vez calculado, possibilitaria adquirir alguns conhecimentos acerca de certas características econômicas que, em geral, estão associadas aos movimentos de população, como estagnação, alteração do pólo de dinamismo nos diversos ramos do setor primário, etc., tendo em vista que os assentamentos populacionais são determinados pela forma de organização da produção, pelas alterações na alocação espacial e setorial de recursos e pela conseqüente distribuição desigual das oportunidades econômicas. Tratava-se, portanto, de estabelecer pontos de inferência e formulação de hipóteses que deveriam ser corroboradas junto aos técnicos da EMATER, nos vários municípios.

3.2. Estrutura Fundiária:

Embora seja desnecessário justificar a importância deste indicador, convém esclarecer que já se sabia desde o início, que os dados disponíveis não ofereciam informações seguras acerca da estrutura fundiária real, considerando-se os tamanhos de frações de áreas apropriadas pelos diversos proprietários individualmente, sendo, portanto, aconselhável sua leitura agregada ao indicador de posse da terra, caso se queira ponderar os valores de magnitude da apropriação do espaço.

3.3. Relações de trabalho:

Importava aqui conhecer de que forma se dava a alocação deste importante fator de produção nas suas variantes clássicas: mão-de-obra familiar,

parceria, e as várias formas de assalariamento.

3.4. Uso da Terra:

Dimensionando, se possível, o percentual da área utilizada em lavouras permanentes, temporários, pecuária de corte e leiteira, reflorestamento, descanso, metas e florestas naturais, bem como as terras inaproveitadas e inaproveitáveis.

3.5. Posse da Terra:

Pelas razões já discutidas anteriormente, este indicador deveria indicar não só a condição -efetiva ou transtória - da posse da terra, bem como isolar de forma completa as propriedades não exploradas pelos próprios proprietários.

3.6. Culturas:

Zona rural foi tomada aqui mais como um espaço onde se processa uma exploração agro-pecuária, do que como um limite físico-político e mesmo dissociada da noção clássica de setor primário da economia, pois neste caso, haveria que se considerar dados extrativos minerais e animais. Estas atividades seriam observadas no estudo campo. Entretanto, não foi possível localizar internamente aos municípios, os dados sobre culturas, sendo, neste caso, restringida a análise sobre a atividade econômica às informações colhidas junto às agências da EMATER-ES.

4. CRITÉRIOS DE PADRONIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO

Padronizar um indicador significa estabelecer elementos comum de comparação, já normalizá-lo significa estabelecer um padrão de julgamento que permita inferir o grau de diferenciação existente em relação ao seu consequente grau de qualificação.

Considerando-se que o objetivo final seria agregar vários setores de características semelhantes, de modo a permitir a formação de manchas visando a pré-regionalização, a única forma correta de padronizá-los seria estabelecer uma relação entre as frequências encontradas para cada variável em cada setor censitário, com as mesmas frequências por variável afim no todo da Região-Programa. A interpretação destes indicadores (normalização), com excessão do indicador migrações (neste caso também, para padronização), será efetuada então, sobre a dominância encontrada em cada setor. Esta noção de dominância será discutida em capítulo próprio e a excessão do indicador migrações, será vista a seguir no capítulo em que se discutirá a construção de cada indicador.

5. CONSTRUÇÃO DOS INDICADORES

5.1. Migrações:

Considerando-se o marco referencial anteriormente delimitado, a questão migratória será restringida à análise dos saldos brutos ocorridos no período inter-censitário 1970/80 e o nosso índice será calculado:

$$Pi_{80}/Pi_{70} \times 1.25$$

Sendo:

Pi_{80} = População do setor censitário i em 1980

Pi_{70} = População do setor censitário i em 1970

1.25 = Taxa de crescimento médio vegetativo da população, considerando-se uma taxa anual de natalidade de 30,5% e uma taxa anual de mortalidade de 8,3%.

Deste modo, $Pi_{70} \times 1.25$ = População esperada em 1980 (PE_{80}), o que significa:

$$Pi_{80}/PE_{80}$$

Vale dizer, uma relação entre a população existente em 1980 e a esperada para o mesmo período.

A conversão dos perímetros entre as malhas censitárias de 1970 e 1980 foi estabelecida segundo as normas contidas no documento CD 7.02 do IBGE. Ocorre que, em alguns casos em que se procedeu a divisão de algum setor da malha 70 em dois ou mais na malha 80, não há como se saber qual a fração de população que estaria originariamente em um ou outro setor da malha 80. Neste caso se efetuou a agregação dos vários setores originários de um mesmo setor da malha 70.

Considerando-se que este tipo de indicador, pela forma que foi desenvolvido, não admite grandes precisões, pois trata-se de um índice genérico calculado sobre períodos estanques, sub-divisões e agregações no espaço de referência, com uma taxa de crescimento vegetativo médio e um processo de cálculo que não comporta observação contínua, decidiu-se padronizá-lo em apenas três níveis.

1. Áreas de expulsão:

De 0,1 a 0,7; seriam os setores cuja população tivesse diminuído entre 30 e 90%, o que indicaria desde estagnação até renovação econômica com substituição da atividade tradicional por outras, poupadoras de mão-de-obra. Este primeiro nível foi dividido em dois subníveis (até 0,40 e 0,40/-0,70) que indicam os graus de expulsão.

2. Áreas estabilizadas:

0,71 a 1,1; seriam os setores cujo nível de expulsão ou de atração serviriam apenas para manter em equilíbrio o efetivo populacional existente.

3. Áreas de atração:

Acima de 1,1; seriam os setores em crescimento, o que indicaria reincorporação produtiva ou mesmo exploração do tipo *fronteira agrícola*. Este

nível também foi subdividido em baixa (até 2,0) e alta atração (acima de 2,0).

5.2. Estrutura Fundiária:

Preliminarmente, convém ressaltar, conforme já frisado no item 3.2, que se tratará aqui de um indicador de *Estrutura Fundiária Aparente*, pois a conceituação de estabelecimento rural adotada pelo IBGE privilegia a posse, e não a propriedade do estabelecimento. O indicador posse da terra, também calculado permite avaliar de forma aproximada o grau de concentração fundiária.

Admitindo-se a noção de *estrutura fundiária aparente*, admite-se por conseguinte que, ao menos enquanto hipótese de trabalho, que estabelecimento é igual a propriedade, o que de fato não ocorre. Entretanto, este processo já dá uma idéia bem aproximada da situação, posto que a maioria dos estabelecimentos é explorada pelos próprios proprietários.

O nosso indicador deve considerar por setor, o número de propriedades segundo a sua dimensão, associada à área total ocupada. Como a área ocupada tende a privilegiar as propriedades maiores, assim como o número de estabelecimentos privilegia as menores, optou-se por manter os dois indicadores. Desta forma, foi calculada a participação de cada estrato de área no setor, seja quanto ao total de propriedades, ou à totalidade da área ocupada:

$$\frac{a_j \cdot x}{\Sigma a},$$

que seria a proporção de estabelecimentos do estrato i no setor x , em relação ao total de estabelecimentos na Região-Programa.

5.3. Relações de trabalho:

A única informação existente nas folhas de coleta do Censo Agropecuário de 1980 era o número total de pessoas ocupadas por propriedade e, consequentemente, por setores e municípios. Nada existe acerca das relações de trabalho, de modo que foi necessária, neste caso, a adoção de procedi

mentos indiretos para o cálculo do indicador, sendo que neste caso, não será oferecido o número absoluto, mas sim a dominância provável.

Partiu-se, para estas inferências, de uma premissa básica. a de que o tipo de relação de trabalho estaria associado, por um lado, ao tamanho da propriedade e, por outro ao tipo de exploração desta mesma propriedade (uso da terra).

Para tanto, teria que se estabelecer uma relação de dependência, da seguinte forma: a variável Y (digamos, a relação de trabalho *parceria*, por exemplo), dependência das variáveis X_1 e X_2 (no caso, por exemplo, pequena propriedade e lavoura permanente) e o grau de influência destas duas variáveis exógenas sobre a primeira, no caso X_i ($i = 1,2$) sobre Y deve considerar o contexto sinérgico das variáveis explicativas (X_1, X_2), isto é, admitindo-se mútua influência entre essas últimas ou um efeito iterativo entre elas.

Os Censos Agropecuários de 1970 e 1975 demonstram diretamente esta dependência, de forma mais significativa para a estrutura fundiária, observando-se que:

- . No conjunto de estabelecimentos de até 10ha existentes na Região - Programa, 90% da mão-de-obra ocupada é exclusivamente familiar;
- . No conjunto de estabelecimentos entre 10 e 100ha, 93% da mão-de-obra está concentrada nos estratos *mão-de-obra familiar* e *parceria*;
- . A partir de 100ha, a frequência da categoria familiar vai para menos de 2% e a parceria para menos de 17%.

Vale dizer, segundo o princípio da causalidade, que a probabilidade de Y condicionada à ocorrência de Y_1 , supera a probabilidade de ocorrência de Y , isto é: $P(Y/X_1) > P(Y)$. O mesmo ocorre para X_2 $P(Y/X_2) > P(Y)$.

Comprovada a hipótese inicial, o problema consistiu em levantar, por setores censitários, o número de pessoas ocupadas segundo o estrato de ta

manho das propriedades e o uso do solo, indicando conforme a predominância de um ou de outro tipo, qual (is) seria(m) a(s) relação(ões) de trabalho mais provável (eis) de existir(em) no setor.

Sõ isso já daria grande segurança ao indicador; mesmo assim, resolveu-se proceder a dois tipos de controle. O primeiro, ainda de forma indireta, consistiu em: sabendo-se o número de pessoas ocupadas no município, estabelecer qual a proporção que representaria cada estrato de relação de trabalho para em seguida, confrontar com os dados de pessoal ocupado por setor, ligados à dominância encontrada. Existindo informações, por município, acerca da estrutura fundiária e do uso da terra, para 1970, 1975 e 1980 e de relações de trabalho para 1970 e 1975, calculou-se, em primeiro lugar o Índice de Transvariação de Gini, para se saber se haveria variação significativa, das variáveis exógenas X_1 e X_2 nos municípios que compõe a Região-Programa:

$$D = \frac{1}{2} \sum_{i=1}^m |f_i - g_i|$$

Sendo f_i e g_i as duas séries estatísticas, representando, em cada cálculo, 1970-1975 e 1975-1980.

O Índice de transvariação ou diferenciação de Gini tem as seguintes propriedades:

- a) $D \geq 0$
- b) $D \leq 1$

Em virtude da propriedade do valor absoluto de uma soma ser menor ou igual à soma do valor absoluto das parcelas, tem-se que:

$$\begin{aligned} \sum_{i=1}^m |f_i - g_i| &\leq \sum_{i=1}^m (|f_i| + |g_i|) = \\ &= \sum_{i=1}^m (f_i + g_i) = \sum_{i=1}^m f_i + \sum_{i=1}^m f_i + \sum_{i=1}^m g_i = 1 + 1 = 2 \end{aligned}$$

$$\text{Assim, } \sum_{i=1}^m |f_i - g_i| \leq 2$$

$$D = \frac{1}{2} \sum_{i=1}^m |f_i - g_i| \leq 1$$

c) $D = 0$, se e somente se $f_i = g_i$ ($i = \overline{1, m}$); isto é,

c₁) O índice de diferenciação é nulo;

c₂) As séries têm distribuição idênticas.

d) $D = 1$, se e somente se,

$$f_i = 0 \iff g_i \geq 0 \quad (i = \overline{1, m})$$

$$g_i = 0 \iff f_i \geq 0 \quad (i = \overline{1, m})$$

Em geral, a variação ficou em torno de 4%, o que é pouco, mesmo considerando-se uma certa rigidez na estrutura fundiária. Isto, na maioria dos casos, indicava que as proporções de representação de cada estrato de relação de trabalho no todo deveria ser mantida e, nos casos em que a transvariação foi expressiva, calculou-se o nível de dependência com a conseguinte ponderação pela fórmula clássica de Hellwig:

$$P_i = \frac{r^2 \cdot i}{1 + (m-1) d_j}$$

O segundo tipo de controle, este direto, consistiu em elaborar um mapa por setores para cada município, constando a dominância provável da relação de trabalho em cada setor para ser confrontada com o conhecimento dos técnicos locais da EMATER/ES.

5.4. Uso da terra:

A folha de coleta acusava, por propriedade a área total, a área de lavoura permanente e a área de lavoura temporária, assim como o número de cabeças de gado.

Neste caso só seria possível saber-se, por setor, o percentual da área utilizada em lavouras (temporárias e permanentes), o que era muito pouco. Como se conhecia o número de bovinos existentes, calculou-se por município, uma constante entre o número médio de bovinos por hectare, utilizando-se, para tanto, de dados do Cadastro Preliminar do INCRA/78 e da EMCAPA.

Nosso indicador considerou, então, enquanto uso da terra:

- % da área utilizada em:
 - . Lavoura permanente
 - . Lavoura temporária
 - . Pastagens
 - . Outros

Este *outros* abrange todo o resto (terras de lavoura em descanso, matas e florestas naturais e artificiais, terras inproveitadas e inproveitáveis).

5.5. Posse da terra:

Neste caso não se desenvolveu um índice na acepção técnica do termo mas apenas se calculou, por setores, quantos estabelecimentos eram explorados pelos proprietários e os que eram explorados por arrendatários, parceiros e posseiros, sendo que, em todos os casos, levantou-se além da condição do produtor em relação às terras do estabelecimento, a condição de propriedade das terras, se:

- . Individual
- . Em condomínio
- . Sociedade anônima
- . Do governo

- . De instituição pia ou religiosa
- . De cooperativas

Convém esclarecer que a condição parceiro que aparece para condição de produtor, refere-se apenas àqueles produtores que administram a sua parceria a modo de proprietário, sendo que os demais parceiros aparecem em quanto relação de trabalho. Em verdade, trata-se, no caso, de um tipo de arrendamento em que o pagamento se dá de forma variável.

6. A NOÇÃO DE DOMINÂNCIA

De posse desses indicadores, houve a necessidade de se representar no mapa estas especificidades inter-setoriais (setor aqui no sentido censitários) e, para tanto, foi preciso estabelecer um critério de dominância.

Segundo a definição adotada, seria dominante o estrato que obtivesse valor modal de distribuição e sub-dominante(s) o(s) seguinte(s) por ordem de importância, desde que o dobro da diferença de efetivo entre o 2º e o último elemento da classe fosse igual ou menor ao valor encontrado para o primeiro elemento. Caso contrário, não haveria sub-dominância.

7. A NOÇÃO DE REGIÃO HOMOGÊNEA PELA AGREGAÇÃO DE MANCHAS DE DOMINÂNCIA POR SETORES

Elaborados os mapas regionais por dominância, para cada variável considerada, foi efetivada uma superposição entre eles, de modo a se caracterizar certos espaços homogêneos. Isto implicava, na impossibilidade financeira de se utilizar processos mais elaborados, tipo conglomeração, em hierarquizar os dados existentes segundo o grau de importância para diferenciação intra-regional. No caso, optou-se pelos de culturas e estrutura fundiária, ficando as outras variáveis com uma função mais explicativa das especificidades internas das regiões adotadas. O mapa de culturas, como foi elaborado por outro processo, será discutido em capítulo próprio sob a rubrica Complexos.

No caso de estrutura fundiária (ainda aparente) como já se tinha, neste momento, uma visão mais apurada acerca das especificidades da região, procedeu-se a uma agregação dos estratos de tamanho, na forma seguinte:

- . 0-10ha continua 0-10ha = micro propriedades
- . (10-20ha) + (20-50ha) em 10-50ha = pequena propriedade
- . 50-100ha continua 50-100ha = média propriedade
- . (100-150ha) + (150ha e +) em + 100ha = grande propriedade

Neste caso, então, recalculou-se as **dominâncias** e se agrupou os setores censitários cuja dominância e/ou sub-dominância eram comuns, procurando-se garantir que, na mancha final assim obtida, ao menos 70% das propriedades pertencessem aos estratos ditos dominantes.

2.3.

CARTOGRAFIA

Tomando-se como base as Cartas do Brasil e os Mapas Municipais Estatísticos (MME) elaborados pelo IBGE na escala 1:50.000 referentes aos municípios abrangidos pela Região-Programa V, o que evitaria levantamentos próprios ao mesmo tempo em que se garantiria interfaces com os dados estatísticos elaborados pelo IBGE, que estão referenciados segundo esses limites e que servem de base estatística para os estudos desenvolvidos, procurou-se adequá-los a certas especificidades do objeto de estudo.

Embora o MME devesse se basear na Carta do Brasil, esta foi desenvolvida com base em levantamentos aerofotogramétricos sem maiores preocupações com a delimitação de fronteiras municipais. O primeiro, embora com esta preocupação, tem como suporte informações cartográficas menos precisas, o que provoca diferenças significativas de limites e de posicionamento de certos aspectos físicos ali referenciados.

Na impossibilidade de se excluir um ou outro, posto que, de um lado os dados estatísticos calculados têm como limites os setores censitários demarcados sobre a base cartográfica do MME e, de outro, as informações acessórias sobre localização de culturas, estradas etc., só podem ser referenciadas de forma precisa na Carta do Brasil, optou-se pela utilização excludente e hierarquizada dos dois instrumentos na forma a saber:

- 1) Todos os indicadores calculados com base nos dados do Censo Agropecuario de 1980, por Setores Censitários, foram localizados segundo sua distribuição espacial intra-municipal nos MMEs;
- 2) Todos os dados cujas fontes de informação fossem ou as agências municipais da EMATER-ES ou as prefeituras municipais (culturas, escolas, postos de saúde, etc), foram plotados na Carta do Brasil.

Isto para todos os municípios, ainda na base 1:50.000, sendo que, a hierarquização se deu pelo grau de importância que os instrumentos assumiriam na análise posterior. Esclarecendo, os setores censitários têm seus limites extremamente bem demarcados por acidentes geográficos e infra-estrutura física, como rios, estradas, etc., sendo que, quando transferidos para os MMEs absorvem, naturalmente, as falhas cartográficas existentes nestes mapas sem, contudo, que haja uma alteração real no espaço de referência; vale dizer, as 100 propriedades existentes no setor X que têm seu limite no rio Doce, continuam sendo 100 propriedades mesmo que os contornos do rio Doce estejam mal demarcados no MME. Quando da agregação dos dados contidos nos mapas municipais para o mapa regional, foram respeitados os limites e pontos de referência da Carta do Brasil, adaptando-se os dados do MME a esta Carta.

Evidentemente, seria impraticável adotar no contexto da Região-Programa, mapas em escala 1:50.000, dado o volume de papel que isto acumularia, o que implicou em efetuar-se uma redução dos dois tipos de carta utilizados por municípios (MME e Carta do Brasil) para 1:200.000, com a adaptação já descrita.

Acredita-se, que assim procedendo, torna-se possível, pela sobreposição dos mapas de indicadores (overlays), ter uma visão bem razoável do todo.

3.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA REGIÃO

3.1.

CONDIÇÕES NATURAIS

3.1.1. DIMENSÃO E LOCALIZAÇÃO

A região de Cachoeiro de Itapemirim localiza-se no extremo Sul do Espírito Santo, ocupando uma área de 9.982km², correspondente a aproximadamente 22% da área total do Estado.

Esta região conta com um total de 20 municípios. Entre as regiões do Estado é a que apresenta maior diversificação de paisagens naturais. Limita-se, ao Norte, com a Região de Vitória, a Oeste com o Estado de Minas Gerais, ao Sul, com o Rio de Janeiro e a Leste com o Oceano Atlântico.

3.1.2. RELEVO

O relevo sofre variações desde a do nível do mar, na Costa Atlântica até altitudes de 2.890m, no Pico da Bandeira, um dos mais altos do Brasil.

Nos deparamos com três grandes dominâncias a nível da formação geográfica:

- a) *Zona das Planícies Litorâneas*, com terrenos arenosos, se estende por toda faixa litorânea;
- b) *Zona dos Tabuleiros*, o relevo passa de plano a ondulado e montanhoso, está situado numa faixa estreita de terra, situado geralmente em cota inferior a 100m e se localiza entre o litoral (zona das Planícies Litorâneas) e o interior do Estado, numa faixa que se estende de Norte a Sul da região programa V - Cachoeiro do Itapemirim.
- c) *Zona Serrana*, se encontra em toda parte restante da região. Mais de 65% de sua superfície apresenta declividade superior a 30%. Esta alta incidência de terras íngremes tem facilitado o processo erosivo

do solo e tem dificultado a mecanização da agricultura em larga escala.

Relativamente à declividade, notamos que a área com declividade inferior à 30%, que se localiza na Zona dos Tabuleiros, abrange os municípios de Itapemirim e Presidente Kennedy, em quase sua totalidade, área onde encontramos a cultura da cana e da pecuária em complexo com a mandioca.

Localizamos declividades superior a 30% em mais da 75% da área dos municípios de: Divino de São Lourenço, Conceição do Castelo, Alegre, Dolores do Rio Preto, Muniz Freire, Muqui, Iconha, Atílio Vivacqua e Rio Novo do Sul, sendo que nestas áreas predomina o café, a pecuária de leite, aparecendo em menor extensão de área as culturas da banana e a olericultura.

3.1.3. SOLOS

De uma forma geral predomina o Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico, na zona serrana, este solo se caracteriza por ser profundo e de boa fertilidade. Estende-se por quase toda a região.

Ocorre com menor intensidade o Latossolo Vermelho Escuro (solo profundo, bem drenado e de boa fertilidade), e a Terra Roxa Estruturada (solo profundo com mais de 2m, bem drenado, de boa fertilidade, de cor arroxeadada). Na região desses solos encontramos predominantemente a pecuária de leite, seguida pelo café e também pela olericultura.

De forma mais dispersa encontramos outros tipos de solo menos férteis, solos ainda em formação, tais como: solos orgânicos (turfa), aluviais, brunos, litossolos - no geral são solos rasos, mal drenados, o que dificulta o bom desenvolvimento da agricultura principalmente de cultura de raízes mais profundas.

Como já apontamos, estes solos menos férteis se encontram em pequenas áreas dispersas por toda a região, podendo localizá-los em:

- Aluviais: na área da pecuária, no município de Itapemirim.
- Brunos: na área do complexo café-pecuária, ao Norte de Cachoeiro do Itapemirim e na área do complexo café-pecuária ao Sul de Cachoeiro do Itapemirim, limítrofe com Muqui e Atílio Vivacqua.
- Litossolos: em pequenas manchas, tais como: em Conceição do Castelo, na área do café; em Iúna, na área do café; nas áreas limítrofes entre Muniz Freire, Castelo, Cachoeiro do Itapemirim e Alegre, com café e com pecuária.
Em Cachoeiro, na pecuária (quase limite com Castelo); Em Atílio Vivacqua e Mimoso do Sul, no limite, na área de pecuária; e, em Rio Novo do Sul, na área do complexo banana-café.

3.1.4. CLIMA

Na Região Programa V - Cachoeiro do Itapemirim, devido a sua grande variação de altitudes, temos, conseqüentemente, grandes variações climáticas, que vão desde tropical (quente) com seca no inverno, nas áreas de baixada até o mesotérmico (brando) sem seca nas regiões mais altas.

O clima é definido em duas estações bem distintas, quais sejam: a estação chuvosa, ou das chuvas e a estação seca com duração máxima de 3 meses, podendo até inexistir em algumas áreas. A presença ou não de seca se aponta como a maior diferenciação climática.

A pluviometria, média anual, varia de 1.250 a 1.750mm, sendo que os meses de maior concentração de chuvas são os de novembro, dezembro e janeiro.

As temperaturas médias anuais variam de 18 a 23°C, de acordo com o relevo, ou seja, à Leste - área mais plana - a temperatura é mais elevada, esta temperatura vai decaindo conforme nos aproximamos da zona serra

na, à Oeste, podendo-se chegar a médias anuais inferiores a 18°C, na área mais próxima a Serra do Caparaó. No extremo Oeste podemos verificar a ocorrência de geadas que duram de 1 a 5 dias por ano.

Localizando melhor, podemos ter:

Na área do café

Predomina o verão quente com 1 a 2 meses de seca no inverno, a precipitação pluviométrica é de 1.250mm no complexo ao Sul e de 1.250 a 1.750mm no complexo ao Norte da Região V. A temperatura varia de menor que 18°C à 20°C, no sentido Norte-Sul, no complexo ao Norte e, varia de 18 a 22°C no sentido de Norte a Sul, no complexo ao Sul da Região.

Na área da Pecuária

Predomina o clima tropical quente com 1 a 3 meses de seca no inverno, nas áreas de baixada. A precipitação pluviométrica predominante é de 1.250mm. A temperatura média anual varia de 20 a 24°C no sentido de Norte ao Sul.

Na área do complexo Pecuária/café

Predomina verão brando com 1 a 2 meses de seca no inverno. A variação pluviométrica anual vai de 1.250 a 1.500mm e a temperatura média anual oscila de menor que 18°C a 22°C no sentido Norte a Sul da Região.

Na área da Olericultura

Encontramos o clima tropical sub-quente úmido sem seca na área situada nos municípios de Conceição do Castelo e de Castelo e verão brando com subseca na área localizada no município de Cachoeiro do Itapemirim. A precipitação pluviométrica média anual varia de 1.500 a 1.750mm e a temperatura média anual menor que 18°C.

Na área da banana

Temos a predominância de clima tropical com 1 a 2 meses de seca no inverno, nas áreas de baixada, à leste, e tropical sem seca nas baixadas à

Oeste. A precipitação pluviométrica média anual fica na faixa de 1.250 a 1.500mm e a temperatura média anual varia de 22 a 24°C.

Na área do complexo banana/café

Em termos climáticos verificamos o mesmo comportamento da área com banana, exceto que a seca pode chegar a se estender por até 3 meses por ano. A precipitação pluviométrica é de 1.250mm anuais e a temperatura média anual fica na faixa de 22 a 24°C.

Na área da cana e do complexo pecuária/mandioca

Temos a predominância do clima tropical quente com até 3 meses de seca no inverno, nas áreas de baixada. A precipitação pluviométrica média anual é de 1.250mm e a temperatura varia de 21 a 24°C.

3.2.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA

3.2.1. ESPÍRITO SANTO

O Estado do Espírito Santo apresenta uma das menores concentrações fundiárias do país. Através do Índice de Gini (G) da Tabela 3.2.1., podemos observar que o grau de concentração da posse da terra, apesar de ser o menor do país, cresceu substancialmente. O fato de, neste Estado, haver um grande predomínio de pequenas e médias propriedades acaba por dar a ele características muito especiais.

Podemos observar que a maior concentração se deu no período 60 a 70, tendo como causa básica a erradicação dos cafezais. A concentração do período 60 a 70 se dá de duas formas:

- a) pelo *engolimento* dos pequenos e médios estabelecimentos, pelos grandes; e
- b) pelo retalhamento das micro-propriedades, como se observa na Tabela 3.2.1.

Um outro elemento que afeta a estrutura fundiária é a diversificação da produção que se observa a partir da erradicação do café. Como a rentabilidade da produção cafeeira decaí substancialmente, a alternativa de produção rentável para grande parte dos produtores é a pecuária leiteira, que se efetiva prioritariamente nos grandes e médios estabelecimentos.

A partir dos anos 60, inicia-se uma ocupação das novas regiões do norte do Estado, basicamente em grandes estabelecimentos voltados à silvicultura, fazendo com que a participação desses estabelecimentos aumentasse no total do Estado.

Mas o processo de concentração, através da fagocitose (*engolimento*) perdurou, com maior intensidade, a partir dos anos 70. Podemos observar na Tabela 3.2.1. que houve uma queda substantiva na participação dos micro, pequenos e médios estabelecimentos, tanto em número quanto em área.

3.2.1. ESPÍRITO SANTO - ESTRUTURA FUNDIÁRIA - % DO TOTAL

ESTRATOS	1960		1970		1975		1980	
	Nº	ÁREA	Nº	ÁREA	Nº	ÁREA	Nº	ÁREA
- 10	11,9	1,4	18,7	2,0	16,1	1,4	11,2	1,6
10 a 50	58,2	28,9	54,2	26,4	53,1	21,9	52,1	17,2
50 a 100	19,5	24,4	16,6	21,4	17,8	19,2	16,1	21,0
+ 100	10,4	45,3	10,4	50,2	13,0	57,4	12,6	60,1
G ES	0,55		0,60		0,63			
G SC	0,67		0,65		0,66			
G BR	0,84		0,84		0,85			

FONTE: Censos Agropecuários

3.2.2. REGIÃO PROGRAMA V

A estrutura fundiária da Região Programa V, de forma geral, apresenta uma das menores concentrações fundiárias do país. Havendo, inclusive, uma maior participação de micro e pequenos estabelecimentos que todo o Estado, como observamos na Tabela 3.2.2.

Nessa região, as alterações em termos de estrutura fundiária são relativamente pequenas, caracterizando uma relativa estabilidade em termos da ocupação da terra. Os maiores decréscimos em termos de participação relativa são observados nos estabelecimentos de 10 a 50ha e de 50 a 100ha (vide Tabela 3.2.2.). Por outro lado, há um crescimento, relativamente pequeno, da área ocupada pelos estratos de estabelecimentos menores que 10ha e maiores que 100ha.

Neste sentido, as alterações que ocorreram a nível de estrutura fundiária, para a Região Programa V, apesar de, em pequena escala, representaram uma polarização em termos da reafirmação dos micros estabelecimentos e dos grandes estabelecimentos.

3.2.2. REGIAO PROGRAMA V - ESTRUTURA FUNDIÁRIA - % DO TOTAL

ESTRATO	1960		1970		1980	
	Nº	ÁREA	Nº	ÁREA	Nº	ÁREA
- 10	18,7	2,2	27,1	3,5	25,5	2,7
10 a 50	54,3	24,7	50,5	28,0	49,2	24,0
50 a 100	15,2	18,9	13,1	20,3	14,1	18,6
+ 100	11,8	54,2	9,3	48,2	11,2	54,7

FONTE: Censos Agropecuários.

Para a sequência deste estudo, cabe um breve relato de como está e como se alterou a estrutura fundiária a nível dos municípios.

Observamos a partir da Tabela 3.2.3., inicialmente, que a propriedade

fundiária é mais concentrada* nos municípios de Guaçuí, Itapemirim, Presidente Kennedy e Muqui. Mas a maior concentração se dá exatamente em Itapemirim, pois nesse também há o menor número de grandes propriedades. Isto é, um pequeno número de propriedades detêm uma grande parcela da área do município.

Por outro lado, os municípios onde há menor concentração, isto é, onde há grande participação dos micro, pequenos e médios estabelecimentos, tanto em termos de área quanto de número, são os municípios de Rio Novo do Sul, Iconha e Conceição do Castelo. Os mapas em anexo podem demonstrar mais claramente a distribuição espacial das dominâncias em termos de tamanho de estrato nos diversos municípios.

Em termos das alterações da estrutura fundiária podemos observar, a partir da Tabela 3.2.3., que na Região V, as alterações na posse da terra são relativamente pequenas.

O processo de concentração da posse que houve, apesar de pequeno, pode ser observado principalmente nos municípios de Guaçuí, Bom Jesus do Norte e Alegre.

Por outro lado, a Tabela 3.2.3. nos mostra que a desconcentração, ou seja, o crescimento da participação dos pequenos estabelecimentos, em termos de área, é mais acentuada nos municípios de Iconha, Iúna e Rio Novo do Sul. O que caracteriza mais marcantemente a desconcentração, principalmente nos municípios de Iconha e Iúna, é que o número de estabelecimentos no estrato de 10 a 50 diminui, fazendo com que a área média desses estabelecimentos se eleve.

* Municípios onde há grande participação dos estabelecimentos de + 100ha em termos da área total.

Nos municípios de Iúna e Rio Novo do Sul houve uma queda na área dos micro estabelecimentos, com um significativo aumento do número de estabelecimentos, caracterizando uma pulverização acentuada da propriedade fundiária.

Mas, podemos afirmar que, apesar de haver a manutenção e às vezes até um aumento da importância dos estabelecimentos de 10 a 50ha, e uma maior participação dos grandes estabelecimentos, a estrutura fundiária não se alterou significativamente na Região Programa V.

3.3.

SITUAÇÃO DA REGIÃO PROGRAMA V

Na Região Programa V as culturas de maior expressão são o café, a pecuária leiteira e de corte, a cana, o milho, o feijão e a mandioca, além de outras de menor expressão. O quadro 3.2.1 nos dá uma indicação da participação relativa dos principais produtos produzidos e sua participação na composição do valor total da produção da Região. Há de se levar em conta que estes dados se referem ao ano de 1975 e até esta data as produções cafeeira e canavieira não haviam sido altamente incentivadas.

QUADRO 3.3.1

ESPÍRITO SANTO - VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS E SUA PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO TOTAL PRODUZIDO - 1975

PRODUTOS	Cr\$ mil, %	
	REGIÃO V (VALOR)	%
Banana	16.753	2,7
Café	151.520	24,4
Cana	32.402	5,2
Mandioca	12.589	2,0
Leite	148.622	23,9
Olericultura*	6.597	1,1
Feijão	17.206	2,8
Arroz	19.444	3,1
Milho	36.517	5,9
Abacaxi	6.451	1,0
Pecuária de Corte	97.958	15,8
Outros	75.046	12,1
TOTAL	621.105	100,0

Fonte: Censo Agropecuário - 1975

*Culturas de tomate, batata e cebola.

O quadro 3.3.2 nos dá indicações da participação relativa dos principais produtos na produção do Estado e do Brasil.

Pode-se observar que o café, apesar de ser o principal produto da Região V, participa com apenas 35% do valor e 31% da área do café do Estado. Nota-se que houve um crescimento significativo desta participação entre 1970 e 1975.

A participação da produção leiteira da Região V é bastante significativa, atingindo aproximadamente 50% da produção do Estado.

A produção canavieira da Região V, no ano de 1975, participava com mais de 80% da produção total do Estado. Cabe frisar novamente que a expansão canavieira do Norte do Estado se deu após 1975, não estando contabilizada.

A banana da Região V tem pequena participação no total do Estado, apesar de ainda ser uma cultura bastante significativa na geração de renda.

Para uma melhor compreensão da situação da agricultura no Estado do Espírito Santo, fez-se uma análise da participação relativa dos principais produtos em cada estrato de área.

O quadro 3.3.3, nos mostra a participação relativa dos diversos estratos no total da área e do valor de diversos produtos para o Estado como um todo.

Observamos, inicialmente, que a maior parte das produções de banana e mandioca são desenvolvidas nos estratos até 50ha, com um certo predomínio no estrato de 10 a 50ha, ou seja, nos pequenos estabelecimentos. O café se encontra fundamentalmente nos pequenos estabelecimentos, com uma participação de 42,2% do valor, apesar de também ser observado com uma boa participação nos grandes e médios estabelecimentos. Por outro lado, o quadro 3.3.3 nos indica que a cana, apesar de fundamentalmente ob

servada nos grandes estabelecimentos, aparece também com certa importância nos pequenos.

Enquanto que a produção de leite surge principalmente nos grandes estabelecimentos, havendo também certa incidência de pecuária leiteira nos pequenos e médios.

QUADRO 3.3.3

PERCENTAGEM DO TOTAL DE VALOR PRODUZIDO E DA ÁREA DO ESTABELECIMENTO POR CADA ESTRATO DE ÁREA TOTAL PARA OS PRINCIPAIS PRODUTOS
1975

(ha)	BANANA		CAFÉ		CANA		MANDIOCA		LEITE		ARROZ	
	ÁREA	VALOR	ÁREA	VALOR	ÁREA	VALOR	ÁREA	VALOR	Nº DE VACAS	VALOR	ÁREA	VALOR
- 10	10,3	11,5	3,4	3,1	11,3	8,4	12,1	13,4	0,10	0,10	5,28	5,39
10 a 50	48,7	48,8	42,2	38,4	30,9	22,6	48,5	47,6	19,6	19,7	41,43	39,89
50 a 100	21,8	20,2	24,2	23,5	12,1	9,0	20,8	19,2	19,6	19,5	23,18	22,68
+ 100	19,2	19,4	30,0	35,0	45,7	60,0	11,7	19,7	59,8	59,8	30,11	32,04

(ha)	FEIJÃO		MILHO		TOMATE		ABACAXI	BATATA	CEBOLA
	ÁREA	VALOR	ÁREA	VALOR	ÁREA	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR
- 10	7,35	6,97	6,89	6,71	8,35	8,24	57,06	83,07	39,49
10 a 50	46,74	44,95	46,95	44,65	52,33	49,82	42,94	16,93	29,73
50 a 100	22,79	23,15	22,73	22,56	25,20	23,53	-	-	30,78
+ 100	23,12	24,93	23,93	26,08	14,12	18,41	-	-	-

Fonte: Censo Agropecuário do Espírito Santo de 1975.

NOTA: A estratificação das culturas de abacaxi, batata e cebola se baseiam em área plantada.

3.4.

PROGRESSO TÉCNICO

A ocupação mais antiga da Região-Programa V acaba por ser um importante determinante de sua maior utilização de inovações técnicas até o período da erradicação do café. Como observamos na tabela 3.4.1., em 1960, a região como um todo se utilizava mais intensamente das inovações mecânicas que o restante do Espírito Santo. Somente a utilização de adubos, ou seja de inovação físico-química, se faz presente com menor intensidade nesta região.

Dada a baixa utilização de inovações mecânicas, em geral na região os determinantes da diferenciação desta tecnificação são diversos. O primeiro deles seria o tamanho dos estabelecimentos, isto, é, observamos que os municípios com maior utilização de inovações mecânicas são aqueles nos quais há grandes estabelecimentos, às vezes convivendo com as pequenas e as micro.

Um outro elemento determinante da maior utilização de inovações mecânicas é a cultura. Podemos observar na tabela 3.4.1. que o município de Itapemirim se caracteriza por um grande número de pequenas propriedades e sua cultura dominante é a cana, que necessita de inovações mecânicas.

Por outro lado, a utilização de arados de tração animal se dá basicamente nas regiões de grandes e médios estabelecimentos. Estas regiões, por outro lado estão próximas das regiões com maior utilização de outras técnicas modernas.

Em termos de culturas esta inovação se dá basicamente nas regiões de café e pecuária.

A utilização de fertilizantes se concentra mais nas regiões de café e nos municípios onde há outras inovações mecânicas como observamos na tabela 3.4.2.

3.4.1. UTILIZAÇÃO DE TRATOR E ARADOS

MUNICÍPIOS	CENSO 60			CENSO 70			CENSO 75		
	TRATORES	ARADOS		TRATORES	ARADOS		TRATORES	ARADOS	
		DISCO	AIVECA		TRAÇÃO MECÂNICA	TRAÇÃO ANIMAL		TRAÇÃO MECÂNICA	TRAÇÃO ANIMAL
Alegre	0,39	1,41	7,09	0,28	0,33	4,78	1,06	10,13	1,07
Apiacã	1,48	3,00	11,11	0,93	0,93	11,49	4,51	19,44	1,74
Atílio Vivacqua	-	-	-	2,28	1,04	16,39	0,74	11,14	0,74
Bom Jesus do Norte	-	-	-	0	1,25	19,38	12,38	23,90	4,42
Cachoeiro de Itapemirim	1,80	2,05	2,30	2,37	1,58	5,19	2,28	5,60	1,68
Castelo	1,60	1,28	1,17	1,36	1,08	1,22	0,68	1,00	0,75
Conceição do Castelo	-	-	-	5,18	4,53	1,29	6,96	2,29	6,87
Divino de São Lourenço	-	-	-	0,78	0,26	2,08	0,28	1,98	0,00
Dores do Rio Preto	-	-	-	3,83	0,76	14,55	6,07	19,34	4,42
Guaçu	1,47	1,20	3,97	2,91	1,45	6,03	2,96	7,41	2,72
Iconha	0,18	0,71	0,89	0,35	0,23	0,34	0,29	1,88	0,00
Iúna	0,35	0,18	0,41	0,68	0,24	2,90	0,91	5,63	0,75
Itapemirim	1,18	1,50	1,26	4,00	3,14	4,06	3,56	3,38	2,56
Jerônimo Monteiro	0,30	1,20	18,85	1,34	1,56	12,97	1,72	17,93	0,69
Muniz Freire	0,49	0,49	0,49	0,08	0,08	7,31	0,58	10,14	1,07
Mimoso do Sul	2,08	2,32	10,76	1,85	1,48	22,11	3,36	17,82	3,36
Muqui	0,31	0,31	18,21	0,78	0,26	21,99	1,76	26,26	2,02
Presidente Kennedy	-	-	-	2,36	1,67	22,36	2,01	15,43	2,01

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 60, 70 e 80.

continua

continuação

3.4.1. UTILIZAÇÃO DE TRATOR E ARADOS

MUNICÍPIOS	CENSO 60			CENSO 70			CENSO 75		
	TRATORES	ARADOS		TRATORES	ARADOS		TRATORES	ARADOS	
		DISCO	AIVECA		TRAÇÃO MECÂNICA	TRAÇÃO ANIMAL		TRAÇÃO MECÂNICA	TRAÇÃO ANIMAL
Rio Novo do Sul	0,47	0,70	-	0,74	0,55	0,92	2,88	0,90	0,54
São José do Calçado	0,42	0,84	9,27	0,19	0,19	17,08	3,46	34,89	1,63
TOTAL DA REGIÃO 5	1,03	1,26	4,01	1,62	1,23	7,29	2,23	9,48	1,80
ESPÍRITO SANTO	0,7	0,8	3,0	1,3	1,0	8,3	2,4	9,5	1,8

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 60, 70 e 80.

3.4.2. UTILIZAÇÃO DE FERTILIZANTES

MUNICÍPIOS	UTILIZAÇÃO DE FERTILIZANTES ÷ ÷ TOTAL DE Nº DE ESTABELECIMENTOS		
	60	70	75
Alegre	1,4	1,56	20,2
Apiacã	1,1	8,69	25,0
Atílio Vivacqua	-	15,97	8,66
Bom Jesus do Norte	-	7,5	14,15
Cachoeiro de Itapemirim	4,5	13,34	17,04
Castelo	2,7	7,6	24,89
Conceição do Castelo	-	25,07	55,05
Divino de São Lourenço	-	3,39	25,98
Dores do Rio Preto	-	45,97	53,59
Guaçuí	6,9	28,06	38,27
Iconha	0,0	0,58	4,05
Iúna	1,8	12,02	31,58
Itapemirim	1,6	5,05	20,81
Jerônimo Monteiro	4,2	1,12	23,79
Muniz Freire	3,3	7,08	30,75
Mimoso do Sul	11,2	42,0	30,95
Muqui	7,4	9,94	20,45
Presidente Kennedy	-	1,39	2,34
Rio Novo do Sul	0,0	4,61	9,56
São José do Calçado	13,7	10,24	25,71
TOTAL DA REGIÃO V	3,93	11,5	24,29
ESPÍRITO SANTO	5,3	13,0	23,9

3.5.

MERCADO DE TRABALHO

1. POPULAÇÃO

No Estado do Espírito Santo, como um todo, fica bem definida a situação do êxodo rural. No período 70-80, houve uma forte tendência à saída de pessoas que habitavam o meio rural rumo aos grandes centros urbanos, notadamente os situados fora do Estado. O Quadro 3.5.1 permite a visualização, de que, em 1970, 53,86% da população estava localizada na zona rural. Já em 1980, apenas 36,1% da população do Estado permanecia no meio rural.

O mesmo ocorre para a Região Programa V - Cachoeiro de Itapemirim, mas em menor intensidade. A região, como um todo, sofreu êxodo rural, ou seja, em 1970, 58,52% habitava área rural, já em 1980 esta percentagem decresce para 50,58%. Comparativamente, a Região sofreu menos êxodo rural do que o Estado como um todo.

Neste mesmo período, considerado constata-se, no Quadro 3.5.2, o peso da população da Região 5 na população total do Espírito Santo. Em 1970 esta população regional participava em 17,8% na população total do Estado, já em 1980 esta participação aumentou para 20,83%, o que leva a conclusão de que, embora tenha havido êxodo rural na Região e no Estado como um todo, a população da Região V foi a que menos sofreu variações no intervalo considerado, em relação ao Espírito Santo como um todo, apesar de também ter sido vítima de migrações interregionais e interestaduais.

Analisando pormenorizadamente a Região V, município por município, conforme mostram os Quadros 3.5.3 e 3.5.4, fica claro que no geral os municípios diminuíram a relação da população urbana-rural, havendo, no inter

valo 70/80, uma decaída da participação rural na população geral do município. Sendo que esta migração se deu de maneira mais forte nos municípios de: Itapemirim, Conceição de Castelo, Guaçuí, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Alegre e São José do Calçado, em termos relativos.

Nos municípios de Apiaçã e de Divino de São Lourenço constatou-se que, de forma geral, tanto urbana como rural, houve saída de população.

Importante é perceber que, em alguns municípios a população rural cresceu, neste intervalo, em termos numéricos, em relação à população urbana que cresceu em menor intensidade, caso de: Iúna, Jerônimo Monteiro e Muiz Freire.

A taxa de urbanização foi mais expressiva nos municípios de Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Guaçuí, Jerônimo Monteiro e São José do Calçado, conforme Quadro 3.5.5, ou seja, nesses municípios o peso da população urbana na população total foi mais significativo do que a rural, conforme dados do IBGE - 1977.

Em termos evolutivos, na faixa considerada de 70-80, conforme dados do IBGE (Censo Demográfico de 70 e de 80), estimando qual seria a população urbana esperada para 80 e fazendo a comparação com a população urbana real de 80, vê-se que existem municípios que cresceram expressivamente em seus núcleos urbanos, em mais de 50% do que se esperava, em ordem crescente: Itapemirim, Conceição de Castelo e Presidente Kennedy. Pode-se observar que, da mesma forma, outros municípios sofreram um esvaziamento de seus núcleos urbanos, comparativamente ao que se poderia esperar. Em ordem decrescente tem-se: Apiaçã, Alegre, Rio Novo do Sul, Castelo e Muqui. Nos demais municípios, houve um crescimento de seus núcleos urbanos, em relação à população urbana que se poderia esperar.

De acordo com o Quadro 3.5.7, a população rural, em todos os municípios da Região Programa V, não acompanhou a evolução esperada para 1980 rela

tivamente a 1970, isto mostra que a população rural, hoje, encontrada no interior deste região está aquém daquela que se poderia esperar numa evolução normal de população, denotando uma saída generalizada do homem do campo à busca de novas terras ou centros urbanos estaduais e interestaduais. Pode-se assim, apontar como polos de maior expulsão do homem do campo os municípios de: Apiaçã, Atílio Vivacqua, Divino de São Lourenço, Alegre, Presidente Kennedy, São José do Calçado, Mimoso do Sul, Rio Novo do Sul, Muniz Freire, Muqui, Castelo, Dores do Rio Preto, Iconha e Conceição de Castelo.

Ressalte-se os municípios de Bom Jesus do Norte e Itapemirim, como os únicos em que o núcleo urbano absorveu um contingente populacional numericamente superior àquele expulso pela área rural, apresentando um saldo migratório positivo, conforme o Quadro 3.5.7.

2. INTER-RELAÇÃO POPULAÇÃO, ESTRUTURA AGRÁRIA E USO DO SOLO

Considerando-se a Região Programa V como um todo, confirmando a estrutura fundiária nela dominante, observamos, através dos dados do Quadro 3.5.6, que 53,02% da mão-de-obra utilizada na agricultura constitui-se de mão-de-obra familiar seguida pela parceria (meeiro) que participa em 22,21%.

O assalariamento permanente, que se concentra quase que totalmente na pecuária, aparecendo também na Olericultura das médias e grandes propriedades, representa 13,2% da mão-de-obra utilizada, assim como, o assalariamento temporário, requisitado, via de regra, em época de plantio e colheita, representa 10,77%.

A mão-de-obra familiar é frequentemente utilizada em pequenos estabelecimentos, constituindo-se no suporte básico da sustentação dessa pequena produção.

Quanto ao comportamento da parceria, pode-se destacar como característica importante as diferentes conotações que esta assume: Para a pequena propriedade, a parceria se constitui em fonte de mão-de-obra disponível para a cultura principal e ao mesmo tempo possibilita um maior aproveitamento da terra excedente disponível. Para a grande propriedade, esta representa a garantia de uma força de trabalho face à escassez de trabalhadores volantes, uma mão-de-obra que produz sua própria subsistência, assim como diminui o custo administrativo acarretado pela utilização do assalariado permanente.

O trabalhador volante é utilizado de forma mais intensiva pelas grandes propriedades, localizadas, principalmente, no sul de Guaçuí, sul de Alegre e extremo norte de São José do Calçado, na cultura do café durante todo o seu ciclo.

Os pequenos proprietários e parceiros costumam trocar dias de trabalho entre si no plantio e na colheita do café, uma vez que, não possuem recursos disponíveis para contratação de assalariados.

Com o intuito de permitir uma melhor visualização do que ocorre a nível regional, a seguir, especifica-se o que ocorre a nível municipal em termos de migração, cultura, mão-de-obra utilizada e estrutura fundiária.

. ALEGRE

Município em que, também, a nível urbano apresentou expulsão populacional, conforme pode-se constatar no Quadro 3.5.7, com forte êxodo rural (contingente populacional equivalente a 43,72% de sua população total atual), o que demonstra a ocorrência de migração intermunicipal e/ou interestadual.

COMPORTAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA 70-80

ESTRATO	Nº	ÁREA
I) 0 - 10	↓ 21%	↓ 31%
II) 10 - 50	↓ 23%	↓ 20%
III) 50 - 100	↓ 14%	↓ 13%
IV) + 100	↑ 5%	↑ 1%

Fonte: Quadro 3.5.8

Observa-se, através do quadro acima, uma concentração fundiária em benefício do estrato de estabelecimentos maiores que 100ha, ao mesmo tempo que, conseqüentemente, os demais estratos diminuíram em termos de número e área ocupada pelos estabelecimentos que os compõem.

Com sua economia pautada na pecuária e cafeicultura, apresenta grande utilização de mão-de-obra familiar (44%), Parceria (37%), seguidos de Assalariamento Permanente (12%) e Assalariamento Temporário (9%).

A área de pecuária caracterizou-se como área de maior expulsão.

. APIACÁ

Apresentou expulsão urbana, ou seja, os centros ou núcleos urbanos não conseguiram sequer reter sua população acrescida vegetativamente, sendo incapaz, portanto, de absorver os migrantes decorrentes da forte expulsão que se deu a nível rural (o equivalente, numericamente, a 81,46% de sua população total de 80).

COMPORTAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA 70-80

ESTRATO	Nº	ÁREA
I) 0 - 10	↓ 19%	↓ 42%
II) 10 - 50	↓ 1%	↑ 3%
III) 50 - 100	↓ 10%	↓ 10%
IV) + 100	↑ 27%	↑ 19%

Fonte: Quadro 3.5.8

Os dados acima permitem concluir que houve significativa concentração fundiária, em detrimento, principalmente dos estratos I e II.

Atividade Econômica: Café e Pecuária.

Utilização de Mão-de-Obra Familiar (30,74%), Assalariado Temporário (36,64%) e Assalariado Permanente (22,26%).

Houve expulsão populacional em área de pecuária e nas áreas próximas ao café manteve-se estável.

. ATÍLIO VIVACQUA

A nível urbano houve uma pequeníssima atração (equivalente a 1,13% da atual população do município), com forte expulsão populacional (número equivalente a 50,58% da população total atual), representando migração intermunicipal e/ou interestadual.

Atividade Econômica: Café e Pecuária. Pecuária com utilização esmagadora de Mão-de-Obra Familiar (68,18%) e o restante dividido entre as ou

tras categorias. Característica de estrutura fundiária bastante pulverizada.

Setor de atração: área de Café e Pecuária com estrutura menos concentrada que os setores de expulsão também na área do café com Olericultura dentro.

COMPORTAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA 60-80

ESTRATO	Nº	ÁREA
I) 0 - 10	↓ 31%	↓ 33%
II) 10 - 50	↓ 2%	↑ 7%
III) 50 - 100	↓ 9%	↓ 3%
IV) + 100	↓ 5%	↑ 1%

Fonte: Quadro 3.5.8

Observando-se, portanto, um forte impacto concentracionista sobre o primeiro estrato o que pode ter gerado bastante migração, tendo sido sua área absorvida pelo estrato de 10 - 50 e/ou mais de 100ha, não chegando a alterar de forma significativa, em termos percentuais, os demais estratos. Observa-se, ainda, uma autofagia intra-estratos (menos propriedades passando a ocupar a mesma área).

. BOM JESUS DO NORTE

Apresentou significativa atração urbana relativa (o equivalente a 15,71% da População Municipal Total) apresentando expulsão rural inferior à atração urbana, e, portanto, um saldo migratório positivo. Tal popula

ção urbana quase que em sua totalidade, polarizada por Bom Jesus de Itapapoana (Estado do Rio) onde exercem suas atividades econômicas.

COMPORTAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA 70-80

ESTRATO	Nº	ÁREA
I) 0 - 10	↓ 65%	↓ 60%
II) 10 - 50	↓ 46%	↓ 45%
III) 50 - 100	↓ 13%	↓ 11%
IV) + 100	0,0%	↑ 20%

Fonte: Quadro 3.5.8

Observa-se, portanto, todos os estratos perdendo estabelecimentos e área, em benefício do último estrato que acreceu à sua área o equivalente a 20% dela em relação a 70. Consequência óbvia - êxodo rural.

Município voltado para a pecuária e cafeicultura (concentrado no extremo Norte), o município como um todo, no tocante a zona rural, expulsou população.

. CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Apresentou uma atração urbana na ordem de 4,15% de sua população total atual, sendo que sua população rural expulsa foi numericamente o dobro da atraída pela zona urbana configurando um saldo migratório negativo, havendo, portanto, migração intermunicipal.

COMPORTAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA 70-80

ESTRATO	Nº	ÁREA
I) 0 - 10	↓ 38%	↓ 31%
II) 10 - 50	↓ 17%	↓ 13%
III) 50 - 100	↓ 2%	↓ 2%
IV) + 100	↑ 25%	↑ 19%

Fonte: Quadro 3.5.8

Como pode ser visto através do quadro acima, no período 70-80 verificou-se significativa concentração fundiária, tendo os três primeiros estratos diminuído, tanto em termos de número quanto em termos de área, em favor do último estrato o que provoca migração.

No setor agrícola o município de Cachoeiro está voltado principalmente para a pecuária, café e olericultura, apresentando como mão-de-obra mais utilizada a Mão-de-Obra Familiar (62%), Assalariado Permanente (13%), Assalariado Temporário (13%) e Parceria (12%).

A área de pecuária houve expulsão generalizada, a área de café manteve-se estável e a área mineradora atraiu.

. CASTELO

Apresentou expulsão até mesmo a nível urbano, expulsando um total de população equivalente, em termos numéricos, a 24,5% de sua atual população, sendo que o forte da expulsão se deu a nível rural.

COMPORTAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA 70-80

ESTRATO	Nº	ÁREA
I) 0 - 10	↓ 2%	↓ 14%
II) 10 - 50	↓ 3%	↓ 2%
III) 50 - 100	↓ 1%	↓ 1%
IV) + 100	↑ 20%	↑ 41%

Fonte: Quadro 3.5.8

Pode-se observar, através do quadro acima, mais uma vez, os primeiros estratos perdendo área e diminuindo em número em favor do estrato dos grandes estabelecimentos, configurando um processo de concentração fundiária, assim como confirmando o caráter migratório assumido pela zona rural do município de Castelo, no período analisado.

O setor agrícola centra-se nas culturas de café, pecuária e olericultura, utilizando prioritariamente a Mão-de-Obra Familiar (57% da mão-de-obra utilizada na agricultura), Parceria (31%), seguido de Assalariado Temporário e Permanente em escala menor, configurando a estrutura fundiária pulverizada ainda vigente no município, apesar do processo de concentração fundiária que se tem verificado.

Tanto na área de café quanto na área de pecuária ocorreu expulsão populacional, área de pequenas (em número) e grandes (em área)

. CONCEIÇÃO DE CASTELO

Apresentou atração urbana da ordem de 14,09% da atual população municipal, sendo que o contingente populacional expulso da zona rural se deu

a índice superior (19,1% da atual população do município) representando, portanto, a incapacidade dos núcleos urbanos em absorver tal contingente, havendo migração intermunicipal e/ou interestadual.

COMPORTAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA 70-80

ESTRATO	Nº	ÁREA
I) 0 - 10	↑ 25%	↑ 19%
II) 10 - 50	↓ 2%	↓ 4%
III) 50 - 100	↓ 15%	↓ 12%
IV) + 100	↓ 7%	↓ 9%

Fonte: Quadro 3.5.8

O quadro acima demonstra ter havido uma pulverização da estrutura fundiária, onde os três últimos estratos diminuíram seu número de estabelecimentos, reduzindo, conseqüentemente, a área abrangida pelo estrato, em favor do primeiro, o que deixa uma questão em aberto, ligada, justamente, à incidência do fenômeno do êxodo rural no município.

Município no qual as atividades agrícolas estão centradas no café e na olericultura de pequenas propriedades.

A mão-de-obra mais utilizada é a Familiar (59%), Parceria (32%) e em bem menor escala o Assalariado Permanente e Temporário.

Os setores censitários que mais expulsaram população foram os localizados nas áreas de café, sendo que na área onde encontramos olericultura e bolsão de abacate, ocorreu uma pequena atração populacional.

. DIVINO DE SÃO LOURENÇO

Apresentou uma atração urbana mínima (o equivalente a 1,08% de sua atual população total), não sendo, contudo, suficiente para reter no município os migrantes, resultando da forte expulsão ocorrida em sua zona rural (44,18% de sua população total atual) o que configura a iniciativa de uma migração intermunicipal e/ou interestadual.

COMPORTAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA 70-80

ESTRATO	Nº	ÁREA
I) 0 - 10	↓ 41%	↓ 33%
II) 10 - 50	↓ 31%	↓ 33%
III) 50 - 100	↓ 5%	↓ 6%
IV) + 100	↓ 9%	↓ 3%

Fonte: Quadro 3.5.8

Impossível chegar-se a alguma conclusão quanto ao comportamento da estrutura fundiária, haja visto ter havido problema quanto aos dados do censo do IBGE. Segundo os dados acima, todos os estratos estariam sofrendo uma diminuição, tanto em termos de área quanto em termos de número de estabelecimentos.

Setor agrícola voltado para a cafeicultura e pecuária, com utilização quase absoluta de Mão-de-Obra Familiar (83% da mão-de-obra utilizada na agricultura), não apresentando Assalariado Temporário.

O município, como um todo, constituiu-se em área de expulsão.

. DORES DO RIO PRETO

Apresentou uma atração urbana mínima (o equivalente a 7,15% da população total atual) e uma expulsão de sua população rural a um índice três vezes maior que a sua atração urbana, caracterizando que a migração extrapolou o limite municipal. Não houve, no entanto, nenhum inchamento urbano significativo.

COMPORTAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA 70-80

ESTRATO	Nº	ÁREA
I) 0 - 10	↓ 23%	↓ 1%
II) 10 - 50	↓ 12%	↓ 4%
III) 50 - 100	↓ 3%	↓ 5%
IV + 100	↓ 13%	↑ 9%

Fonte: Quadro 3.5.8

O quadro acima demonstra ter ocorrido concentração fundiária onde os três primeiros estratos perdem área apropriada pelo estrato dos grandes estabelecimentos, além de representar, ainda, todo um processo concentracionista intra-estratos.

Com sua economia pautada no café e pecuária, o município de Dores do Rio Preto utiliza como mão-de-obra, nestas atividades econômicas, a Mão-de-Obra Familiar (50%), Parceria (26%), Assalariado Permanente (13%) e Assalariado Temporário (11%).

Observando a questão da migração, verificamos que esta se deu na área do complexo café/pecuária, sendo que a área do complexo café, com o bolsão de cebola, manteve-se estável quanto a esse aspecto.

. GUAÇUÍ

O município de Guaçuí apresentou uma atração urbana equivalente a 9,88% de sua população total atual, atração esta significativa, se comparada com os demais municípios.

Guaçuí apresenta um intenso movimento de trabalhadores volantes, os quais se constituem, provavelmente, de pequenos proprietários e/ou parceiros expulsos da zona rural. O contingente populacional expulso da zona rural foi três vezes superior ao atraído pela zona urbana, o que caracteriza uma migração intermunicipal e/ou interestadual.

COMPORTAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA 70-80

ESTRATO	Nº	ÁREA
I) 0 - 10	↓ 5%	↓ 15%
II) 10 - 50	↓ 18%	↓ 16%
III) 50 - 100	↓ 19%	↓ 17%
IV) + 100	↑ 5%	↑ 16%

Fonte: Quadro 3.5.8

O quadro acima demonstra um processo de concentração fundiária, onde o estrato dos grandes estabelecimentos se vê acrescido, tanto em número quanto em área, em detrimento dos estratos dos estabelecimentos menores.

Observa-se que a área rural do município que se manteve estável é justamente área de pecuária de grandes estabelecimentos, levando a crer que a agregação das terras desses estabelecimentos tenha se dado em período anterior (década 60-70, talvez), todo o resto do município se constitui em área de expulsão populacional, valendo ressaltar, ainda, que Guaçuí é um dos municípios mais concentrados em termos de estrutura fundiária.

. ICONHA

Ocorreu expulsão da população rural o que representa, em termos numéricos, 20,86% da atual população municipal, e uma pequena atração populacional para a área urbana, representando 7,25% do total da população municipal, se analisarmos o processo migratório do município como um todo verificaremos que houve expulsão.

COMPORTAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA 70-80

ESTRATO	Nº	ÁREA
I) 0 - 10ha	↓ 47%	↓ 45%
II) 10 - 50ha	↓ 25%	↓ 23%
III) 50 - 100ha	↑ 9%	↑ 6%
IV) + 100ha	↑ 33%	↑ 37%

Fonte: Quadro 3.5.8

Observa-se um processo de concentração tanto em termos de número de estabelecimento como em termos da área ocupada, já que houve um acréscimo do número e da área dos estabelecimentos acima de 50ha, enquanto que para os estabelecimentos abaixo de 50ha ocorreu nestes últimos 10 anos uma queda tanto do número quanto da área desses estabelecimentos.

Atividade econômica concentrada basicamente na banana, tendo como relação de trabalho dominante a MOF que representa 90% do total da população ocupada e 6% da população ocupada estando na categoria de assalariado temporário.

Nota-se que os pequenos estabelecimentos estão expulsando a população, talvez devido a característica da estrutura fundiária do município, sendo predominante de pequenos estabelecimentos e estando ocorrendo o processo de concentração fundiária.

. ITAPEMIRIM

O município, como um todo, isto é, área rural mais área urbana, sofreu uma atração de 6,69% na sua população. Na área rural houve expulsão populacional de 19,25%, portanto pode-se aferir que a atração se deu basicamente no meio urbano, da ordem de 25,94%.

COMPORTAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA 70-80

ESTRATO	Nº	ÁREA
I) 0 - 10	↓ 13.0	↓ 20.0
II) 10 - 50	↓ 36.0	↓ 33.0
III) 50 - 100	↓ 21.0	↓ 20.0
IV) + 100	↑ 20.0	↑ 57.0

Fonte: Quadro 3.5.8

Percebe-se ter havido concentração de terra nos estratos maiores que 100ha, tanto em termos de área como em termos de estabelecimentos. Nos demais estratos foi geral a queda em número e área no período considerado o que vem nos afirmar que de maneira geral o homem rural saiu do seu meio e foi em direção a outros centros, não podendo afirmar-se que aqui se foi para centros urbanos ou para outros núcleos rurais, o que se pode dizer é que um saldo positivo deste contingente foi absorvido pela área urbana.

A atividade econômica principal nesta região é a pecuária e a cana sendo que encontramos nesta região um bolsão de abacaxi. A utilização de mão-de-obra familiar, seguida do assalariamento temporário e do permanente, que praticamente jogam o mesmo peso em termos quantitativos. É importante perceber que a parceria praticamente não é utilizada.

. IDNA

O município considerado sofreu no período de 70 a 80 um esvaziamento do seu meio rural da ordem de 13,06%, parte deste contingente foi absorvido pelo meio urbano, 8,48%, sendo que o restante saiu do município (4,57%).

COMPORTAMENTO DA ESTRUTURA NA FUNDIÁRIA 70-80

ESTRATO	Nº	ÁREA
I) 0 - 10	↑ 5.0	↑ 0.2
II) 10 - 50	↓ 18.0	↓ 16.0
III) 50 - 100	↑ 7.0	↑ 8.0
IV) + 100	↑ 20.0	↑ 45.0

Fonte: Quadro 3.5.8

Constata-se o esvaziamento do meio rural principalmente no estrato de 10 a 50ha. Nos estratos até 10ha pode-se considerar que em termos de área se manteve estável embora tenha aumentado o número de estabelecimento o que pode denotar uma divisão das pequenas propriedades, uma diminuição no seu tamanho dentro de estrato considerado.

Houve concentração de terra na faixa de estratos maiores de 50ha, sendo que o mesmo ocorreu com maior intensidade nos estratos maiores de 100ha.

A principal atividade econômica do município é o café e, é nesta área, que se localiza maior expulsão. As áreas onde constata-se maior estabilidade na estrutura fundiária encontra-se ainda café e bolsão de olericultura.

Neste município a utilização mais frequente é a de mão-de-obra familiar e da parceria em grande quantidade, sendo que o assalariamento temporário e o permanente tem menor peso, cerca de 10% da mão-de-obra total utilizada.

. JERÔNIMO MONTEIRO

Ocorreu saída da população rural da ordem de 12,64%, sendo que um saldo positivo desse contingente foi absorvido pelo centro urbano (6,24%), no qual houve expulsão (8,4%) que é proveniente prioritariamente do meio rural.

COMPORTAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - 70-80

ESTRATO	Nº	ÁREA
I) 0 - 10	↓ 58.0	↓ 53.0
II) 10 - 50	↓ 17.0	↓ 7.0
III) 50 - 100	↑ 74.0	↑ 70.0
IV) + 100	↑ 79.0	↑ 85.0

Fonte: Quadro 3.5.8

Houve forte concentração da terra nos estratos maiores que 50ha, estratos estes que aumentaram significativamente sua participação na área rural e sofreram grande aumento também no número de estabelecimentos compreendidos neste intervalo.

Foi muito grande a diminuição do número e da área das micro propriedades, as quais decaíram sua participação em mais de 50%.

Na mão-de-obra utilizada predomina a familiar com uma participação percentual de 40%, seguida pelo assalariamento temporário com 31%, logo após o assalariamento permanente com 20%, sendo que a parceria se comporta com apenas 9%.

. MIMOSO DO SUL

Verifica-se que houve expulsão de um forte contingente populacional rural, da ordem de 26,36% e a quase totalidade saiu do município (25,7%) sendo que na área urbana houve retenção de um saldo positivo populacional de apenas 0,66%. De maneira geral pode-se afirmar que houve fluxo migratório para fora do município.

COMPORTAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA 70-80

ESTRATO	Nº	ÁREA
I) 0 - 10	↑ 25.0	↑ 14.0
II) 10 - 50	↓ 4.0	↑ 2.0
III) 50 - 100	↓ 8.0	↓ 8.0
IV) + 100	↓ 3.0	↑ 1.0

Fonte: Quadro 3.5.8

Os dados de Estrutura Fundiária revelam ter havido pulverização da área agricultável principalmente na faixa de 0-10ha e uma maior concentração de área na faixa de 10 - 50ha. Por outro lado, os estabelecimentos maiores de 50ha decaíram em termos numéricos e em termos de área.

Diante das análises feitas, não há condições de deduzir, sobre o relacionamento entre o fluxo migratório e a Estrutura Fundiária, uma vez que por momentos podem parecer contraditórias, dado que seja uma área de forte expulsão rural e que sofreu pulverização da área agricultável. Isto posto, para maiores conclusões aponta a necessidade de se ter um estudo mais detalhado sobre a área em questão.

A expulsão se verifica nas áreas de pecuária (onde predomina estrato de área médio e grande propriedades), cana e café, o que parece de difícil

compreensão uma vez que na região de café a qual se referimos tem tanto para área quanto para número de estabelecimentos a predominância de pequenas propriedades.

Nota-se haver estabilidade do contingente populacional nas áreas de Pecuária (com predominância de pequenas propriedades em termos numéricos), na área de café com pequenas propriedades predominando em número e área e no bolsão de banana (limítrofe com Muqui) onde predomina em termos numéricos pequenas e micro propriedades convivendo com propriedades maiores que 100ha.

A mão-de-obra utilizada com maior intensidade é familiar, cerca de 40%, seguida pelo assalariamento temporário com 31% e assalariamento permanente com 27%, já a parceria tem pouca participação, cerca de 2% da mão-de-obra total utilizada.

. MUNIZ FREIRE

Ocorreu expulsão da população rural em 23.84%, sendo que se denota um saldo positivo desse fluxo migratório na área urbana em 5.07%, notando que grande parte desse contingente populacional não ficou retido na área urbana, ou seja, 18.77%.

COMPORTAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA 70-80

ESTRATO	Nº	ÁREA
I) 0 - 10	↓ 28.0	↓ 27.0
II) 10 - 50	↓ 6.0	↓ 6.0
III) 50 - 100	↓ 21.0	↓ 22.0
IV) + 100	↑ 1.0	↑ 13.0

Fonte: Quadro 3.5.8

Verifica-se com clareza o que ocorre nos estratos pequenos e médios, ou seja, até 100ha, são estratos que sofreram queda tanto numérica quanto em termos de área na estrutura fundiária do município. O inverso ocorreu para os estabelecimentos maiores que 100ha que aumentaram seu peso relativo em número e área, denotando forte concentração de terras no município.

Na área onde dominou a expulsão populacional encontra-se a Pecuária e o café de médias e grandes propriedades.

Observa-se que onde a população se manteve mais estabilizada foi na área do café de pequenas propriedades (em número e em área) e no bolsão de olericultura, que também se caracteriza por pequenas propriedades em termos de número e em termos de área.

Em termos de mão-de-obra utilizada observa-se a predominância da mão-de-obra familiar, com, aproximadamente, 50%, seguida pela parceria com 27% e o assalariado permanente com 14%.

. MUQUI

Em geral o município sofreu um fluxo migratório de 24.02% para fora do município e/ou estado, sendo que grande parte (23.56%) foi proveniente do meio rural o que denota forte êxodo rural no município.

COMPORTAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA 70-80

ESTRATO	Nº	ÁREA
I) 0 - 10	↑ 29.0	↓ 7.0
II) 10 - 50	↓ 3.0	↑ 10.0
III) 50 - 100	↓ 12.0	↓ 10.0
IV) + 100	↓ 22.0	↓ 17.0

Fonte: Quadro 3.5.8

Constata-se uma pulverização dos estabelecimentos de até 10ha, embora a área ocupada tenha decaído o que nos leva a concluir que houve uma de cisão das pequenas propriedades em propriedades menores ainda.

Há concentração de terra na faixa de 10 - 50ha. Nos estratos superiores a 50ha nota-se uma desconcentração da área em termos de número e de área.

A expulsão da população se deu principalmente nas áreas de café de gran des propriedades. A estabilidade populacional se encontra no bolsão de milho-feijão e nas áreas restantes de café.

Com relação a mão-de-obra utilizada ocorre a predominância da parceria, em 40%, seguida da mão-de-obra familiar, com 29%, assalariamento perma nente com 21% e assalariamento temporário com 10%.

. PRESIDENTE KENNEDY

No meio rural houve um forte êxodo, da ordem de 42.65%, sendo que parte desse contingente foi absorvido pela área urbana (4.33%), mas de forma geral houve um fluxo migratório (38.32%) para fora do município e/ou es tado.

COMPORTAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA 70-80

ESTRATO	Nº	ÁREA
I) 0 - 10	↑ 12.0	↓ 2.0
II) 10 - 50	↓ 18.0	↓ 23.0
III) 50 - 100	↓ 14.0	↓ 9.0
IV) + 100	↓ 17.0	↑ 1.0

Fonte: Quadro 3.5.8

De acordo com o quadro anterior constata-se ter havido uma pulverização dos estabelecimentos de 0-10ha, que aumentaram em número, mas decaíram em área o que nos leva a crer que houve subdivisão das propriedades menores em menores ainda.

Por outro lado, a concentração da terra se verifica nos estratos maiores que 100ha, que diminuem seu número de estabelecimentos, mas aumentam sua área de abrangência.

A expulsão pode ser verificada com maior expressão nas áreas de Pecuária/mandioca, onde nos deparamos com concentração mais acentuada de médias e grandes propriedades.

A área que atraiu população rural foi a que encontramos predominantemente a cana.

Em termos de mão-de-obra utilizada atenta-se para a forte presença da mão-de-obra familiar, significando um percentual de 68% do total da mão-de-obra utilizada, sendo que o assalariamento permanente participa com 15%, o temporário com 12% e a parceria com 5%.

. RIO NOVO DO SUL

Neste município fica patente a expulsão de sua população tanto a nível urbano (3,05%), quanto a nível rural (24.10%). O que denota um fluxo migratório para fora do município e/ou estado sem que o núcleo urbano tivesse condições de absorver parcela deste grande contingente populacional que deixou as áreas rurais.

COMPORTAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA 70-80

ESTRATO	Nº	ÁREA
I) 0 - 10	↑ 80.0	↑ 52.0
II) 10 - 50	↓ 12.0	↓ 5.0
III) 50 - 100	↑ 13.0	↑ 17.0
IV) + 100	↓ 41.0	↓ 36.0

Fonte: Quadro 3.5.8

Constata-se ter havido, no período considerado uma expansão da área e do número de estabelecimentos de até 10ha e uma concentração das propriedades na faixa de 50 - 100ha, ou seja, das médias propriedades.

A expulsão pode-se melhor constatada nas áreas do município onde encontrou-se a pecuária e onde convivem banana e café.

A mão-de-obra utilizada é a mão-de-obra familiar com maior intensidade, em 71%, seguida pelo assalariamento temporário com 15%, temporário com 12% e a parceria com 2%.

. SÃO JOSÉ DO CALÇADO

Nota-se que, praticamente, todo o contingente populacional expulso da área rural (30.02%) saiu do município, uma vez que o saldo atrativo da área urbana ficou em torno de 0,58%. Isto posto, afirma-se que, de grosso modo, a população rural expulsa saiu da cidade em busca de outras fontes alternativas de sobrevivência.

COMPORTAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA 70-80

ESTRATO	Nº	ÁREA
I) 0 - 10	↓ 35.0	↓ 32.0
II) 10 - 50	↓ 24.0	↓ 30.0
III) 50 - 100	↓ 8.0	↓ 5.0
IV) + 100	↑ 8.0	↑ 15.0

Fonte: Quadro 3.5.8

Houve grande concentração da terra nos estratos superiores a 100ha. Nos demais estratos de 0 - 100ha decaiu sua participação tanto em termos de número de estabelecimentos quanto em sua participação na área agrícola do município.

Constata-se ter havido forte expulsão nas áreas de Pecuária e nas áreas de café.

Devido à característica da Estrutura Fundiária e do uso do solo, denotando sua ação sobre a população da área considerada, encontra-se em termos de utilização de mão-de-obra, primeiramente a mão-de-obra familiar com 35%, seguido do assalariamento temporário com 26%, do permanente com 23% e da parceria com 16%.

Dando continuidade a visão geral do comportamento da população na Região V, vê-se a importância de inter-relacionar a cultura, a estrutura fundiária e o número de aglomerados urbanos dispersos pela extensão rural desta região, dado que isto se apresenta como um fator condicionado à estrutura fundiária, onde pode-se observar que os aglomerados são em maior número onde constata-se maior pulverização da estrutura fundiária.

RELAÇÃO DE AGLOMERADOS URBANOS (DISTRITOS, VILAS E POVOADOS)

Mancha Café I (Pequenos Estabelecimentos) - 17 Aglomerados

Iúna - 4 aglomerados
 Castelo - 2 aglomerados
 Conceição do Castelo - 2 aglomerados
 Muniz Freire - 5 aglomerados
 Cachoeiro - 4 aglomerados.

Mancha Café/Pecuária I (Grandes e Pequenos Estabelecimentos) - 4 Aglomerados

Guaçu - 2 aglomerados
 Alegre - 2 aglomerados

Mancha Café II e Café/Pecuária II (Grandes Estabelecimentos) - 7 Aglomerados

Alegre - 1 aglomerado
 S.J. do Calçado - 2 aglomerados
 Apiacã - 2 aglomerados
 Mimoso - 1 aglomerado
 Muqui - 1 aglomerado

Mancha Pecuária (Grandes, Médios e Pequenas) - 12 Aglomerados

Alegre - 5 aglomerados
 Mimoso do Sul - 5 aglomerados

Mancha Café/Pecuária A - (Pequenos Estabelecimentos)

Cachoeiro - 1 aglomerado

Mancha Banana (Pequenos Estab.) - 2 Aglomerados

Iconha - 1 aglomerado

Rio Novo do Sul - 1 aglomerado

Manchas Cana (Pequenos Estabelecimentos) - 5 Aglomerados

Itapemirim - 5 aglomerados.

LISTA DE AGLOMERADOS URBANOS* DA REGIÃO PROGRAMA V

MUNICÍPIOS	AGLOMERADO	POPULAÇÃO 70	POPULAÇÃO 80
Alegre	. Sede	8.260	9.441
	. Anutiba	920	774
	. Araraí	207	220
	. Cafê	301	408
	. Celina	1.150	1.070
	. Ibitirama	388	534
	. Rive	575	580
	. St ^a Angélica	160	169
	. St ^a Marta	308	361
TOTAL		12.269	13.557
Apiacã	. Sede	2.723	2.419
	. José Carlos	284	227
	*Bom Sucesso	-	173
TOTAL		3.007	2.819
Atílio Vivacqua	. Sede	1.121	1.420
Presidente Kennedy	. Sede	496	1.021
Bom Jesus	. Sede	3.795	5.613
Cachoeiro	. Sede	67.868	84.990
	*Córrego de Monos	-	331
	. Burarama	478	416
	. Conduru	836	822
	. Itaoca	1.081	2.256
	. Jaciguã	427	540
	*Boa Esperança	-	184
	. Pacotuba	306	455
	. Vargem Alta	690	1.141
	*Boa Esperança	-	228
	. Vargem G.de Sot.	362	304
*Sambra	-	509	
TOTAL		72.048	92.176

*Sedes de Município, Vilas, Patrimônios, Distritos.

LISTA DE AGLOMERADOS URBANOS DA REGIÃO V

MUNICÍPIOS	AGLOMERADOS	POPULAÇÃO 70	POPULAÇÃO 80
Castelo	. Sede	7.731	9.162
	. Aracui	766	582
	*Estrela do Norte	-	95
	TOTAL	8.497	9.839
Conceição do Castelo	. Sede	1.355	1.803
	. Venda Nova	935	3.058
	*S.João de Viçosa	-	404
	TOTAL	2.290	5.265
Divino S. Lourenço	. Sede	371	485
Dores do Rio Preto	. Sede	571	975
GUAÇUI	. Sede	8.983	12.715
	. São Pedro de Rates	210	287
	. São Tiago	138	170
	TOTAL	9.331	13.172
Iconha	. Sede	1.255	2.076
	. Duas Barras	90	150
	TOTAL	1.345	2.226
Itapemirim	. Sede	6.928	16.829
	. Itapeoca	50	30
	. Rio Muqui	438	493
	* Graúna	-	457
	* Brejo dos Patos	-	287
	* Gomes	-	220
TOTAL	7.416	18.316	

LISTA DE AGLOMERADOS URBANOS* DA REGIÃO V

MUNICÍPIOS	AGLOMERADOS	POPULAÇÃO 70	POPULAÇÃO 80
Jerônimo Monteiro	. Sede	2.465	3.492
Mimoso do Sul	. Sede	5.857	7.279
	. Conc. de Muqui	139	244
	. D ^a América	134	42
	. Ponte do Itabapoana	546	629
	. St ^o Ant. de Muqui	131	234
	. São José das Torres	219	276
	. São Pedro de Itabapoana	272	259
TOTAL		7.298	8.963
Muniz Freire	. Sede	1.981	2.483
	. Itaici	389	383
	. Menino Jesus	193	311
	. Piaçu	493	817
	. S. Sebastião da Cruz	137	-
	*Vieira Machado	-	158
TOTAL		3.193	4.152
Muqui	. Sede	4.500	5.382
	. Camara	179	262
TOTAL		4.679	5.590
Rio Novo do Sul	. Sede	3.096	3.499
	. Princesa	37	20
TOTAL		3.133	3.510

*Distritos, Vilas, Povoados, Sedes.

LISTA DE AGLOMERADOS URBANOS* DA REGIÃO V

MUNICÍPIO	AGLOMERADO	POPULAÇÃO 70	POPULAÇÃO 80
Iūna	. Sede	2.844	5.373
	. Ibatiba	2.305	4.298
	. Irupi	795	996
	. Pequiã	612	513
	. Santíssima T.	192	174
TOTAL		6.748	11.354
São José do Calçado	. Sede	3.144	3.884
	. Airituba	178	152
	. Alto Calçado	247	325
TOTAL		3.569	4.361

Observa-se, portanto, através dos dados acima que, em geral, não há incidência, na Região como um todo, de significativos aglomerados urbanos, em termos populacionais*, com exceção de Venda Nova (Conceição de Castelo) e Ibatiba (Iúna).

Verifica-se, ainda, não ter havido crescimento tal que nos permita vislumbrar a formação de um mercado de trabalho disponível para a agricultura nestes aglomerados.

Conclui-se que transparece haver uma tendência a ocorrer um maior número de aglomerados urbanos, em geral pequenos, nas áreas ocupadas pelos pequenos estabelecimentos e/ou por culturas que exigem maior utilização de mão-de-obra durante o seu ciclo produtivo. Ressalte-se, ainda, que deve-se considerar, ao analisar-se o número de aglomerados, não apenas a estrutura fundiária e cultura desenvolvida, mas também a extensão geográfica abarcada pela mancha na qual estes se inserem. A exemplo da mancha da banana a qual são apresenta dois provoados, mas, por outro lado, ocupa apenas uma pequena parcela da área total da região.

*Quando comparados com a população da sede do município.

3. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Em função da caracterização geral da estrutura fundiária, de pequenas propriedades, que predomina na Região V, temos como fontes de sustentação da mão-de-obra aplicada no processo produtivo dessa região, fundamentalmente a mão-de-obra familiar e a parceria, seguida pelo assalariamento permanente e temporário já com menor participação.

Notifica-se ter havido uma expulsão generalizada do homem do campo, que tem seu destino em outros municípios e/ou estados.

Ressaltando-se, no entanto, o fato de não se ter claro as causas de tal expulsão populacional, possibilitando-se, porém, levantar como hipótese provável, toda uma pressão nesse sentido, sofrido principalmente pelo pequeno produtor, através da forte atuação do capital comercial na região.

Parte desse contingente populacional expulso da área rural foi absorvido pelos núcleos urbanos, e isto se deu de forma mais expressiva em alguns locais. Não afirma-se, com isto, que este contingente de mão-de-obra esteja voltado para a agricultura e que dessa forma venha se constituindo em um mercado de trabalho volante disponível para este setor, exceto em Guaçuí que começa a vislumbrar a formação desse mercado de trabalho volante servindo também o Sul de Alegre e extremo Norte de São José do Calçado.

Pode-se exemplificar os casos de polos urbanos que sofreram atração populacional, e que este contingente assume outras tarefas que não no setor agrícola, como:

. BOM JESUS DO NORTE

É polarizado pelo Rio de Janeiro e serve, fundamentalmente, de mão-de-obra para Bom Jesus de Itabapoana (Norte do Rio de Janeiro).

. CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Mão-de-obra utilizada pela mineração e pelo setor de Comércio e Indústria.

. ITAPEMIRIM

Mão-de-obra absorvida por atividades litorâneas, tais como: pesca e prestação de serviços voltados para o turismo.

. IUNA

Mão-de-obra absorvida em atividades na sede do município, que é grande, e como assalariado temporário no plantio e na colheita do café.

. CONCEIÇÃO DE CASTELO

Mão-de-obra utilizada na área do reflorestamento e na extração vegetal (carvão).

QUADRO 3.5.2

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DA REGIÃO PROGRAMA V NO TOTAL DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	1970	1980
População Estadual	1.599.333	2.023.821
População da Região V	285.194	421.283
PR/PE	17,8%	20,83%

Fonte: Censo Demográfico, 1970

Sinopse Preliminar - Censo Demográfico, 1980

QUADRO 3.5.3

QUADRO DEMONSTRATIVO DE POPULAÇÃO RURAL E URBANA DA REGIÃO V

MUNICÍPIOS	1970		1980	
	POP. RURAL	POP. URBANA	POP. RURAL	POP. URBANA
Alegre	12.080	9.372	19.987	13.557
Apiacã	4.359	3.007	3.865	2.646
Atílio Vivacqua	5.991	1.121	4.509	1.420
Bom J. do Norte	1.395	3.795	956	5.613
Cach. de Itapemirim	36.912	63.098	33.191	92.176
Castelo	17.262	8.497	16.029	9.839
Conceição do Castelo	12.702	2.290	12.485	5.265
Divino São Lourenço	3.567	371	2.935	485
Dores do Rio Preto	3.152	571	3.027	975
Guaçuí	7.384	9.331	6.149	13.172
Iconha	6.259	1.345	6.078	2.226
Itapemirim	21.142	7.416	17.779	18.316
Iúna	25.128	6.748	26.450	11.354
Jerônimo Monteiro	4.803	2.465	4.787	3.492
Mimoso do Sul	16.480	7.298	14.314	8.963
Muniz Freire	14.606	3.193	14.771	4.152
Muqui	7.987	4.679	6.968	5.590
Presidente Kennedy	10.293	496	8.720	1.021
Rio Novo do Sul	6.034	3.127	5.405	3.510
São J. do Calçado	6.019	3.569	4.772	4.361

Fonte: Censos Demográficos de 1970 e 1980 (folha de coleta e cálculos próprios).

QUADRA 3.5.4

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO URBANA E DA POPULAÇÃO RURAL SOBRE A POPULAÇÃO TOTAL DA REGIÃO V

MUNICÍPIOS	1970		1980	
	POP. URBANA	POP. RURAL	POP. URBANA	POP. RURAL
Alegre	30,40	69,60	40,42	59,58
Apiacã	40,82	59,18	42,17	57,83
Atílio Vivacqua	15,76	84,24	23,95	76,05
B. Jesus do Norte	73,12	26,88	85,45	14,55
Cach. de Itapemirim	63,09	36,91	73,52	26,48
Castelo	32,99	67,01	38,03	61,97
Conceição do Castelo	15,27	84,73	29,66	70,34
Divino S. Lourenço	9,42	90,58	14,18	85,82
Dores do Rio Preto	15,34	84,66	24,36	75,64
Guaçui	55,82	44,18	68,17	31,83
Iconha	17,69	82,31	26,81	73,19
Itapemirim	25,97	74,03	50,74	49,26
Iúna	21,17	78,83	30,03	69,97
Jerônimo Monteiro	33,92	66,08	42,18	57,82
Mimoso do Sul	30,69	69,31	38,51	61,49
Muniz Freire	16,98	83,02	21,94	78,06
Muqui	36,94	63,06	44,51	55,49
Presidente Kennedy	4,60	95,40	10,48	89,52
Rio Novo do Sul	34,13	65,87	39,37	60,63
São J. do Calçado	37,22	62,78	47,75	52,25
TOTAL REGIONAL	37,56	62,44	49,42	50,58

Fonte: Censo Demográfico de: 1970 e 1980 - Espírito Santo

3.5.5. TAXA DE URBANIZAÇÃO DA REGIÃO V

MUNICÍPIOS	TAXA DE URBANIZAÇÃO
Alegre	40%
Apiacã	40%
Atílio Vivacqua	23%
Bom Jesus do Norte	85%
Cachoeiro de Itapemirim	73%
Castelo	37%
Conceição do Castelo	28%
Divino de São Lourenço	14%
Dores do Rio Preto	24%
Guaçuí	67%
Iconha	26%
Itapemirim	49%
Iúna	29%
Jerônimo Monteiro	47%
Mimoso do Sul	38%
Muniz Freire	21%
Muqui	44%
Presidente Kennedy	10%
Rio Novo do Sul	39%
São José do Calçado	47%

Fonte: CIPSE - 1977.

QUADRO 3.5.6
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA DA REGIÃO V

MUNICÍPIO	POP. URBANA 1970 A	POP. ESPERADA $B=A \times 1,01924^1$	POP. 1980 C	D = C/B	
				POP. 80 % POP. ESP.	E = I - D
Alegre	12.269	14.810	13.557	91,54	- 8,46
Apiacã	3.007	3.630	2.819	77,66	- 32,34
Atílio Vivacqua	1.121	1.353	1.420	105,00	+ 5,00
Pres. Kennedy	496	599	1.021	170,00	+ 70,00
B.Jesus do Norte	3.795	4.581	5.613	122,53	+ 22,53
Cach. de Itapemirim	72.048	86.969	92.176	106,00	+ 6,00
Castelo	8.497	10.257	9.839	95,92	- 4,08
Conc. do Castelo	2.290	2.764	5.265	190,00	+ 90,00
D.S.Lourenço	371	448	485	108,26	+ 8,26
D. do R. Preto	571	689	975	141,50	+ 41,50
Guaçu	9.331	11.263	13.172	116,95	+ 16,95
Iconha	1.345	1.624	2.226	137,07	+ 37,07
Itapemirim	7.416	8.952	18.316	204,60	+ 104,60
Iúna	6.748	8.145	11.354	139,40	+ 39,40
Jer.Monteiro	2.465	2.975	3.492	117,38	+ 17,38
Mimoso do Sul	7.298	8.809	8.963	101,75	+ 1,75
Muniz Freire	3.193	3.193	4.152	130,03	+ 30,03
Muqui	4.679	5.648	5.590	98,97	- 1,03
Rio Novo do Sul	3.133	3.782	3.510	92,81	- 7,19
S.J. Calçado	3.569	4.308	4.361	101,23	+ 1,23

Fontes: Censo Demográfico do IBGE 80 - folhas de coleta e cálculos próprios
Censo Demográfico de 1970 - IBGE - Espírito Santo.

¹Crescimento vegetativo

QUADRO 3.5.7

QUADRO DEMONSTRATIVO DE ATRAÇÃO E EXPULSÃO POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO V

MUNICÍPIO	POP. TOTAL 1980	POP. URBANA 1980	POP. RURAL 1980	VARIÇÃO POP. URB. 70/80	VARIÇÃO POP. RURAL 70/80	VARIÇÃO POP. MUNIC. 70/80	% VARIÇÃO POP. EM RELAÇÃO A TOTAL DE 80		
							URBANA	RURAL	TOTAL
Alegre	33.544	13.557	19.987	- 1.253	- 14.668	- 15.921	- 3,73	- 43,73	- 47,46
Apiacã	6.684	2.819	3.865	- 811	- 5.445	- 6.256	- 12,14	- 81,46	- 93,60
Atílio Vivacqua	5.929	1.420	4.509	+ 67	- 2.999	- 2.932	+ 1,13	- 50,58	- 49,45
B. Jesus do Norte	6.569	5.613	956	+ 1.032	- 793	+ 239	+ 15,71	- 12,07	+ 3,64
Cach. de Itapemirim	125.367	92.176	33.191	+ 5.207	- 11.698	- 6.491	+ 4,15	- 9,33	- 5,18
Castelo	25.868	9.839	16.029	- 418	- 5.919	- 6.337	- 1,62	- 22,88	- 24,50
Conc. do Castelo	17.750	5.265	12.485	+ 2.501	- 3.391	- 890	+ 14,09	- 19,10	- 5,01
D. de S. Lourenço	3.420	485	2.935	+ 37	- 1.511	- 1.474	+ 1,08	- 44,18	- 43,10
Dores do R. Preto	4.002	975	3.027	+ 286	- 917	- 631	+ 7,15	- 22,91	- 15,76
Guaçuí	19.321	13.172	6.149	+ 1.909	- 3.091	- 1.182	+ 9,88	- 16,00	- 6,12
Iconha	8.304	2.226	6.078	+ 602	- 1.732	- 1.130	+ 7,25	- 20,86	- 13,61
Itapemirim	36.095	18.316	17.779	+ 9.364	- 6.948	+ 2.416	+ 25,94	- 19,25	+ 6,69
Iúna	37.804	11.354	26.450	+ 3.209	- 4.937	- 1.728	+ 8,49	- 13,06	- 4,57
Jerônimo Monteiro	8.279	3.492	4.787	+ 517	- 1.212	- 695	+ 6,24	- 12,64	- 8,40
Mimoso do Sul	23.277	8.963	14.314	+ 154	- 6.137	- 5.983	+ 0,66	- 26,36	- 25,70
Muniz Freire	18.923	4.152	14.771	+ 959	- 4.512	- 3.553	+ 5,07	- 23,84	- 18,77
Muqui	12.558	5.590	6.968	- 58	- 2.959	- 3.017	- 0,46	- 23,56	- 24,02

continua

Fonte: IBGE

Legenda: Atração +
Expulsão -

continuação
 QUADRO 3.5.7

QUADRO DEMONSTRATIVO DE ATRAÇÃO E EXPULSÃO POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO V

MUNICÍPIO	POP. TOTAL 1980	POP. URBANA 1980	POP. RURAL 1980	VARIÇÃO POP. URB. 70/80	VARIÇÃO POP. RURAL 70/80	VARIÇÃO POP. MUNIC. 70/80	% VARIÇÃO POP. EM RELAÇÃO A TOTAL DE 80		
							URBANA	RURAL	TOTAL
Pres. Kennedy	9.741	1.021	8.720	+ 422	- 4.155	- 3.733	+ 4,33	- 42,65	- 38,32
Rio N. do Sul	8.915	3.510	5.405	- 272	- 2.149	- 2.421	- 3,05	- 24,10	- 27,15
S. J. do Calçado	9.133	4.361	4.772	+ 53	- 2.742	- 2.689	+ 0,58	- 30,02	- 29,44
<hr/>									
TOTAIS REGIONAIS	421.483	208.306	213.177	+ 23.507	- 87.915	- 64.408	+ 5,58	- 20,86	- 15,28

Fonte: IBGE

Legenda: Atração +
 Expulsão -

QUADRO 3.5.8. COMPORTAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO PERÍODO 1970 - 1980 DA REGIÃO V

MUNICÍPIO	0 - 10 ha		10 - 50 ha		50 - 100 ha		+ 100 ha	
	X	Y	X	Y	X	Y	X	Y
	Nº	ÁREA	Nº	ÁREA	Nº	ÁREA	Nº	ÁREA
Alegre	- 21.0	- 31.0	- 23.0	- 20.0	- 14.0	- 13.0	+ 5.0	+ 30.0
Apiacã	- 19.0	- 42.0	- 1.0	+ 3.0	- 10.0	- 11.0	+ 27.0	+ 19.0
Atílio Vivacqua	- 31.0	- 33.0	- 2.0	+ 7.0	- 9.0	- 3.0	- 5.0	+ 1.0
B. Jesus do Norte	- 65.0	- 59.0	- 44.0	- 45.0	- 13.0	+ 7.0	-	+ 20.0
Cach. Itapemirim	- 38.0	- 31.0	- 17.0	- 13.0	- 2.0	- 2.0	+ 25.0	+ 19.0
Castelo	- 2.0	- 14.0	- 3.0	- 2.0	- 1.0	- 1.0	+ 20.0	+ 41.0
Conc. do Castelo	+ 25.0	+ 19.0	- 2.0	- 4.0	- 15.0	- 12.0	- 7.0	- 9.0
D.S. Lourenço	- 41.0	- 33.0	- 31.0	- 33.0	- 5.0	- 6.0	- 9.0	- 3.0
D.do R. Preto	- 23.0	- 1.0	- 12.0	- 4.0	- 3.0	- 5.0	- 13.0	+ 9.0
Guacuí	- 5.0	- 15.0	- 18.0	- 16.0	- 19.0	- 17.0	+ 5.0	+ 16.0
Iconha	- 47.0	- 45.0	- 25.0	- 23.0	+ 9.0	+ 6.0	+ 33.0	+ 37.0
Iúna	+ 5.0	+ 0.2	- 18.0	- 16.0	+ 7.0	+ 8.0	+ 20.0	+ 45.0
Itapemirim	- 13.0	- 20.0	- 36.0	- 33.0	- 21.0	- 20.0	+ 20.0	+ 57.0
J. Monteiro	- 58.0	- 53.0	- 17.0	- 7.0	+ 74.0	+ 70.0	+ 79.0	+ 85.0
Muniz Freire	- 28.0	- 27.0	- 6.0	- 6.0	- 21.0	- 22.0	+ 1.0	+ 13.0
Mimoso do Sul	+ 25.0	+ 14.0	- 4.0	+ 2.0	- 8.0	- 8.0	- 3.0	+ 1.0
Muqui	+ 29.0	- 7.0	- 3.0	+ 10.0	- 12.0	- 10.0	- 22.0	- 17.0
Pres. Kennedy	+ 12.0	- 2.0	- 18.0	- 23.0	- 14.0	- 9.0	- 17.0	+ 1.0
Rio Novo do Sul	+ 80.0	+ 52.0	- 12.0	- 5.0	+ 13.0	+ 17.0	- 41.0	- 36.0
S. J. Calçado*	- 35.0	- 32.0	- 24.0	- 30.0	- 8.0	- 5.0	+ 8.0	+ 15.0

Fontes: FIBGE

Dados do Censo Agropecuário de 1970 e 1980 e cálculos próprios.

$$X = 1 - \left(\frac{\text{Nº de Estabelecimentos do Estrato 80}}{\text{Nº de Estabelecimentos do Estrato 70}} \times 100 \right)$$

$$Y = 1 - \left(\frac{\text{Área dos Estabelecimentos do Estrato (80)}}{\text{Área dos Estabelecimentos do Estrato (70)}} \times 100 \right)$$

QUADRO 3.5.9

DADOS MUNICIPAIS SOBRE RELAÇÕES DE TRABALHO

MUNICÍPIOS	MOF	AP	AT	PA	OUTROS	TOTAL	COMPLEXOS
Alegre	4.403	1.206	862	3.664	58	9.993	Café - Pec e Pec/Café
Apiacã	558	404	665	172	12	1.815	Café e Pecuária
Atílio	1.635	350	197	208	8	2.398	Café/Pec. e Pec.
B. Jesus do Norte	344	182	125	3	4	658	Café e Pecuária
Çach. Itapemirim	7.138	1.502	1.484	1.343	38	11.506	Café - Pec. e Oler.
Castelo	4.924	330	670	2.694	34	8.652	Café - Pec. e Oler.
Concedo Castelo	3.601	278	214	1.963	17	6.074	Café e Olericultura
D.S. Lourenço	1.042	65	-	150	1	1.258	Café/Pecuária
Dorés do Rio Preto	794	209	169	416	-	1.588	Café/Pecuária
Guaçuí	1.256	1.248	324	115	-	2.962	Café/Pecuária
Jerônimo Monteiro	674	333	526	152	-	1.685	Café e Café/Pec.
Iconha	1.874	68	129	8	2	2.081	Banana e Café/Ban.
Itapemirim	3.841	842	705	10	199	5.624	Cana - Pec. Abacaxi
Iúna	5.993	409	130	5.002	54	11.587	Café
Mimoso do Sul	2.318	1.535	1.769	550	15	5.626	Café - Pec. (cana)
Muniz Freire	4.709	1.331	496	2.587	218	9.340	Café e Pecuária
Muqui	1.226	928	354	1.738	40	4.286	Café e Café/Pec.
Presidente Kennedy	2.347	511*	399	161	57	3.478	Cana - Pec/Mand.

continua

Fonte: Dados do Censo Agropecuário de 80 (folhas de coleta e cálculos próprios).

continuação
 QUADRO 3.5.9

DADOS MUNICIPAIS SOBRE RELAÇÕES DE TRABALHO

MUNICÍPIOS	MOF	AP	AT	PA	0	TOTAL	COMPLEXOS
Rio Novo do Sul*	1.482	255	310	32	-	2.079	Banana e Café
São J. do Calçado	1.257	819*	912	567	18	3.574	Café e Pecuária
TOTAL REGIONAL	51.416	12.805	10.444	21.535	775	96.975	
PARTICIPAÇÃO RELATIVA	53,02	13,2	10,77	22,21	0,8	100%	

*Fonte: Dados do Censo Agropecuário de 1980 (folhas de coleta e cálculos próprios)

3.6.

COMERCIALIZAÇÃO

As características da estrutura fundiária, extremamente pulverizada, do mercado de trabalho, onde predominam as unidades produtivas de base familiar, e da estrutura produtiva da região programa V, com base nas atividades de exportação e abastecimento interno, determinam formas específicas de comercialização, nas quais ressalta a fundamental importância do capital comercial enquanto instrumento viabilizador da subordinação da agricultura regional ao capital.

Dois grandes exemplos da concentração do capital na esfera da circulação, podem ser obtidos na comercialização do café, principal produto em termos da geração de renda e emprego na região-programa V, e da banana, cuja produção é efetuada, de uma forma localizada, em uma mancha econômica específica. Parte da mandioca também é comercializada através de intermediários, da mesma forma que a olericultura e as culturas de subsistência (milho, feijão e arroz). A outra parte da produção olerícola que não é comercializada através de intermediários-caminhoneiros, é comercializada pelos próprios produtores nos mercados atacadistas e feiras locais mediante transporte coletivo da produção. As culturas de subsistência apresenta um pequeno excedente comercializável que é, via de regra, vendido no próprio município sem uma estrutura de comercialização organizada.

A outra parte da produção de mandioca é vendida diretamente para as *fariinhas* da região, o que representa uma vinculação direta entre o capital industrial e a produção agrícola. Essa forma de subordinação da produção agrícola ao capital industrial é mais cristalina no processo de produção e comercialização da cana de açúcar. Toda a produção é vendida para a usina que determina o tipo de cana a ser plantado, a área de plantio, o dia da colheita e entrega na usina, além do preço do produto.

A produção de leite é comercializada através de cooperativas que revedem o produto para outras cooperativas ou diretamente para o consumidor. A

maior parte das cooperativas de leite da região é associada a CCPL. De
ntre essas, algumas limitam-se a repassar à CCPL o leite recebido dos coo
perados, enquanto outras (as maiores) utilizam o excedente da produção na
fabricação de queijo, requeijão, manteiga, doce de leite etc.

O cooperativismo está restrito à atividade leiteira e em pequena es
cala à produção de café. So existem duas cooperativas de café na Re
gião-Pro
grama V, a cooperativa de Jaciguã e a de Iúna. A de Jaciguã é composta
por pequenos e médios proprietários e atua no beneficiamento do pro
duto,
venda de insumos e produtos alimentícios, enquanto a de Iúna caracteri
za-se por ser uma cooperativa de grandes produtores.

Atualmente vêm se tentando articular a criação de duas cooperativas: a
dos produtores de mandioca, sediada em Presidente Kennedy e a dos pro
duto
res de banana, sediada em Alfredo Chaves. Ambas pretendem atuar na co
mercialização da produção, opondo-se à forte cadeia de intermediação exis
tente.

A marcante presença do capital comercial na esfera da circulação de merca
dorias da Região V, sempre impediu, e continua impedindo qualquer tipo
de organização econômica ao nível dos produtores.

3.7.

POLÍTICAS AGRÍCOLAS

Uma análise mais profunda das políticas agrícolas será objeto da fase seguinte deste trabalho; no momento, pretende-se tecer um breve comentário sobre o assunto, centrando-se mais no crédito agrícola.

Há uma constatação geral por parte dos autores que pesquisam a política agrícola, qual seja, a de que em toda a história de sua existência o crédito sempre foi e é concentrador, de qualquer ângulo que se queira observar.

Assim é que, do ponto de vista regional, mais de 2/3 do total dos financiamentos concedidos estão concentrados nas regiões sul e sudeste. Igualmente concentrada é a distribuição do crédito segundo os estratos de área das propriedades beneficiadas. Em 1975, segundo o FIBGE, os estabelecimentos maiores que 200ha absorviam 56% do crédito concedido, embora representassem apenas 13% do total de tomadores de crédito e 5% do total de informantes¹.

O crédito também penetrou diferenciadamente segundo os diversos produtos agrícolas. De uma maneira geral, pode-se dizer que os produtos mais beneficiados são aqueles que se destinam à exportação ou à transformação industrial, ao passo que os alimentos básicos permanecem à margem dos resultados da política. Em 1976, as culturas de algodão, soja, cana e café absorviam cerca de 47% do total de empréstimos, enquanto que o feijão e a mandioca somavam apenas 2,7% do crédito².

O estado do Espírito Santo não foge a essa regra básica, embora apresente suas especificidades. Assim, em 1975 os 50% menores produtores percebiam 11,4% do crédito total, enquanto que os 5% maiores ficavam com 40,4% desse crédito, ressaltando-se que 1% dos maiores produtores recebiam a fa

¹Conforme Paulo Bastos Cezar. *A política Agrícola no Brasil*. Relatório apresentado ao CNPq, 1981, p.22.

²Id. Ibid.,p.23.

bulosa fatia de quase 20% do crédito total¹. Acrescente-se ainda que apenas 20% dos produtores teve acesso a qualquer tipo de crédito agrícola no ano de 1975 (contra 12% em 1970).

Não resta dúvida que o principal instrumento da política agrícola - o crédito, está longe de atingir a grande maioria dos produtores rurais, principalmente aqueles que se colocam nos estratos menores. Sem contar com a exclusão quase que total daqueles produtores não proprietários (como moradores, parceiros, colonos, etc.), na medida em que uma operação de crédito implica numa garantia real da dívida (penhor ou hipoteca). Na verdade os bancos preferem a hipoteca como garantia, porque a propriedade da terra não está sujeita aos riscos que afetam as safras e os animais.

O quadro 3.7.1. mostra a distribuição do crédito rural entre agricultura e pecuária, nas categorias de custeio, investimento e comercialização, para o Espírito Santo, no período de 1969 a 1976.

Nota-se que o total de empréstimos elevou-se significativamente nestes 8 anos, porém com uma participação crescente em favor da pecuária. Veja-se, por exemplo que, enquanto para a agricultura o montante de crédito pouco mais que triplicou nesse período, para a pecuária cresceu 7 vezes. Assim, a participação relativa do crédito para a pecuária sobe de 41% em 1969, para 58% em 1975.

O interessante a notar é que o número de contratos apenas duplica em todo o período, o que demonstra a súbita elevação do valor médio destes contratos, particularmente para a pecuária, passando de Cr\$ 3.829,00 em 1969 a Cr\$ 12.806,00 em 1975 (preços constantes de 65/67=100).

Outro elemento a ser ressaltado é a crescente participação do crédito rural para investimento registrando-se um salto de 36% para 57,5% do total de crédito, sendo que 72% dessa categoria tem como destino a pecuária.

¹Dados do Banco do Brasil.

Desta forma, fica claro que o crédito à agricultura sofreu fortes restrições neste período em prol da pecuária e que esta é mais fortemente concentradora de crédito, ou seja, um menor número de produtores é favorecido com uma fração cada vez maior do total de financiamento.

O crédito à comercialização, de uma maneira geral é pouco significativo, participando em 1976 com apenas 8% do total de crédito rural.

São poucas as informações disponíveis especificamente para a Região V, pois de forma geral, os dados não são computados a nível de município. Dispõe-se contudo, de alguns elementos que apontam para uma possível conclusão de que esta Região é melhor beneficiada em termos de crédito rural dentro do Estado, porém este é um aspecto a ser melhor investigado posteriormente.

Veja-se, por exemplo, que enquanto para o Estado, em 1975, 20% do total de produtores tem acesso ao crédito, na Região V este percentual se situa em 28,5%.

O financiamento para o plantio de novos cafezais, a partir de 1971, concentra-se bastante na Região V. Segundo relatórios do IBC, em todo o período de replantio, 51% do número total de planos e 47% do número total de covas foram financiados p/os produtores dessa Região, embora apenas 20% do tipo conilon se destina a essa área do Estado.

Quanto aos programas especiais (Proálcool, Probor, etc), uma análise sumária indica um grau ainda restrito de intervenção na região, o que não exclui uma avaliação definitiva na etapa seguinte do trabalho.

QUADRO 3.7.2.

OBTENÇÃO DE CRÉDITO

% do total de estabelecimentos

MUNICÍPIO	1960		1970		1975	
	TOTAL	ENT. DO GOVERNO	TOTAL	ENT. DO GOVERNO	TOTAL	ENT. DO GOVERNO
Alegre	26,4	9,6	18,68	0,33	27,8	27,4
Apiacá	20,4	14,8	18,94	18,63	32,3	24,3
Atílio Vivacqua	-	-	21,99	20,75	31,7	31,7
Bom Jesus do Norte	-	-	23,75	23,75	34,5	34,5
Cachoeiro de Itapemirim	10,6	3,9	10,37	16,30	23,7	23,2
Castelo	6,5	2,5	14,45	13,83	25,3	24,6
Conceição do Castelo	-	-	19,79	19,14	27,7	26,8
Divino de São Lourenço	-	-	21,67	21,67	29,1	29,1
Dores do Rio Preto	-	-	34,48	31,80	49,2	49,2
Guaçuí	14,8	9,3	25,78	24,74	31,1	30,9
Iconha	3,2	0,8	6,6	5,32	9,1	9,0
Iúna	13,6	1,6	20,42	16,25	32,6	32,2
Itapemirim	10,8	6,5	26,95	26,1	26,3	25,9
Jerônimo Monteiro	11,4	5,4	14,54	9,39	40,3	39,3
Muniz Freire	6,1	0,7	16,55	14,48	38,1	34,0
Mimoso do Sul	24,8	19,1	28,21	26,73	34,2	33,2
Muqui	16,0	6,5	20,94	20,68	28,5	28,0
Presidente Kennedy	-	-	26,53	23,19	33,6	32,6
Rio Novo do Sul	1,4	1,4	18,63	17,71	24,0	23,6
São José do Calçado	9,3	8,1	22,39	21,82	26,3	25,3
TOTAL REGIÃO (V)	13,0	5,7	20,0	18,3	28,5	27,6
ESTADO	-	-	12,25	-	19,91	

Fonte: Censos Agropecuários do Espírito Santo - 1960,1970,1975.

QUADRO 3.7.1.

ESPÍRITO SANTO - DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO RURAL

DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO	69			70			71			Nº
	Nº CONTRA TOS	Cr\$1000, CONSTANTES	INDI CE	Nº CONTRA TOS	Cr\$1000, CONSTANTES	INDI CE	Nº CONTRA TOS	Cr\$1000, CONSTANTES	INDI CE	
Crédito Rural	14.372	34.250	20	13.485	42.607	25	16.503	54.079	32	1
Crédito Rural à Agricultura	10.737	20.331	31	9.955	20.802	32	11.888	22.251	34	1
Crédito Rural à Pecuária	3.635	13.919	14	3.530	21.805	21	4.615	31.828	31	
CRÉDITO RURAL CUSTEIO	TOTAL	8.592	12.706	19	7.100	10.840	16	8.973	14.088	21
	AGRICULTURA	7.987	10.151	28	6.545	7.842	22	8.122	10.161	28
	Pecuária	605	2.555	8	555	2.998	10	851	3.927	13
	Leite	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CRESCIMENTO RURAL INVESTIMENTO	TOTAL	5.069	12.358	15	4.617	13.225	16	6.201	24.276	29
	Agricultura	2.186	3.005	12	1.920	3.164	13	2.845	7.883	33
	Pecuária	2.883	9.354	16	2.697	10.061	17	3.356	16.393	28
	Leite	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CRÉDITO RURAL COMERCIALIZAÇÃO	TOTAL	711	9.186	49	1.768	18.542	100	1.329	15.714	84
	Agricultura	564	7.175	156	1.490	9.797	213	921	4.206	91
	Pecuária	147	2.011	14	278	8.746	62	408	11.508	82
	Leite	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: CONCREDE, Ministério da Agricultura.

4.

ANÁLISE DOS COMPLEXOS

4.1.

INTRODUÇÃO

A Região-Programa V possui uma área total de 933.860ha. Descontando-se a área correspondente ao Parque Nacional do Caparaó (7.349ha), chega-se a uma área líquida teórica de 926.511ha.

Os 8 (oito) complexos estudados neste item distribuem-se por aquela área acima citada, sendo que cada um deles significa o seguinte percentual da área total da Região-Programa:

COMPLEXO	ÁREA TOTAL/ÁREA DO COMPLEXO (%)
Café	33,6
Pecuária	31,8
Café-Pecuária	17,5
Cana	7,1
Pecuária-Mandioca	4,5
Olericultura	1,9
Banana	1,7
Café-Banana	1,0

A apresentação dos complexos obedecerá a ordem decrescente das respectivas áreas ocupadas, de acordo com os seguintes eixos:

- a) Definição do complexo;
- b) Caracterização da cultura e condições naturais da produção;
- c) Estrutura fundiária, segundo o número de estabelecimentos relativo ao número total da Região-Programa e a área apropriada pelos estabelecimentos relativa à área total apropriada pela Região-Programa;
- d) Comercialização;
- e) Intervenção do Estado na produção e comercialização.

Juntamente com os complexos, foram estudados 8 (oito) *bolsões*. Entende-se por *bolsão*, a delimitação geo-econômica de alguma cultura ou de um determinado grupo de culturas combinadas e/ou emergentes que sobrevivem no interior do complexo. A importância do bolsão é caracterizada pela concentração da cultura ou da combinação de culturas no seu interior ou pela importância estratégica das mesmas, no conjunto da produção da Região-Programa.

Os bolsões são sempre apresentados no final da caracterização do complexo.

4.2.

COMPLEXO - CAFÉ

A Região-Programa V apresenta quatro manchas econômicas, nas quais o café aparece como a principal atividade econômica, cumprindo um importante papel na organização da produção existente. Duas dessas manchas formam um complexo Café/Milho/Feijão, onde o café é dominante, enquanto as res tantes conformam um complexo Café/Pecuária, em que a pecuária chega a concorrer com a café, em termos de geração de renda.

Toda a mancha café (Café/Milho/Feijão) encontra-se subordinada política e economicamente ao comércio de seu mais importante produto, ao mesmo tempo em que a maior parte da força de trabalho utilizada é constituída pela mão-de-obra familiar do proprietário e do meeiro.

A atividade cafeeira apresenta uma cadeia de intermediação representada regionalmente por dois de seus elos: o intermediário local e o interme diário exportador.

O intermediário local atua como agente, ou *banqueiro* do exportador, no sentido de proceder uma primeira agregação da produção. Normalmente cons titui-se no maior produtor local e tem sua fatia de mercado assegurada através da imposição de laços de dependência pessoal e financeira ao pro dutor, baseados em operações de empréstimo, mediante compromisso de venda da produção futura. Geralmente este intermediário possui o único armazém da região, além de equipamentos para uma primeira etapa no bene ficiamento do produto: máquinas de secar e pilar.

O intermediário exportador é o responsável pela centralização regional da produção, para uma transação posterior com exportadores de Vitória. Em alguns casos, a tarefa de centralização regional é diretamente exer cida por estes mesmos exportadores. O intermediário-exportador sô com pra café pilado, enquanto seu agente local opera, principalmente, com

café em côco, além do pilado. Para tanto, possui, além de uma maior capacidade de armazenamento, um equipamento de beneficiamento voltado para a classificação do café.

É importante ressaltar que os intermediários de café são os grandes beneficiários das linhas oficiais de financiamento à comercialização para esta cultura específica. Esse crédito, altamente subsidiado, é repassado aos produtores (principalmente aos pequenos) a uma taxa de juros bastante elevada.

De uma forma geral, supõe-se correto afirmar que esta estrutura de comercialização do café e sua divisão de mercado está baseada nos laços de dependência financeira que ligam o produtor ao intermediário local. Ainda não está claro o caráter da ligação entre os dois intermediários acima descritos, apesar de se aventar a hipótese de uma certa polarização econômica, cunhada em critérios de proximidade geográfica e/ou econômica a grandes centros de comércio de café.

De uma forma geral, a mão-de-obra familiar do proprietário e a parceria são as principais formas de utilização da força de trabalho na região do café. Normalmente a mão-de-obra familiar é dominante nos plantios de até 20ha, dividindo sua participação com a parceria nos plantios de 15 a 40ha, ocorrendo um predomínio da parceria nas lavouras com mais de 40ha plantados. É importante notar ainda que raramente se encontra um estabelecimento com mais de 40ha plantados de café, cuja área total exceda 100ha.

A relação de parceria mais usual nas lavouras em produção consiste na divisão do produto principal *a meia*, com a divisão do resultado do plantio de subsistência *a terça*. É comum a divisão das despesas referentes à aquisição de insumos modernos, havendo casos em que a não divisão dessas despesas implica na retenção de uma parte extra da produção pelo proprietário, ficando o meeiro com 40% da mesma.

Na fase de formação de lavoura, o meeiro recebe uma determinada quantidade de cafeeiros para cuidar, trabalhando como diarista no café, com direito à totalidade da produção de subsistência ou a parte dela. Nos ma

iores estabelecimentos, a relação de parceria costuma impor ao meeiro a obrigatoriedade de trabalho em outras tarefas dos mesmos, mediante a remuneração da diária. Nesses estabelecimentos, também é comum o repasse do crédito, obtido pelo proprietário, aos meeiros, que mantêm com o primeiro uma conta corrente ou caderneta, cuja prestação de contas é efetivada após a colheita e venda da produção.

No referente à lógica das relações de parceria na atividade cafeeira, apresentamos a hipótese de seu duplo significado: para os pequenos estabelecimentos, representa a possibilidade de aumentar a disponibilidade interna de força de trabalho para um maior aproveitamento da quantidade de terra excedente; para os grandes, representa a forma mais rentável de mobilização de força de trabalho, uma vez que, na falta de um mercado de trabalho volante já formado, a possibilidade de divisão dos custos e riscos da produção aliada à diminuição dos custos de administração e possibilidade de contar com uma mão-de-obra que produz parte de sua subsistência, supera em muito as vantagens obtidas com outras formas de emprego.

O assalariamento é predominantemente utilizado nos grandes estabelecimentos. O assalariamento permanente no café, só é encontrado nos grandes estabelecimentos (acima de 500ha) e, mesmo assim, ocorre raríssimamente. O assalariamento temporário é muito utilizado na época de pico de demanda por mão-de-obra, principalmente na colheita e em algumas fases dos tratamentos culturais. Para tanto, emprega-se meeiros e pequenos proprietários, além de moradores de pequenas vilas e cidades do interior. Nesses períodos, os pequenos proprietários e meeiros costumam superar as dificuldades de mão-de-obra através da troca de dias¹, com uma menor incidência do assalariamento.

¹Em algumas regiões chamada de *troca dia*.

4.2.1. CAFÉ I

Com uma extensão de 246.963ha, equivalente a 26,4% da área total ocupada pela Região-Programa V, a mancha Café I é formada pela quase totalidade dos municípios de Iúna, Muniz Freire, Castelo, Conceição do Castelo, parte de Dores do Rio Preto (Norte) e parte de Cachoeiro de Itapemirim (Nordeste).

Essa mancha econômica forma um complexo conivente Café/Milho-Feijão, determinado por uma particular estratégia de reprodução da força de trabalho familiar do pequeno proprietário e do parceiro. É importante ressaltar ainda a existência pulverizada da pecuária leiteira, da olericultura e do arroz de várzea ao longo de toda a mancha.

A pecuária de leite constitui-se em atividade subsidiária nos pequenos estabelecimentos, determinada por uma particular estratégia de sobrevivência da pequena produção. Nos grandes, é atividade complementar que compete com o café, constituindo-se em estratégia empresarial do grande proprietário. A olericultura é cultivada em pequenos estabelecimentos das regiões mais altas da mancha, geralmente formando grandes *bolsões*. O arroz é cultivado em pequena escala e utiliza basicamente as pequenas e dispersas várzeas da região.

Esta mancha localiza-se em região alta (cota 800m) e apresenta uma acentuada declividade, com terreno bastante ondulado e poucas áreas planas.

A estrutura fundiária da mancha apresenta um predomínio de pequenos estabelecimentos em número de unidades produtivas e uma concorrência entre pequenos e grandes em relação à área ocupada. Portanto, conclui-se que esta região apresenta uma predominância de pequenos estabelecimentos (vide mapas regionais de estrutura fundiária).

Os pequenos estabelecimentos dividem sua atividade entre as culturas de café, milho, feijão, arroz e olericultura, além da pecuária de leite em pequena escala. As culturas de subsistência encontram-se associadas ao cultivo do café que representa a principal fonte de renda da unidade pro

QUADRO 3.5.1
POPULAÇÃO

REFERÊNCIA	POPULAÇÃO DE 70			POPULAÇÃO DE 80		
	POP. URBANA	POP. RURAL	TOTAL	POP. URBANA	POP. RURAL	TOTAL
ESTADO	721.916 45,14%	877.417 53,86%	1.599.333 100%	1.293.334 63,9%	730.487 36,1%	2.023.821 100%
REGIÃO V	141.789 38,81%	223.555 61,19%	365.344 100%	208.306 49,42%	213.177 50,58%	421.483 100%

Fonte: Censo Demográfico de 1970
Sinóse Preliminar do Censo Demográfico de 1980

ductiva e da região delimitada pela mancha. Os grandes estabelecimentos têm sua atividade centrada no café e na pecuária de leite.

No referente à *condição do produtor*, observa-se uma razoável incidência da parceria autônoma que provavelmente estaria centrada nas formas de acesso à terra utilizadas na produção olerícola. Essas formas, conhecidas localmente por *arrendamento*, costumam ser utilizadas pelos produtores das terras altas na produção olerícola de inverno, na parte baixa. As ocupações de terra são mais comuns na parte alta de Iúna e Muniz Freire, tendo a ver com a falta de titulação definitiva da terra em áreas de ocupação mais recente.

A principal característica da mancha, no tocante às relações de trabalho, é a relativa imobilização da força de trabalho no interior das propriedades. As principais formas de mobilização de mão-de-obra, são: a parceria e a mão-de-obra familiar. Essas formas imperam no café e em culturas a ele associadas (conforme relato geral), assim como na olericultura. A predominância desses tipos de relações de trabalho têm a ver com a composição da estrutura fundiária existente. A pecuária dos pequenos estabelecimentos utiliza-se fundamentalmente da mão-de-obra familiar, enquanto os grandes estabelecimentos empregam o assalariamento permanente do campeiro, um mensalista voltado para todas as tarefas da pecuária.

A comercialização do café apresenta as mesmas características gerais acima explicitadas, com a peculiaridade de uma grande ramificação da intermediação local. Parte desses intermediários locais estão diretamente ligados a exportadores de Vitória, enquanto a outra parte da produção é polarizada pelos intermediários-exportadores de Castelo e, em pequena escala, pelos centralizadores regionais de Alegre.

A produção de leite é escoada pelas cooperativas de Castelo e Cachoeiro de Itapemirim, além da SPAM de Manhauçu, que têm posto de coleta em Iúna.

No geral, a produção de milho, feijão e arroz é comercializada nos prô

prios municípios, enquanto a produção de olericultura, estritamente comercial, é comercializada diretamente na CEASA/ES pelos próprios produtores, ou por intermediários-caminhoneiros.

A intervenção do Estado, na região delimitada pela mancha, tem se centrado na liberação de financiamento para custeio do café, culturas de subsistência em geral, e olericultura. O crédito de comercialização só é utilizado pelos intermediários de café e o financiamento para formação de lavoura cafeeira está fechado para o período 1981/82, apesar de haver sido grande a liberação de recursos para este item nos anos anteriores.

Apesar do aumento da participação dos pequenos estabelecimentos no total do financiamento bancário, os grandes estabelecimentos ainda são os grandes beneficiários das linhas de crédito (oficial) na região.

4.2.2. CAFÉ II

Compreendendo parte dos municípios de São José do Calçado (Noroeste), Bom Jesus do Norte (extremo Norte), Apiacã (extremo Norte), Mimoso do Sul (Noroeste), Muqui (Noroeste), Jerônimo Monteiro (Sul), e Alegre (Sul), a mancha café II, ocupa 59.399ha o que equivale a 6,36% da área total da Região-Programa V.

É uma área em que o café desponta como epicentro do processo produtivo, formando um nítido complexo conivente com as culturas de milho e feijão, as quais funcionam como estratégia de sobrevivência (dos pequenos proprietários), e de reprodução de força de trabalho (parceiros) necessária à produção cafeeira.

Há que se ressaltar ainda a existência, no interior da mancha, da pecuária com expressão econômica secundária e/ou de subsistência. No primeiro caso utiliza-se do *campeiro* um assalariado permanente e no segundo é tocada pela mão-de-obra familiar; o cultivo de arroz que se dá em pe

quena escala, utiliza-se das pequenas várzeas existentes como áreas de cultivo e da mão-de-obra familiar como força de trabalho que a desenvolve.

Situada a uma altitude média de 600m acima do nível do mar, esta mancha apresenta um relevo bastante acidentado, com poucas áreas planas.

Ao se comparar as manchas Café I e II, no que tange à estrutura fundiária, observamos que esta última é um pouco mais concentrada que a primeira. Observando os mapas de estrutura fundiária regionais, pode-se constatar que, embora no geral as pequenas propriedades dominem em termos de número, também ocorre a dominância e/ou co-dominância dos grandes estabelecimentos.

No que tange as relações de trabalho em geral, a parceria surge como a forma mais utilizada, salientando-se a incidência de trabalhadores volantes, os quais são utilizados durante todo o ciclo produtivo, na região próxima a Guaçuí (onde essa prática é bastante significativa), mais especificamente nos municípios de São José do Calçado e Alegre.

Porém, no geral, a incidência de assalariamento se dá em épocas de pico (plantio e colheita), constituindo esse contingente de assalariados de pequenos proprietários parceiros e/ou moradores das pequenas vilas, povoados ou sedes municipais próximas, ocorrendo muitas vezes a contratação destes últimos, na forma de empreitada sendo agrupados e transportados por caminhonetes até as plantações.

Em se tratando da comercialização dos produtos da mancha Café II, tem-se que: em termos de café dá-se através da rede de intermediação, anteriormente explicada, estando polarizada pelos intermediários exportadores de Castelo, Cachoeiro de Itapemirim e centralizadores regionais de Alegre e São José do Calçado.

A produção leiteira é comercializada através da CAVIL (Cooperativa Agrícola do Vale do Itabapoana Ltda), COLAMISUL (Cooperativa de Laticínios

de Mimoso do Sul) e CLCI (Cooperativa de Laticínios de Cachoeiro de Itaipemirim).

A produção de milho, feijão e arroz é feita através de intermediários com destino a municípios vizinhos. É de se supor que a produção de milho, feijão e arroz nessa mancha seja mais expressiva que a da mancha I.

No que tange à intervenção do Estado, está restrita à concessão de crédito de custeio a culturas de subsistência, crédito para investimento e custeio do café¹, e algum outro crédito para a pecuária, ficando os financiamentos para investimento na dependência do banco.

¹Vide ressalva na mancha Café I.

BOLSÃO 1 - OLERICULTURA

Localiza-se no extremo Norte dos Municípios de Iúna e Muniz Freire, no complexo café.

A atividade olerícola gera o principal rendimento para a população da região. Desenvolve-se num clima tropical mesotérmico brando. Secas e excessos de precipitação não chegam a trazer grandes problemas para a produção. O tipo de solo é o *latossolo*, de fertilidade média. Pelo fato de a região ser de alta declividade, ocorre em toda ela a *erosão*, de forma significativa.

A cultura localiza-se em encostas e baixadas, sendo privilegiadas as terras férteis. Devido a incidência de processos erosivos, os produtores normalmente utilizam técnicas protecionistas, buscando maior produtividade com irrigação e preparo da terra mecanizado.

É importante observar que no interior do bolsão desenvolvem-se pecuária, milho e café. Além destas culturas, desenvolvem-se também, de forma *embrionária*, o alho na localidade de *Vargem Alegre*, o tomate e a batata em baixadas, no Município de Iúna.

Do ponto de vista do número de estabelecimentos concentrados em relação ao número da Região-Programa V, predominam no bolsão os estratos de 0-10ha e 10-50ha. Do ponto de vista da área apropriada pelos estabelecimentos em relação à área da Região-Programa V, predominam os seguintes extratos: 10-50/50-100/mais de 100ha. Isto significa que os pequenos estabelecimentos convivem com os médios e grandes. Pode-se concluir que, do ponto de vista da estrutura fundiária, *existe uma concentração de pequenos estabelecimentos, com existência de grandes.*

As relações de trabalho predominantes no bolsão são as seguintes: MOF/PA/MOF-PA/PA-AP¹. *Existe uma dominância da mão-de-obra familiar articulada com a parceria.*

¹MOF: mão-de-obra familiar; PA: parceria; MOF-PA: mão-de-obra familiar com parceria; PA-AP: parceria com assalariamento permanente.

Os produtos olerícolas do bolsão são comercializados principalmente através de caminhoneiros que abastecem os mercados de Campos (RJ), Manhuaçu (MG) e Bahia. Existe ainda a comercialização via CEASA/ES.

A olericultura, no geral, é financiada através de fontes formais, ou seja, de bancos, existindo crédito de custeio. Somente no município de Iúna existe crédito para investimento.

BOLSÃO 2 - ABACATE

Localiza-se a Nordeste do município de Conceição do Castelo, no complexo café. Na localidade de *Venda Nova* surge expressiva produção de alho, cultivado em declividade de até 50%.

Nem excesso de precipitação ou de estio chegam a prejudicar seriamente a produção. Devido a alta declividade da região, existe expressivo processo erosivo, sem que os produtores contem com qualquer tipo de financiamento para seu controle. No geral, o solo é muito fértil, sendo que para o cultivo dos frutos, utiliza-se sementes selecionadas. O tratocultural é feito manualmente.

A estrutura fundiária, do ponto de vista do número dos estabelecimentos concentrados em relação ao número total da Região-Programa V, é determinada por uma dominância de 10-50ha. Do ponto de vista da área apropriada pelos estabelecimentos em relação à área total da Região-Programa V, a dominância é de 10-50/mais de 100/50-100ha. Concluindo, *a estrutura fundiária do bolsão de abacate é determinada por uma concentração de pequenos estabelecimentos, com existência de médios e grandes.*

Do ponto de vista das relações de trabalho, existe uma dominância absoluta da *parceria*.

Quase a totalidade da produção frutífera é comercializada por intermediários e exportada para o Nordeste.

A fonte do crédito é bancária, havendo linhas para investimento e custeio.

BOLSÃO 3 - BATATA

O bolsão localiza-se a Sudoeste do Município de Iúna, no limite com o Município de Muniz Freire. Situa-se no complexo café, tendo a pecuária em seu interior.

Cultivada em baixadas, não tem no excesso de precipitação ou de estio um grave problema para a produção. Utilizando sementes selecionadas e equipamentos mecânicos para o preparo da terra, os produtores fazem os tratos culturais manualmente.

Em termos de estrutura fundiária, do ponto de vista do número de estabelecimentos em relação ao número da Região-Programa V, existe uma dominância de 10-50/0-10ha. Por outro lado, em relação à área dos estabelecimentos, relativa à área apropriada da Região, há uma dominância de 10-50/mais de 100/mais de 400ha. Portanto, *a estrutura fundiária do bolsão 3 caracteriza-se por uma concentração de micro e pequenos estabelecimentos, articulados com grandes e muito grandes.*

Do ponto de vista das relações de trabalho, há uma dominância visível da *parceria*, mesmo havendo um predomínio na totalidade do bolsão da *parceria* articulada com a mão-de-obra familiar.

A totalidade da produção tuberculífera, é comercializada através de caminhoneiros (intermediários), não se sabendo qual o destino da mesma (mercado consumidor).

Tendo como única fonte a *formal* (bancos), existem para a produção de batata linhas de crédito para investimento e custeio.

BOLSÃO 4 - OLERICULTURA

Localiza-se a Norte do Município de Dores de Rio Preto, limitando-se a Leste com os Municípios de Divino de São Lourenço e Alegre, no complexo café, desenvolvendo-se também, em seu interior, a produção de cebola e batata.

Trata-se do principal cultivo ao Norte, depois do café. No interior deste bolsão, desenvolve-se a maior produção de cebola do Estado do Espírito Santo.

Segundo informações da EMATER, a região é *muito propícia* ao cultivo da batata e do alho.

A produção desenvolve-se num solo extremamente acidentado¹. Trata-se de uma das poucas sub-regiões da Região-Programa V em que ocorre geada, no período de maio a julho. O fenômeno climático pode ser localizado na área correspondente à *Forquilha do Rio Preto* até *Pedra Menina*. Mesmo a olericultura sendo desenvolvida nas baixadas, o fenômeno erosivo é crítico nesta região alta. Cultivada nos altiplanos, os produtores utilizam sementes selecionadas, com tratamentos culturais na forma manual.

Do ponto de vista do número dos estabelecimentos relativo ao número total da Região-Programa V, a estrutura fundiária é determinada pelo estrato 10-50ha. Do ponto de vista da área que os estabelecimentos apropriam em relação à área total apropriada pela Região, a estrutura fundiária é dominada predominantemente pelos estratos mais de 100/10-50ha. Portanto, cruzando-se os dados referentes ao número com os referentes à área, *conclui-se a existência de uma concentração de pequenos estabelecimentos, articulados com grandes.*

Em termos de relações de trabalho, *existe uma dominância absoluta da mão-de-obra familiar articulada com a parceria.*

¹80% do terreno com declividade acima de 30%.

A comercialização da cebola se dá de duas formas:

- a) Parte da produção é vendida a intermediários - também grandes produtores - locais e a outros comerciantes de Muriaé e Carangola (RJ);
- b) Parte também é comercializada por proprietários de Kombi, através de boxes nas CEASA's do Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Existe somente crédito para custeio, cuja fonte é formal (bancos).

BOLSÃO 8 - MANDIOCA

Localiza-se no Sul do Município de Jerônimo Monteiro, no complexo café, sendo o menor bolsão - do ponto de vista da área apropriada - da Região-Programa V.

Trata-se de uma produção para subsistência humana e animal. Cultivada em encostas, é consorciada com o café.

Em todo o município, existe um movimento cíclico de fortes períodos de estiagem, que se repetem de 5 em 5 anos: segundo dados fornecidos pela EMATER local, nos seguintes anos houve secas mais graves: 1961-1966-1971-1976 e 1981. Tais períodos áridos, trazem sérios problemas à produção.

Ao contrário, as cheias que ocorrem esporadicamente não chegam a prejudicar fortemente o cultivo. Do mesmo modo, contrariando o lugar-comum da Região-Programa, os processos erosivos não afetam significativamente a produção. Os tubérculos, cultivados num solo de fertilidade natural baixa - apesar de Jerônimo Monteiro ser considerado um dos municípios mais férteis do Espírito Santo -, têm os tratos culturais desenvolvidos na forma manual.

Do ponto de vista do número de estabelecimentos relativo ao número total da Região-Programa V, a estrutura fundiária é determinada pelo estrato 10-50ha. Do ponto de vista da área apropriada em relação à área total da Região-Programa, existe uma dominância dos seguintes estratos: mais de 100/50-100/10-50ha. Pode-se concluir que a *estrutura fundiária do bolsão é determinada por uma concentração de pequenos estabelecimentos, com incidência de médios e grandes*

Há uma dominação absoluta da articulação do assalariamento permanente com o assalariamento temporário, definindo as relações de trabalho.

Como se trata de uma produção fundamentalmente voltada para a subsistência, não há comercialização de um possível excedente.

Não se obteve informações sobre que linhas de crédito existem para a mandioca do bolsão, assim como suas fontes. É de se supor que não existem.

4.3.

COMPLEXO - PECUÁRIA

Trata-se da bovinocultura, nos seus dois ramos *de leite e de corte*, articulada com inúmeras outras culturas que se desenvolvem no seu interior.

Normalmente, estas culturas *suplementares* têm a função de reproduzir a força de trabalho ou a pequena produção, na forma de subsistência. Noutras circunstâncias, a cultura principal combina-se com as demais, formando *complexos* que estão sendo estudados nas suas especificidades (café/pecuária/pecuária/mandioca). O que determinará, em última análise, essas especificidades, será o grau de hegemonização de uma determinada cultura sobre as demais ou o grau de combinação entre elas, no sentido de engendrarem o universo de relações sociais existentes no espaço geográfico delimitado pelo *complexo*.

Assim, no caso da mancha de pecuária, o pressuposto básico é o de que a bovinocultura joga um papel decisivo na determinação da dinâmica da reprodução do capital e, em última instância, das relações sociais.

A mancha de pecuária estende-se por uma área de 297.185ha, correspondendo a 32% do total da área apropriada pela Região-Programa V de Cachoeiro de Itapemirim. Disputa com o *complexo café* e com o *pecuária/café* o maior percentual apropriado da área cultivada da Região.

Desenvolve-se, na maior porção, na forma de *pecuária extensiva*, como tradicionalmente se conhece em todo o território nacional. Apesar desta forma hegemônica, existem alguns bolsões significativos na forma *intensiva*, com maior índice tecnológico na produção, maior produtividade e rentabilidade.

Entretanto, estes últimos constituem-se exceção; mesmo assim, é nítida sua importância no conjunto das unidades produtivas do complexo.

O nível médio de tecnologia aplicada à produção (equipamentos para confinamento - currais, estábulos; equipamentos para o trato da terra - tratores e outras máquinas agrícolas; adubos químicos e defensivos; medicamentos veterinários e equipamentos para a inseminação, etc.) depende intrinsecamente o grau de reprodução do capital na unidade considerada, o que determinará, em última instância, o acesso do proprietário ao crédito agrícola (na pecuária, mais que em outras atividades agrícolas, a tendência à concentração do crédito é muito acentuada).

No complexo estadual (e, no geral, em toda a Região) sobressai a importância da pecuária de leite sobre a de corte. Existem bolsões de gado para corte, nesta forma específica de desenvolvimento da pecuária. Mas, no geral, o gado para corte surge como um *apêndice* da pecuária leiteira: periodicamente são descartadas do rebanho leiteiro rezes que não mais preenchem as condições de produção (acidentadas, com baixa produtividade leiteira, com problemas nas tetas, etc.).

A seguir, um quadro que mostra as principais culturas que se desenvolvem no interior do complexo por ordem de importância (incidência).

4.3.1 - CULTURAS PRINCIPAIS SEGUNDO SUA INCIDÊNCIA NOS MUNICÍPIOS

Nº DE ORDEM	CULTURAS	MUNICÍPIOS*
01	Café	SJC/BJN/AP/MS/AV/CI/RNS/CA/MF/ /AL/IC
02	Arroz	SJC/BJN/AP/MS/AV/CI/RNS/CA/MF/ /AL/IC
03	Milho	SJC/BJN/AP/MS/AV/CI/RNS/MF/AL
04	Feijão	SJC/BJN/MS/AV/CI/RNS/MF/AL
05	Banana	SJC/AV/RNS/AL
06	Suinocultura	SJC/AV/CA/AL
07	Mandioca	MS/AV/CI/IC
08	Heveicultura	MS/AV/RNS/IC
09	Milho Verde	RNS/PK/IC
10	Alho	SJC/AL
11	Avicultura	SJC/AL
12	Tomate	BJN/AL
13	Olericultura	AV/CI
14	Mandioca Forrageira	RNS
15	Bata ta-cebola- <i>citrus</i>	AL

Fonte: Escritórios Locais da EMATER, dez/81

*SJC - São José do Calçado; BJN - Bom Jesus do Norte; AP - Apicã; MS - Mimoso do Sul; AV - Attílio Vivacqua; CI - Cachoeiro de Itapemirim; RNS - Rio Novo do Sul; CA - Castelo; MF - Muniz Freire; AL - Alegre; IC - Iconha; PK - Presidente Kennedy

Café, arroz, milho e feijão têm uma concentração muito grande, praticamente presentes em todos os municípios cortados pelo complexo. É importante observar que o café/milho/feijão fazem parte do *complexo* café (consorciados com a cultura principal). O arroz (segunda maior concentração) é cultivado normalmente na forma de *rotação* com a pecuária: trata-se do *arroz de várzea*, rotacionando nas várzeas úmidas, quando não utilizadas com pecuária.

A banana é produzida em pequena escala, não havendo uma forte estrutura de produção nos limites do complexo como acontece nas principais regiões produtoras: Alfredo Chaves, Guarapari, Iconha, Santa Leopoldina e Viana¹. Trata-se normalmente de uma produção de subsistência, com excedente comercializável.

A suinocultura encontra-se em crise, em todos os municípios visitados.

A mandioca tem o papel de reproduzir a força de trabalho ou a pequena produção, assim como o da subsistência animal.

OBS: As outras culturas deverão ser estudadas na forma de manchas específicas (olericultura) ou na sua articulação com as culturas principais, apresentando-se como *bolsões* ou *culturas emergentes*.

Como já é suficiente conhecido, o Estado do Espírito Santo apresenta um alto índice médio de declividade. Segundo estudo anterior², mais de 65% da superfície da Região apresenta declividade superior a 30%, sendo que o município de Alegre apresenta mais de 80% de terras declivosas superiores a 30%. Os municípios de Atílio Vivacqua, Iconha, Muniz Freire e Rio Novo do Sul apresentam mais de 75% de terras declivosas com índice superior a 30%. Tomando-se os municípios cortados pelo complexo pecuária, terão u'a média de declividade de 68,6% (cf. Quadro I, p.27). Os seguintes municípios têm uma dominância quase que absoluta de pastagens, sendo que estas cobrem mais de 70% das terras aproveitáveis: Bom Jesus do Norte,

¹cf A GAZETA, 17.03.82

²IJSN, *Planejamento Regional* (Cachoeira Itapemirim) - vol.I, Estudos Básicos, pp.26-7.

Apiacã, Jerônimo Monteiro e Mimoso do Sul³.

Como se sabe também, o problema de erosão é extremamente grave no país como um todo. Entretanto, segundo informações da EMATER, pelo menos a meta de dos municípios estudados não apresentam maiores problemas de inundações e erosão (SJC/BJN/AP/MS/CI/PK).

Normalmente a pecuária situa-se em áreas de baixada, com ondulações (BJN/AP/CI/RNS/CA/AL/IC/PK/IT), apropriando-se das terras com maior fertilidade natural (SJC/BJN/AP/AV/CI/CA/AL/IC/). Com exceção, a pecuária também é desenvolvida em encostas (*regiões altas, onduladas* - SJC/MS), com inundações frequentes (RNS/IC), apresentando problemas graves de erosão (AV/CA/MF/AL/IC/). As secas também não chegam a trazer graves problemas para as pastagens (com exceção de AL), havendo uma incidência normal de chuvas (AV/CA/MF) no conjunto da mancha.

O fenômeno do *superpisoteio* de pastagens (AP) traz sérias consequências ao índice de produtividade média da pecuária, tendo em vista a diminuição de fornecimento de nutrientes às reses pelas pastagens. Mesmo tendo sido explicitado somente em um município, é de se supor que se generaliza em toda a área da pecuária.

O quadro a seguir nos mostra a incidência dos estratos segundo a dominância e a sub-dominância, por município:

³CF. FIBGE, *Censo Agropecuário*, 1975.

4.3.2 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA SEGUNDO A INCIDÊNCIA DOS ESTRATOS NOS MUNICÍPIOS

DOMINÂNCIA	SUBDOMINÂNCIA	MUNICÍPIO	DOMINÂNCIA MÉDIA
10-50	mais de 100	SJC	PG
10-50	50-100	SJC	PM
10-50	50-100	BJN	PM
10-50	mais de 100	AP	PG
10-50	-----	AP	P
10-50	0-10	AP	P
0-10	10-50	MS	P
10-50	0-10	MS	P
10-50	-----	MS	P
0-10	10-50	MS	P
10-50	50-100	MS	PM
10-50	0-10	MS	P
10-50	50-100	AV	PM
10-50	0-10	AV	P
10-50	0-10	CI	P
0-10	10-50	CI	P
10-50	mais de 100	CI	PG
0-10	10-50	CI	P
10-50	0-10	CI	P
10-50	0-10	CI	P
10-50	50-100	CI	PM
10-50	50-100	RNS	PM
0-10	10-50	RNS	P
10-50	0-10	IC	P
10-50	50-100	CA	PM
10-50	50-100	AL	PM
10-50	0-10	AL	P
0-10	10-50	AL	P
0-10	10-50	AL	P
mais de 100	-----	AL	G
10-50	50-100	MF	PM
10-50	mais de 100	MF	PG

Fonte: Dados censitários do IBGE

PG= pequena com grande; PM = pequena com média; P = pequena; G = grande

Dos dados anteriores, podemos inferir:

- a) A dominância provável da estrutura fundiária segundo o número, de acordo com a área apropriada da Região-Programa V é: 10-50/50-100ha;
- b) Segundo a incidência no espaço definido pelo complexo a dominância é: 10-50ha;
- c) A subdominância provável segundo a incidência: 50-100/0-10ha;
- d) Há um predomínio das pequenas propriedades articuladas com as médias;
- e) A única dominância de mais de 100ha se dá no extremo norte do município de Alegre;
- f) No município de Castelo, há uma dominância *em absoluto* dos estabelecimentos de 10-50/50-100ha (PM).

No geral, podemos afirmar que, segundo o número de estabelecimentos da Região-Programa relacionado com o número de estabelecimentos presentes no complexo pecuária, há uma predominância da micro-propriedade articulada com a pequena (0-50) e com a média (50-100). Portanto, é grande a concentração dos pequenos estabelecimentos no interior do complexo. Este fenômeno não pode ser explicado através da dinâmica da pecuária, no geral. Explica-se pela sua articulação com a pequena produção presente em seu interior (café, arroz, milho, feijão, banana, etc.), assim como pela sua convivência com micro-culturas que desempenham um papel importante na reprodução da força de trabalho do assalariado permanente.

A estrutura fundiária definida segundo a área apropriada pelo complexo, relativa à área total da Região-Programa é caracterizada por uma dominância quase que absoluta de grandes estabelecimentos: + 100/+400ha. A incidência de médias propriedades se dá nos seguintes municípios; SJC/AP/MS/RNS/CI/CA/MF/IC/CA/AL. Apenas em CI/CA/AL predominam os pequenos estabelecimentos. A superposição dos dados de número e área poderá nos dar uma visão clara dos bolsões de pequenos estabelecimentos presentes no complexo (efeito *condensador*). O mesmo acontecerá ao se superpor os bolsões de médios estabelecimentos, em termos de nº e área.

Esta concentração fundiária presente no complexo pecuária dá a possibilidade de entendimento da dinâmica geral da cultura: criação de bovinos na forma extensiva, centrada fundamentalmente no assalariamento permanente (com presença mais esporádica - ao longo do ano agrícola - do assalariamento temporário). A partir das informações da EMATER não é possível inferir sobre o movimento geral da pecuária, no sentido da expansão territorial, capturando porções de terra, colocando-se sob a sua hegemonia, em termos da sua base de produção.

O fenômeno da *ocupação* de terras na pecuária acontece de forma mais ou menos *pontual*, não sendo significativamente expressivo na totalidade do espaço. Os conflitos sociais decorrentes podem indicar uma possível expansão da pecuária sobre as culturas tradicionais, centradas na pequena produção.

O *arrendamento* (relativamente comum na pecuária), por sua vez, pode indicar as consequências naturais de uma atividade econômica que, em vista da sua exploração extensiva, tenha baixos índices de eficiência. A baixa produtividade por ha (já explicitada anteriormente), decorrente da superutilização de pastagens, força o proprietário a expandir sua área utilizável de pastagens. Esta expansão se dá através do *aluguel de pastagens*. A partir das informações da EMATER, não ficou suficientemente clara a diferença e relações entre este último recurso e o arrendamento¹.

O quadro a seguir nos mostra a incidência de dominância e sub-dominância das relações de trabalho no complexo pecuária, segundo os municípios cortados, a partir dos setores censitários:

¹Não somente no caso da pecuária, mas também no de outras culturas, houve diferenças no entendimento do arrendamento por parte do t^{éc.} da EMATER (e a tradição local) em relação aos critérios do IBGE.

4.3.3 - RELAÇÕES DE TRABALHO SEGUNDO INCIDÊNCIA POR MUNICÍPIO

DOMINÂNCIA	SUB-DOMINÂNCIA	MUNICÍPIO
AP	AT	SJC
MOF	--	SJC
MOF	PA	SJC
MOF	PA	BJN
MOF	--	BJN
AP	AT	BJN
AP	AT	AP
MOF	PA	AP
MOF	PA	MS
AP	AT	MS
MOF	AT	MS
MOF	PA	MS
MOF	PA	MS
MOF	--	MS
MOF	AP	MS
MOF	--	MS
AP	AT	MS
AP	AT	AV
MOF	--	AV
MOF	PA	AV
MOF	--	AV
MOF	--	RNS
AP	--	RNS
MOF	--	IC
MOF	PA	CI
MOF	--	CI
PA	--	CI
AP	AT	CI
MOF	--	CI
MOF	PA	CI
MOF	--	CI
MOF	--	CI
AP	AT	CI

continua

continuação

DOMINÂNCIA	SUB-DOMINÂNCIA	MUNICÍPIO
AP	AT	CI
MOF	PA	CI
PA	--	CI
MOF	PA	CI
MOF	AT	CA
PA	--	CA
MOF	PA	CA
PA	--	CA
MOF	--	CA
MOF	PA	AL
MOF	PA	AL
MOF	--	AL
PA	--	AL
MOF	--	AL
MOF	AP	AL
AP	AT	AL
PA	AP	AL
PA	--	AL
PA	AP	MF
MOF	PA	MF
PA	AP	MF
MOF	PA	MF

Fonte: Dados censitários do IBGE (1980)

Recadastramento do INCRA (1978)

AT = Assalariados Temporários; PA = Parceiros; AP = Assalariados Permanentes; MOF = Mão-de-Obra Familiar.

A partir dos dados anteriores, é impossível saber qual a maior dominância de relações de trabalho, em termos de apropriação de área (relativa do complexo).

Do ponto de vista da incidência (distribuição no espaço), predominam a *mão-de-obra familiar*, o *assalariamento permanente* e a *parceria*, em ordem decrescente de número por município. Em termos de sub-dominância, predominam a *parceria*, o *assalariamento temporário* e o *assalariamento permanente*, idem, idem.

Superpondo-se os dados anteriores, chega-se à conclusão de que as combinações a seguir são as mais importantes, em ordem decrescente de incidência:

- a) MOF - PA (mão-de-obra familiar/parceria)
- b) AP - AT (ass. permanente/ass. temporário)
- c) PA - AP (Parceria/ass. permanente).

A combinação da mão-de-obra familiar com a parceria articula-se no interior da pecuária, como característica fundamental da pequena produção (café/milho/feijão; arroz; banana, etc.) e é lógico que, em termos numéricos, domine o universo de relações de trabalho no interior do complexo (as culturas tradicionais absorvem um maior volume de mão-de-obra que a pecuária).

Segundo as informações da EMATER, no geral, o predomínio na pecuária é de *assalariamento permanente*. O assalariamento temporário é utilizado para intervenções esporádicas no cultivo de pastagens (*bateção* de pastos, construção e conserto de cerca, esgotamento de córregos, etc.).

A parceria combinada com o assalariamento permanente ocorre em estabelecimentos menores (micro ou pequenos), sendo que neste caso específico é de se supor que a prioridade da produção se dá para as culturas combinadas com a pecuária e não com esta última.

Quando ocorre a mão-de-obra familiar na pecuária, é de se supor também que, neste caso, a produção de leite e derivados objetiva a reprodução da

pequena produção como um todo. Trata-se da produção de subsistência.

A partir da combinação MOF-AP/MOF-AT, podemos inferir que se trata de médios estabelecimentos sendo dinamizados pela articulação café-pecuária, fundamentalmente.

A totalidade da produção leiteira é comercializada através de cooperativas:

- a) CAVIL (Coop. Agric. do Vale do Itabapoana Ltda) - SJC/BJN/AP;
- b) COLAMISUL (Coop. de Laticínios de Mimoso do Sul) - MS/AV;
- c) CLCI (Coop. de Laticínios de Cachoeiro de Itapemirim Ltda)-CI/AV/RNS/MF/PK/IT/AL;
- d) COLAIL (Coop. de Laticínios de Itapemirim Ltda) - IT/AV/CI/RNS/IC;
- e) COLAGUA (Coop. de Laticínios de Guaçuí Ltda);
- f) SPAM (Soc. de Produtos Alimentares de Manhuaçu Ltda);
- g) CACAL (Coop. Agrícola de Castelo Ltda) - MF/CA.

O maior problema para a comercialização de leite através das cooperativas é a exigência da *cota*: cada produtor fornecerá à cooperativa sua produção, em função de u'a média pré-determinada na época das secas. Como nestes meses do ano o pequeno produtor tem u'a menor produção, no restante do ano (quando a produção é maior) o excedente (que ultrapassa a cota) é vendido a um preço bem abaixo do de mercado (este preço é determinado pela cooperativa). Este sistema vem prejudicar enormemente os pequenos produtores, que não vêm seu produto suficientemente remunerado. Os médios e grandes produtores têm uma possibilidade concreta de saída: ao modernizarem a produção leiteira (desenvolvimento de silagem para alimentação do gado, tratamento das pastagens, irrigação etc.), conseguem u'a média fazendo com que a produção ao longo do ano agrícola seja razoavelmente remunerada (custos de produção remunerados mais taxa de lucro).

Segundo informações da EMATER, há uma tendência bastante acentuada da concentração das formas de controle dos destinos das cooperativas leiteiras em mãos dos grandes produtores. Isto acontece no geral, sendo

que a única exceção é a CLCI: nesta os pequenos produtores têm maior participação e voz.

O excedente não comercializado (de leite) é utilizado na fabricação de queijos, na forma artesanal. Este produto é normalmente comercializado nas sedes dos municípios ou em outras aglomerações urbanas (vendas, mercearias, bares, supermercados etc.).

Os animais para corte são, no geral, comercializados através de intermediários que não têm, entre si, nenhuma forma mais clara de articulação, no sentido do controle do preço de compra ou da determinação do mercado (p. ex., não se encontrou nenhum caso - nos depoimentos dos técnicos da EMATER - de mono ou oligopsônio). Portanto, a organização destes intermediários se dá de forma mais ou menos espontânea, obedecendo a aleatoriedade dos movimentos de descarte dos rebanhos. Em muitos casos, o próprio representante do capital industrial comercializa esta produção (caso do FRISA - Frigorífico Rio Doce S/A, Colatina/ES - ou outros frigoríficos do Est. do Rio). O destino da produção: ES e Campos (RJ) - SJC/AP/AV/AL/IT/MS. Em BJN, o maior intermediário de animais de corte é o próprio presidente da CAVIL (Coop. Agric. do Vale do Itabapoana Ltda).

O quadro a seguir dá um resumo da disponibilidade de financiamento para a produção e comercialização para o complexo pecuário, a nível de municípios, relacionada às fontes e linhas de financiamento. As fontes são formais, sendo a política fundamental a de custeio agrícola. Somente em AV existe crédito para comercialização e em AP/MS/AV/CI/CA/IT/RNS crédito para investimento (construção de currais, silos, compra de implementos agrícolas, adubos, defensivos, medicamentos veterinários etc.). A grande exceção é IC, que não possui nenhuma linha de financiamento para a pecuária.

Apesar de as linhas de financiamento existirem *formalmente*, segundo os técnicos da EMATER o que existe na realidade é uma grande escassez de crédito (não só para a pecuária, mas para todas as outras culturas).

Do ponto de vista da centralização do crédito, normalmente os grandes proprietários são beneficiados.

QUADRO 4.3.4.

COMPLEXO PECUÁRIA

DISPONIBILIDADE DE FINANCIAMENTO PARA A PRODUÇÃO (E COMERCIALIZAÇÃO) NA PECUÁRIA, A NÍVEL DE MUNICÍPIOS

- a) em relação a fontes de financiamento;
 b) em relação a linhas de financiamento.

MUNICÍPIOS	FONTES DO CRÉD. AGRÍCOLA		LINHAS DE FINANCIAMENTO CRÉDITO AGRÍCOLA				
	FORMAL (BANCOS)	INFORMAL (INTERME DIÁRIOS/ INDÚSTRIA)	POL. CRÉDITO AGRÍCOLA			POL. PREÇOS MÍNIMOS	
			INVESTIMENTO	CUSTEIO	COMERC.	E G F (EMPRÉSTIMOS DO GOVERNO FEDERAL)	A G F (AQUISIÇÃO DO GOVERNO FEDERAL)
1. São José do Calçado							
2. Bom Jesus do Norte							
3. Apicã							
4. Mimoso do Sul							
5. Atílio Vivacqua			1	1	1		
6. Cachoeiro de Itapemirim							
7. Rio Novo do Sul							
8. Iconha							
9. Castelo							
10. Alegre							

continua

¹Deficiente.

continuação

MUNICÍPIOS	FONTES DO CRÉD. AGRÍCOLA		LINHAS DE FINANCIAMENTO CRÉDITO AGRÍCOLA				
	FORMAL (BANCOS)	INFORMAL (INTERME DIÁRIOS/ INDÚSTRIA)	POL. CRÉDITO AGRÍCOLA			POL. PREÇOS MÍNIMOS	
			INVESTIMENTO	CUSTEIO	COMERC.	E G F (EMPRÉSTMOS DO GOVERNO FEDERAL)	A G F (AQUISIÇÃO DO GOVERNO FEDERAL)
11. Muniz Freire							
12. Presidente Kennedy							
13. Itapemirim							

Fonte: Escritórios Locais da EMATER, Dez/81.

A falta de crédito para a comercialização vem facilitar, por outro lado, aqueles intermediários ou o próprio capital comercial na compra do gado para abate.

BOLSÃO 7 - BANANA

Localiza-se no extremo Nordeste do Município de Mimoso do Sul, limitando-se ao norte com o Município de Muqui. Situa-se no complexo pecuária.

Cultivada em encostas, excessos de precipitação e estio não chegam a trazer sérios danos à produção. Diferentemente do que ocorre na Região-Programa como um todo, é pequena a incidência de erosão, segundo informações da EMATER. O solo é de média fertilidade, sendo tratado na forma manual, acontecendo o mesmo para o plantio e o preparo da terra.

A estrutura fundiária, do ponto de vista do número de estabelecimentos do bolsão, relativo ao número total dos estabelecimentos da Região-Programa V, é determinada por uma dominância de 10-50/0-10ha. Por outro lado, em termos da área apropriada pelos estabelecimentos do bolsão, relativa à área total, apropriada pela Região-Programa V, a estrutura fundiária é caracterizada por uma dominância do estrato *mais de 100ha*. Do cruzamento dos dados de número com os dados de área, podemos concluir que a estrutura fundiária é determinada por uma concentração de micro e pequenos estabelecimentos, com significativa dominância de estabelecimentos no estrato *mais de 100ha*.

As relações de trabalho presentes no bolsão caracterizam-se pela seguinte composição: MOF/MOF-PA/MOF-AP¹. *Com uma dominância da mão-de-obra familiar articulada com a parceria, existe uma pequena incidência da mão-de-obra familiar articulada com o assalariamento permanente.*

A comercialização é realizada por 3 (três) intermediários que recolhem a produção e a revedem na CEASA/Campos (RJ).

Existem linhas de crédito para o investimento e o custeio, cuja fonte é formal.

¹MOF: mão-de-obra familiar; PA: parceria; AP: assalariamento permanente.

4.4.

COMPLEXO CAFÉ/PECUÁRIA

As manchas Café/Pecuária apresentam uma estruturação econômica onde as duas atividades são concorrentes, do ponto de vista de geração de renda.

As condições de relevo e a estrutura fundiária aparecem como duas importantes categorias que entram na determinação dos complexos específicos a serem analisados.

No geral, as relações de trabalho, da atividade cafeeira, seguem as linhas gerais explicitadas para as manchas - café. As relações da pecuária apresentam uma predominância do assalariamento permanente. O assalariamento do *campeiro* é a forma mais comum de mobilização de força de trabalho nos grandes estabelecimentos, apesar de também ocorrer, com menor frequência, nos estabelecimentos menores de 100ha. Nestes predomina a utilização da mão-de-obra familiar do proprietário.

A comercialização do café também funciona da mesma forma explicitada para a mancha - café, com algumas especificidades locais. A comercialização do leite é efetivada através de cooperativas de maior porte que as encontradas na mancha - café, as quais têm um grande peso na determinação da produção e circulação locais.

4.4.1. CAFÉ/PECUÁRIA I

A mancha café/pecuária I ocupa uma área de 108.594ha, equivalente a 11,6% da área total ocupada pela Região V. englobando a totalidade dos municípios de Guaçuí e Divino de São Lourenço (exceto uma pequena parte a leste, fronteira com Dores do Rio Preto), parte de Dores do Rio Preto (Sul), Alegre (Norte, região de Ibitirama) e Iúna (pequena região, ao Sul do município).

Esta mancha econômica forma um complexo conivente café/pecuária, onde as culturas de milho e feijão encontram-se associadas ao café, ficando o cultivo de arroz restrito à utilização de parte das várzeas existentes. Os pequenos estabelecimentos têm sua atividade econômica dividida entre o café e a pecuária, com maior importância para o primeiro; os grandes, seguindo uma estratégia empresarial, também diversificam sua produção entre o café e o leite.

A mancha está situada a uma altitude que varia entre 600 e 800 metros. A parte constituída pelo município de Guaçuí e parte de Dores do Rio Preto apresenta uma grande área de terras planas, enquanto o resto da mancha ainda apresenta um grande índice de declividade.

No tocante à estrutura fundiária observa-se que a área composta por Divino de São Lourenço, Iúna e Alegre, apresenta uma combinação entre pequenos e grandes estabelecimentos, enquanto a região de Dores do Rio Preto e, principalmente Guaçuí, apresenta uma predominância de grandes estabelecimentos.

A descrição da estrutura fundiária e das condições naturais abre a perspectiva de uma possível futura subdivisão da mancha.

A maior especificidade da região, no tocante às relações de trabalho, é a grande utilização de trabalho volante, com grande incidência em Guaçuí. O assalariamento temporário existe conjugadamente à parceria e ao assalariamento permanente, no café, sendo também utilizado nas tarefas da pecuária. Esta atividade é forte, não só nos grandes estabelecimentos, como também nos pequenos que têm uma participação razoável na produção de leite. Em alguns municípios, como Divino de São Lourenço, os pequenos estabelecimentos são responsáveis pela maior parte da produção.

A estrutura de comercialização do café apresenta uma menor ramificação da rede de intermediários locais, com uma grande polarização da venda para intermediários-exportadores de Guaçuí. Dois desses agentes controlam todo o comércio de café dessa região. A comercialização do leite também é quase toda polarizada por Guaçuí, através da COLAGUA (Cooperativa de

Laticínios de Guaçuí), que é uma das grandes Cooperativas da Região-Programa V.

A maior parte dos recursos oficiais de financiamento tem sido canalizada na forma de crédito de custeio para café, milho, feijão e arroz. Tem havido uma grande escassez de recursos para a pecuária, tanto de investimento, quanto de custeio. O financiamento para comercialização tem sido quase que exclusivamente utilizado por intermediários de café. O financiamento para formação de lavouras de café, fechado no ano agrícola 81/82, direcionou fartos recursos para a região, que apresenta uma certa particularidade: a proporção de cafeeiros financiados sobre o total da mancha é bastante alta, o que pode ser explicado pela estrutura fundiária mais concentrada, na qual os grandes proprietários financiam tudo o que plantam.

Os grandes proprietários ainda são os grandes beneficiários da política oficial de financiamento agropecuário, apesar do aumento da participação dos pequenos proprietários no total emprestado pelos bancos. Os meios, via de regra, só têm acesso ao financiamento através de repasse do crédito do proprietário. Outra importante fonte de financiamento é o empréstimo informal dos compradores de café. Este sistema é tão forte, que há intermediários considerados verdadeiros *bancos*.

4.4.2. CAFÉ/PECUÁRIA II

Abrangendo parte dos municípios de Muqui (Leste), Atílio Vivacqua (Nordeste), Jerônimo Monteiro (Norte), penetrando em parcela ínfima de Cachoeiro de Itapemirim (na altura da divisa municipal deste com Jerônimo Monteiro), a mancha Café/Pecuária II ocupa 47.785ha, equivalendo 5,12% do total da área da Região-Programa 5.

Nesta mancha, o café e a pecuária disputam, em termos de geração de renda, a primazia econômica, através de uma combinação daquelas culturas, constituindo um complexo conivente.

No interior da mancha desenvolve-se, ainda, as culturas do milho e feijão (não apenas intercalados ao café, mas também formando um bolsão à parte), arroz, mandioca e olericultura (esta última, mais especificamente no extremo Norte de Atílio Vivacqua).

Há uma variação de relevo no sentido descendente (de 600 para 200m) até atingir as áreas baixas de Cachoeiro e Atílio Vivacqua. Entende-se esta área como uma possível projeção da Pecuária que a circunda. Presta-se ao cultivo do café devido à grande ondulação do terreno, constituindo-se o relevo em um dos determinantes do caráter de convivência do complexo.

Em termos de estrutura fundiária, assemelha-se ao Sul da mancha Café/Pecuária I, sendo, apenas, um pouco menos concentrado que esta e, portanto, área de grande incidência de estabelecimentos maiores.

No que se refere às relações de trabalho, não há grandes distinções a ressaltar. O café é tocado pela mão-de-obra familiar e pela força de trabalho da família do parceiro nos pequenos estabelecimentos (dependendo do número de cafeeiros plantados), médios e grandes, havendo contratação de assalariamento temporário em época de grande demanda por mão-de-obra, ou seja, época de colheita e plantio. A pecuária fica sob os cuidados do *campeiro* no geral e da mão-de-obra familiar nos pequenos estabelecimentos. Vale lembrar a possibilidade de existir a combinação da cultura do café com a Pecuária também nas pequenas propriedades, não apenas como estratégia de sobrevivência, mas no sentido de o pequeno proprietário se ocupar do café, deixando a pecuária por conta do *campeiro*, ou se ocupar da pecuária e entregar o cafezal aos cuidados do parceiro.

As demais culturas (milho, feijão, arroz e olericultura) são tipicamente de pequena produção, utilizando-se a mão-de-obra familiar.

A comercialização do café é feita através da mesma rede de intermediação, anteriormente descrita, sendo polarizada pelos intermediários exportadores de Castelo e centralizadores regionais de Alegre (Muqui e Jerônimo Monteiro) e Cachoeiro de Itapemirim (Atílio Vivacqua). O leite é

comercializado através da CLCI, em maior escala, COLAIL (Cooperativa de Laticínios de Itapemirim Ltda) e, COLAMISUL (Cooperativa de Laticínios de Mimoso do Sul).

O feijão, olericultura e parte do milho são vendidos através de pequenos intermediários e/ou pelo próprio produtor na sede do município ou em municípios vizinhos. A mandioca quase não é comercializada, sendo utilizada também como forragem. Há que se ressaltar a existência de plantação de milho para a AGROCERES, vinculada diretamente ao capital industrial, com a finalidade de produção de sementes, dando-se em pequenos estabelecimentos, com utilização da mão-de-obra familiar.

A intervenção do Estado tem se restringido à concessão de crédito de custeio a cultura de subsistência, ao café e a pecuária. O crédito para investimento depende das determinações dos bancos.

4.4.3. CAFÉ/PECUÁRIA "A"

CAFÉ/PECUÁRIA "B"

Situadas no interior do município de Cachoeiro de Itapemirim, englobando os distritos de Burarama e parte próxima a Conduru e Vargem Grande do Soturno, respectivamente.

Ocupam uma área de 6.625ha (A) e 7.577ha (B), o que equivale a 0,71% e 0,81%, respectivamente, da área da Região-Programa V.

Área em que se encontra mais uma vez, a primazia econômica disputada pelo café e pela pecuária, constituindo um complexo conivente. A cana-de-açúcar é, ainda, desenvolvida no interior desta mancha por pequenas e médias propriedades com sua produção voltada para alambiques e para a Agroindústria Conduru Ltda, a qual se utiliza da mão-de-obra, familiar e parceria e, esporadicamente, de assalariamento temporários.

Situam-se em área onde o relevo transiciona no sentido ascendente em direção às áreas de café de Castelo (Mancha A) e de Vargem Alta (Mancha B), variando de altitude de 200 a 600m acima do nível do mar, com declividade acentuada.

Quanto à estrutura fundiária, observa-se a dominância das pequenas propriedades, em termos de número; em termos de área, dominância das grandes e convivência das pequenas com as grandes: trata-se de uma estrutura fundiária pulverizada.

Há a utilização de mão-de-obra familiar e parceria nas pequenas propriedades (sendo que estas estão mais voltadas para a cultura do café), havendo ainda, quando da combinação café/pecuária, nas pequenas, a incidência do assalariado permanente. Nas grandes propriedades utiliza-se principalmente o parceiro no café e o *campeiro* na pecuária, sendo que estas voltam-se prioritariamente para a pecuária, combinada com o café, por estratégia empresarial.

A comercialização do café, se dá através de intermediação, sendo polarizado por Castelo, Cachoeiro de Itapemirim e Venda Nova. A comercialização do leite é feita através da CLCI (Cooperativa de Cachoeiro de Itapemirim Ltda) e COLAIL (Coop. de Laticínios de Itapemirim Ltda), através do regime de quotas vigente em todo país.

No que se refere à intervenção do Estado, nesta área, em nada difere do que ocorre na mancha café/pecuária II.

BOLSÃO 5 - OLERICULTURA

Localiza-se no extremo Noroeste do Município de Atílio Vivacqua, limitando-se a Oeste com o Município de Muqui. Situa-se no complexo café-pecuária.

Cultivada nas baixadas e encostas com pequena declividade, mesmo assim o processo de erosão traz graves consequências à produção. Utilizando-se de equipamentos mecânicos para o preparo da terra, assim como de sementes selecionadas para o plantio, os produtores desenvolvem os tratos culturais na forma manual. Excessos de precipitação e estio não chegam a trazer sérios danos à produção.

Do ponto de vista do número de estabelecimentos relativo ao número total da Região-Programa V, a estrutura fundiária é definida pelos estratos 0-10/10-50ha. Do ponto de vista da área apropriada em relação à área da Região, existe uma dominância nos estratos 10-50/mais de 100ha. Portanto, no cruzamento de número com área apropriada, conclui-se que no bolsão *a estrutura fundiária é caracterizada por uma concentração de micro e pequenos estabelecimentos, com incidência de grandes.*

As relações de trabalho são definidas por uma incidência dominante da seguinte conjugação: AP-AT/MOF (assalariamento permanente conjugado com o assalariamento temporário e a mão-de-obra familiar). No geral, *pode-se afirmar que existe uma dominância explícita do assalariamento permanente conjugado com o assalariamento temporário.*

A comercialização da produção é desenvolvida das seguintes maneiras:

- a) Diretamente na CEASA/ES;
- b) Através de intermediários que, por sua vez, encaminham-na à CEASA/ES e;
- c) Na feira dos produtores de Cachoeiro de Itapemirim (venda direta ao consumidor;

Existem linhas de crédito para investimento e custeio, cuja fonte é formal (bancos).

4.5.

COMPLEXO - CANA

A atividade canavieira está basicamente concentrada no município de Itapemirim, estendendo-se do centro do município em direção ao Sul, chegando a abranger o Nordeste do Município de Presidente Kennedy. Embora esta atividade se estenda também para o Norte do Município de Itapemirim, sua expressão econômica para os estabelecimentos agrícolas aí localizados é consideravelmente menor que a da pecuária bovina, que é a atividade dominante.

Destaca-se no interior do complexo - cana um bolsão da cultura do abacaxi. Embora sendo uma atividade que apresenta grande rentabilidade, sua expansão é dificultada devido as pragas existentes na região (*fusarium*) e a falta de mercado. A heveicultura aparece como atividade embrionária, não tendo ainda grande significação como fonte alternativa de renda.

O complexo encontra-se situado numa área favorável ao plantio da cana: latossolo vermelho - amarelo distrófico; em termos de relevo, apresenta uma declividade inferior a 35%, embora existam áreas com declividade superior àquela (não chegam a representar 20% do total da área da região).

Os aspectos naturais não chegam a constituir impedimento à produção (baixa declividade, solo razoavelmente propício, etc). Daí a introdução da cultura no município de Itapemirim em fins do século XIX por produtores vindos de Campos (RJ).

O complexo apresenta uma estrutura fundiária em que 90,2% do total de estabelecimentos pertencem ao estrato de 0 a 50ha, sendo que 63,6% estão no estrato de 0-10ha. Em contrapartida, a área ocupada por aquelas propriedades (0-50ha) representa 12,3% da área total do complexo¹.

¹Segundo dados censitários do IBGE, 1980.

É necessário verificar como que esses pequenos estabelecimentos sobrevivem basicamente da cultura canavieira, visto que na região a produtividade é de 35t/ha, se comparada ao mínimo viável para implantação de uma usina de álcool que é de 70t/ha. Outro fator a ser estudado são as técnicas utilizadas, principalmente pelos pequenos produtores, referente ao plantio da cana.

Vale aqui destacar a presença da Usina Paineiras, responsável pela compra de maior parte da produção dos estabelecimentos agrícolas da região, mesmo ela possuindo uma grande área de cultivo.

Como é um complexo em que se concentra grande número de pequenas propriedades, a *condição do produtor* predominante é a do proprietário individual, utilizando a mão-de-obra familiar. Esta representa 68% da força de trabalho ocupada.

É comum no cultivo da cana a parceria na base de 25% do valor bruto da produção, sendo que o parceiro não tem nenhum poder de decisão sobre o mesmo.

Na cultura do abacaxi, aparece o arrendatário que paga um preço fixo pela exploração da terra.

Nas propriedades maiores de 50ha aparecem no primeiro ano de plantio os assalariados permanentes e temporários; nos anos que se seguem, utilizam somente o assalariamento temporário. Nas propriedades maiores de 100ha está aumentando o grau de mecanização, diminuindo, dessa forma, o número de assalariados.

É muito comum na região a troca de serviços, principalmente na colheita e no transporte da cana até a usina. Muitas vezes, emprestam-se ou alugam-se os meios de transporte.

A comercialização da cana é feita pelo sistema de quotas, estabelecido pela usina, sendo que o preço está baseado na política de preços mínimos.

mos do IAA. Caso o produtor exceda a quantidade estabelecida previamente, o preço da produção é discriminado: a usina paga uma quantia bem inferior pelo excedente. Como a Usina Paineiras é monopsonica, seu poder de ditar os preços e as condições da produção é praticamente absoluto.

Inexiste uma rede de intermediação na mancha, isto porque o produtor só obtém financiamento junto à rede bancária, na medida em que possui um compromisso junto à usina de fornecimento da produção: é a chamada *carta de compromisso* (estabelece um estreito vínculo do produtor ao capital industrial).

Como nem todos os produtores possuem meios de transporte, é comum o aluguel de carretas e caminhões para a entrega da produção.

A usina possui um técnico que supervisiona o campo, visitando os produtores, estabelecendo quando estes devem colher a produção. Cada produtor tem um dia pré-fixado para a entrega.

Um dos problemas que tem dificultado muito os pequenos produtores a obterem crédito é a burocracia. A necessidade de se apresentar avalista ou garantia, constitui-se bloqueio para o pequeno proprietário. A morosidade dos processos também tem prejudicado; em 1981 não houve expansão de crédito para a cana.

Foi constatada a presença de fontes informais de financiamento, mas não se sabe como tem sido seu funcionamento junto aos produtores.

É comum os produtores pleitearem crédito para a cultura do abacaxi, plantando uma pequena área e aplicando o restante dos recursos no cultivo da cana.

BOLSÃO 6 - ABACAXI

Localiza-se na região Centro-Leste do Município de Itapemirim, no complexo cana. Segundo informações da EMATER, a existência deste cultivo de abacaxi em Itapemirim não é ameaçada pelo avanço da cana, diferentemente da quase totalidade dos plantios disseminados que se desenvolvem no município, especialmente na zona costeira, a leste.

Uma certa instabilidade no cultivo decorre da existência de pragas e oscilação dos preços. Cultivado numa declividade de até 40%, num solo de textura leve-argilo-arenoso -, excessos de estio ou de precipitação não chegam a trazer sérios problemas à produção. Mesmo com condições topográficas bastante regulares, a erosão do solo constitui-se num grave problema, depauperando-o. O cultivo é desenvolvido num solo de fertilidade média, com o uso de mudas selecionadas, cujo preparo da terra é mecanizado e tratamentos culturais na forma manual.

A estrutura fundiária, do ponto de vista do número dos estabelecimentos relativo ao número total da Região-Programa V, é feida por uma dominância de 0-10/10-50ha. Do ponto de vista da área apropriada, relativa à totalidade da área apropriada pela Região-Programa, existe a seguinte dominância: mais de 100/10-50/mais de 400ha. Conclui-se que *no bolsão de abacaxi existe uma concentração de micro e pequenos estabelecimentos, com incidência de grandes e muito grandes.*

No tocante às relações de trabalho, *existe uma dominância absoluta da mão-de-obra familiar.*

A comercialização é realizada através de intermediários que revendem o produto na CEASA/ES, no Rio Grande do Sul e na Argentina.

É importante ainda observar que na região existem 3 (três) indústrias - para a transformação do abacaxi em calda -, hoje desativadas: *Baby, Only*, e outra, cujo nome não foi possível ser detectado.

Como fonte formal (bancos), existem para o abacaxi linhas de crédito para o custeio.

4.6.

COMPLEXO PECUÁRIA - MANDIOCA

A pecuária, que aparece como principal expressão econômica deste complexo, ocupando a maior parte das terras em estabelecimentos maiores de 50ha, convive com outras culturas; a exemplo disto aparece a mandioca, predominante em pequenas propriedades, situada em áreas menores de 50ha, ocorrendo, inclusive, um sistema rotacional em grandes propriedades com plantio do tubérculo para recuperação de solos depauperados pelo uso intensivo de gramíneas.

Esta convivência pode ser analisada também pelo aspecto da mão-de-obra, ocupada, pois, além dos pequenos proprietários, que após cuidarem de suas lavouras se dirigem para trabalhar temporariamente nos grandes estabelecimentos nas mais diversas tarefas, aparecem os parceiros (meeiros) e arrendatários (com a decisão da produção vinculada ao proprietário). Geralmente, o que explicita a convivência destas culturas são as condições naturais (tipo de solo, clima etc).

Interrelacionando-se, mas com pequena expressão, aparece o café, de baixa produtividade (kg/ha), com claras tendências a desaparecer; além deste, surge o arroz na pequena produção e o feijão, que supera o arroz em termos econômicos e é plantado por toda a região da Pecuária/Mandioca.

. PECUÁRIA

Esta atividade é a principal responsável pela geração de renda no complexo.

Além disso, apresenta condições que exigem uma periódica rotação com outros elementos cultiváveis em sua área, o que leva o produtor, numa tentativa de recuperação de solo desgastado, a abrir espaço para novos cultivos. Uma outra característica importante é a localização da pecuária, pois situa-se em estabelecimentos maiores de 50ha, com forte predominância

cia nos maiores de 100ha.

. MANDIOCA

É a cultura responsável pela ocupação de áreas dos estabelecimentos menores de 50ha, o que a torna o principal fator de reprodução dos pequenos proprietários. Esta produção é basicamente voltada para a indústria farinheira, e em alguns casos esporádicos, utiliza-se a rama para a forragem. A partir disso, observa-se a integração da mandioca com a pecuária.

. CAFÉ, ARROZ, FEIJÃO

Estes cultivos estão agregados ao complexo em questão, por serem os responsáveis pela reprodução da força de trabalho, exercendo a função de complementação da renda do parceiro.

CONDIÇÕES NATURAIS

É uma região formada basicamente por solos com declividades abaixo de 30% o que justifica extensas áreas de pastagem.

Outro elemento a ser considerado é o desmatamento excessivo que a região vem sofrendo de 10 anos para cá, restando, atualmente, pouco de sua cobertura vegetal natural.

Além das características citadas acima, ressalta-se o bom índice de fertilidade dos solos que, associado ao clima tropical (seca no inverno e chuvas no verão), resulta em um benefício geral para as culturas existentes na região.

. *Pecuária*

Localiza-se predominantemente em áreas de baixada e é a cultura que mais sofre com a seca nos meses de maio, junho e julho, havendo necessidade de deslocamento dos rebanhos situados nas partes altas para as baixadas, numa tentativa de se manter a estabilidade da produção leiteira. Nos meses em que as chuvas se intensificam, o movimento é no sentido das regiões baixas para as altas, principalmente as que ficam próximas à bacia do rio Itabapoana, que em suas enchentes inunda grandes áreas.

Estas inundações prejudicam a pecuária; por outro lado, são muito benéficas à fertilização natural da terra, depositando uma grande quantidade de humus nos solos mais próximos às margens do rio.

. *Mandioca*

Situa-se nas partes altas das propriedades maiores de 50ha e nas menores de 20ha, não obedecendo aos critérios de declividade, desenvolvendo-se por toda a extensão do estabelecimento. A composição do solo areno-argiloso permite um bom desenvolvimento desta cultura, não existindo maiores problemas.

. *Café, arroz e feijão*

O primeiro é proveniente de encostas e, em alguns casos de terreno recém-desmatado, as condições naturais não são propícias ao seu desenvolvimento, cujo tipo é *conilon*. O arroz encontra bom desenvolvimento nas várzeas úmidas, que existem em pequenas extensões, tendo uma produção limitada.

O feijão é expressivo nesta região e tem o seu plantio localizado junto a outras culturas, ora em consórcio (mandioca), ora em rotação (pecuária).

A estrutura fundiária da região é caracterizada por uma dominância muito forte, em número, para os estratos de 0-50ha, com um número expressivo de estabelecimentos de 0-10ha, todos estes disseminados ao longo da mancha pecuária/mandioca¹.

Em termos de área, encontramos um quadro totalmente inverso do citado acima, pois as propriedades maiores de 50ha açambarcam quase toda a extensão da região, com uma forte predominância para as maiores de 100ha.

As relações a seguir serão determinadas pela articulação entre o tipo de cultura e a estrutura fundiária, inserindo-se neste contexto a *condição do produtor* e as relações de trabalho.

1. Pecuária:

50ha a mais - o proprietário individual é a condição predominante, não se tendo notícias, a não ser num único caso de ocupação, da participação de outras formas (parceria, arrendamento) inseridas no processo produtivo.

A mão-de-obra que se destaca é a dos assalariados permanentes, isto para os tratos normais; em épocas específicas de maior necessidade (capina, bateção de pastos, construção de cercas, etc), recruta-se assalariados temporários.

2. Mandioca:

0-50ha - a *condição do produtor* que mais aparece é a de proprietário individual e este emprega nos trabalhos a mão-de-obra familiar. Em épocas específicas, como as de plantio e colheita, surge o assalariamento temporário.

50-100ha - o produtor é o proprietário individual que utiliza em pequena escala a mão-de-obra familiar e também o parceiro. Este parceiro geralmente trabalha junto com os membros da própria família.

¹Cf-IBGE, Censo Agropecuário 1980.

Numa escala superior surge o assalariamento temporário, cujo emprego se dá de acordo com as épocas de maior ou menor necessidade.

100ha a mais - nestes estabelecimentos predomina o proprietário individual, surgindo, em quantidade expressiva, arrendatários com o tipo de cultura definido pelo proprietário. O contrato de arrendamento é feito pelo prazo de 2 anos, isto porque a instalação da cultura, nas grandes propriedades, é feita para a recuperação das pastagens.

Além destes, encontra-se o parceiro e a relação tipo *troca-dia*, ou seja, proprietários trocando dias de trabalho entre si, de acordo com a necessidade de cada um.

Uma nova relação detectada recentemente é a do proprietário que *empresta* a terra para o plantio da mandioca, sendo que, após o fim do ciclo da cultura, o *produtor* lhe *paga* preparando as pastagens, no lugar onde ha via mandioca.

3. Café - arroz - feijão:

50ha a mais - no primeiro, encontra-se proprietários individuais utilizando, com muita expressão, parceria e assalariamento temporário, além da *troca-dia* de serviços entre os parceiros.

0-10ha - no arroz, plantado junto a outras culturas, emprega-se expressivamente a parceria, sendo que esta se compromete a fornecer 1/3 ao proprietário. Nos pouquíssimos casos em que este último desenvolve o cultivo, utiliza-se da mão-de-obra familiar.

0-50ha - feijão, proprietários individuais com larga utilização da mão-de-obra familiar e nos estabelecimentos maiores de 50ha encontra-se o assalariamento temporário.

PECUÁRIA LEITEIRA

Toda a produção é recolhida pelos 2 postos de recepção existentes próximos à região, representantes da Cooperativa de Laticínios de Cachoeiro de Itapemirim (CLCI) e da Cooperativa de Laticínios de Itapemirim (COLAIL). Todo o transporte da produção é da responsabilidade das cooperativas, mas quem o paga é o produtor.

A origem do descontentamento dos produtores em relação a estas cooperativas existe em função do pouco espaço de atuação junto às mesmas, com poder limitado de interferência, além do sistema de cota por produtor, que eles acreditam estar sendo mal administrado.

MANDIOCA

A maior parte desta produção (85%) é escoada para o município de Campos (Rio de Janeiro), ora através de intermediários, ora através das farinheiras.

O excedente fica na região e é comercializado pelas farinheiras locais, sendo o intermediário presença destacada no processo produtor/indústria.

Destaca-se neste esquema a farinheira *Cláudia*, que compra farinha bruta de pequenas indústrias (diretamente) para reprocessá-la (retorra, refinamento, etc).

Os intermediários que atuam no processo aparecem em número pequeno (± 7), sendo alguns proprietários de terra, outros comerciantes locais e outros ainda parceiros na mandioca. Em permanente disputa, numa tentativa de açambarcar cada vez mais o mercado, são esses intermediários que determinam o preço pago ao produtor (isto, provavelmente, num acordo estabelecido entre eles), ganhando em torno de 25% do total pago pelas indústrias à tonelada do produto.

Recentemente duas indústrias de Campos têm comprado (casos esporádicos) a produção, responsabilizando-se pela colheita e transporte, onde o papel do produtor é o de apenas observar a pesagem final do produto.

Este fato é importante na medida em que sugere um vínculo cada vez mais estreito entre o produtor e a indústria, estabelecendo um grau de dependência cada vez maior do primeiro em relação ao segundo.

A Cooperativa dos produtores de mandioca está em processo de organização há mais ou menos um ano, com cadastramento de produtores (pequenos, médios e grandes) e um processo de discussão adiantado, faltando, basicamente, para entrar em funcionamento, localizar os pontos de comercialização e o estabelecimento da cota de cada produtor.

CAFÉ, ARROZ E FEIJÃO

Estes produtos, de pequena expressão econômica, são comercializados por intermediários locais, na própria região.

4.7.

COMPLEXO - OLERICULTURA

Localizado a Nordeste da Região-Programa V, abrangendo parte dos Municípios de Conceição do Castelo, Castelo e Cachoeiro de Itapemirim. O complexo - olericultura abrange as seguintes culturas: tomate, batata, alho, repolho, abóbora, pimentão e cenoura.

Em termos de valor, assume maior expressão no distrito de Vargem Alta (Cachoeiro de Itapemirim). Nos demais municípios a expressão de valor fica mais restrita à área onde se encontra localizado, pois para o município como um todo (Castelo e Conceição do Castelo), o café e a pecuária assumem papel de destaque no valor da produção agrícola.

No complexo - olericultura constata-se a existência das culturas do milho e do feijão, que assumem expressão no sentido da estratégia de sobrevivência dos pequenos produtores e dos parceiros, sendo portanto, culturas de subsistência.

O complexo se estende por uma área de 18.657ha, ou seja, 2,0% da área total ocupada pela Região-Programa V.

A produção se encontra em baixadas com até 20% de declividade e é rotacionada com outras olerícolas ou com o milho e o feijão.

A região de Vargem Alta apresenta os solos menos férteis da mancha, ou seja, grande parte do solo é arenoso.

Em Conceição do Castelo, na área de produção de alho, encontra-se terreno muito fértil, isto é, terra roxa.

- . Preparo da terra - mecanizado
- . Semeadura - tipo: selecionada e certificada em Forno Grande. Mecanizada e manual.

- . Tratos culturais - capina: manual e utilização de herbicida; pragas: tratamento com pesticida. Utilização de irrigação. Adubação química frequente.
- . Colheita: manual.

As estradas vicinais se encontram em estado precário; em época de chuvas torna-se difícil o escoamento da produção, chegando mesmo a se perder parte da produção.

QUADRO 4.7.1

ESTRUTURA AGRÁRIA SEGUNDO A *CONDIÇÃO DO PRODUTOR* E AS *RELAÇÕES DE TRABALHO*

ESTRATO DE ÁREA	CONDIÇÃO DO PRODUTOR	RELAÇÕES DE TRABALHO
0-100ha	Proprietário individual - arrendatário	MOF + AT + PA ²
100-500ha	Proprietário individual - arrendatário	MOF + AT + AP ¹ + PA ²
+ 500ha	Proprietário individual - arrendatário	MOF + AT

Fonte: EMATER/IJSN

MOF = Mão-de-obra familiar; AT = assalariamento temporário; AP = assalariamento permanente; PA = parceria.

¹Ocorre em Forno Grande.

²Ocorre em Conceição do Castelo.

Segundo os dados do quadro acima, o arrendamento ocorrem em Vargem Alta, e se assemelha à parceria autônoma, conforme a classificada pelo IBGE; ou seja, o pagamento da utilização da terra é feito com percentagem da produção.

Predomina na mancha como um todo, as pequenas propriedades. No distrito de Forno Grande ocorre cerca de 94% de pequenos estabelecimentos em relação ao número total de estabelecimentos do município, porém convivendo com médios e grandes estabelecimentos que perfazem 40% da área, aproximadamente, estes grandes estabelecimentos têm como atividade principal a pecuária, pouco expressiva em relação a renda gerada no distrito.

Excepcionalmente, em Vargem Alta, além de pequenos estabelecimentos, existem outros maiores que exibem um alto grau de mecanização e modernização (grande utilização de tratores), de propriedade de imigrantes japoneses.

A mão-de-obra familiar (MOF) é a grande responsável pela produção oléícola. Tem expressão significativa na mão-de-obra utilizada o sistema de parceria, garantindo o volume suficiente de força de trabalho, já que a produção é muito intensa e há pouca disponibilidade de trabalhadores assalariados.

Na parceria, os meeiros e colonos participam basicamente, como fornecedores de mão-de-obra, já que o proprietário é quem decide o que vai ser produzido. Este último, fornece ao parceiro todos os insumos (adubos, defensivos etc.) e financiamento necessários à produção, e em troca o parceiro paga ao proprietário cerca de 50% do total da produção (em espécie), ficando o restante para o meeiro. É-lhe permitido o cultivo de milho, feijão e outras culturas de subsistência, sendo que esta produção lhe pertence totalmente.

Apesar da mão-de-obra familiar e da parceria serem o suporte básico da força de trabalho utilizada, mais e mais se introduz trabalhadores assalariados (há deslocamento de trabalhadores de outras áreas à procura de emprego). Nos grandes estabelecimentos de Vargem Alta, os proprietários nipo-brasileiros, além da mão-de-obra familiar, utilizam-se de assalariados permanentes, que trabalham com carteira assinada, e também de assalariados temporários.

Ocorre a intermediação em parte da região (Conceição do Castelo e Vargem

Alta): a produção comprada pelos intermediários é exportada principalmente para Campos (Rio de Janeiro) e CEASA/BA.

O restante da produção é comercializada diretamente pelo produtor em feiras livres, em mercados, ou é trazido para a CEASA/ES, onde é comum os produtores virem juntos com outro que tenha caminhão; depois dividem entre si as despesas com transporte.

Para o alho, ocorre fenômeno diferenciado do geral: trata-se de uma atividade bastante rentável, devido ao preço de mercado que vem incentivando a produção nos últimos anos. Sua comercialização ocorre diretamente do produtor aos atacadistas de Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Campos (RJ).

Em Forno Grande (Castelo), onde se concentra grande área com produção oléícola, não há disponibilidade de crédito para esta cultura.

Nas demais áreas há fonte de crédito formal, predominantemente o Banco do Brasil e o BANESTES, para custeio e investimento, sendo que este último, depende de critérios do Banco.

O crédito é possível para os arrendatários, mediante a apresentação do contrato de arrendamento, lavrado em cartório.

4.3.

COMPLEXO - BANANA
COMPLEXO - BANANA/CAFÉ

Estão situados basicamente nos municípios de Iconha (banana), Rio Novo do Sul (região alta, ao norte, com café e banana) e Cachoeiro de Itapemirim (distrito de Jaciguá, *bolsão*; distritos de Gruta e Belém, com banana).

O complexo - banana, localizado no município de Iconha, tem na cultura da banana a atividade principal, em termos de valor da produção agrícola gerado na área em questão.

Estende-se por uma área de 16.297ha, ou seja, 1.74% da área total da Região - Programa V.

O complexo banana-café, localizado no município de Rio Novo do Sul, deve ser considerado como um complexo excludente, ou seja, ao norte do município, onde se localiza, o café vem avançando sobre as áreas da banana, ocorrendo um processo de disputa entre eles; isto, devido aos incentivos que o café vem recebendo ultimamente. O complexo se estende por uma área de 9.634ha, ou seja, 1.03% da área total da Região-Programa V.

Tanto em um como em outro complexo, as culturas de milho e feijão são desenvolvidas como estratégia de sobrevivência dos pequenos produtores e parceiros. Estas produções tanto servem para seu próprio consumo como para a troca direta, nas mercearias e armazéns, por outros produtos também considerados essenciais para sua sobrevivência.

No complexo - banana, a cultura se encontra nas encostas, com 30 a 45% de declividade. É comum o cultivo de milho e feijão, intercalados com a cultura na fase de formação do bananal.

Conforme os aspectos físicos relatados, é forte a tendência à erosão do solo; entretanto, esta cultura contribui para a conservação do solo, mediante a cobertura total que faz do mesmo. Também tem sido um fator de aumento da fertilidade natural do solo, devido aos materiais que ali se depositam e se transformam em matéria orgânica.

A bananicultura é muito afetada pela seca, apesar de, no complexo, esta não se constituir atualmente um grave problema. Por ser tradicional na região tem dificultado a penetração de outras culturas.

No complexo banana-café, encontra-se o café em encostas com declividade superior a 30%, com feijão e milho intercalados na cultura. A banana também situa-se nas encostas com declividade superior a 30% e é comum o cultivo do feijão intercalado durante a formação do bananal.

Com relação à conservação do solo, a banana contribui da mesma forma que a descrita anteriormente. O café, milho e feijão também conservam o solo por serem cultivados em curvas de nível (o milho e feijão são consorciados ao café). Neste complexo a banana ocupa 53,44% da área e o café 46,56% da área¹, aproximadamente.

No período chuvoso as estradas ficam em estado precário, dificultando o escoamento da produção, o que não chega a se constituir em prejuízo, por não se tratar de produtos perecíveis. Do ponto de vista da eletrificação rural, as fontes utilizadas são quedas d'águas, uma vez que outras são altamente deficientes.

Do ponto de vista das condições técnicas da produção, tem-se:

- . Preparo da terra: manual;
- . Semeadura - tipo: sementes selecionadas feita manualmente;
- . Tratos culturais - capina: manual e herbicida;

¹Relativa à área total do Complexo.

- controle de pragas: pesticida
- irrigação: não há
- adubação: química e orgânica (café);

. Colheita: manual

QUADRO 4.8.1.

ESTRUTURA AGRÁRIA SEGUNDO A *CONDIÇÃO DO PRODUTOR* E RELAÇÕES DE TRABALHO

ESTRATO DE ÁREA	CONDIÇÃO DO PRODUTOR	RELAÇÕES DE TRABALHO
0 - 100	Proprietário individual - arrendá <u>rio</u>	MOF + PA + AT
100 - 500	Proprietário individual - arrendá <u>rio</u>	MOF + PA + AT

Fonte: EMATER/IJSN

MOF = mão-de-obra familiar

PA = parceria

AT = assalariamento temporário

Dos dados do quadro anterior, infere-se:

a) CONDIÇÃO DO PRODUTOR

Predomina o proprietário individual, ou seja, cerca de 85% dos estabelecimentos são de proprietários; no restante, predominam arrendamento e ocupação.

b) ESTRATO DE ÁREA

Nas áreas de banana que se encontram no município de Cachoeiro de Itapemirim predominam os pequenos estabelecimentos, **sendo que** apenas 9,76% deles são maiores que 100ha. Predominam os estabelecimentos na faixa de 0 - 100ha, com 90,24% em termos de número e 51,89% em ter

mos de área¹.

No complexo - banana, concentrado no município de Iconha, denota - se forte concentração de pequenas propriedades. Predominam estabelecimentos na faixa de 25 a 35ha. Nesta região se encontram os três maiores produtores de banana do Estado, explorando terras dos contínuas, chegando a somar 180ha.

No complexo banana-café, concentrado ao norte do município de Rio Novo do Sul, há apenas 5 propriedades maiores que 100ha; as demais se concentram na parte sul do município, na área de pecuária de leite. Neste complexo há uma predominância de pequenas propriedades, tanto em número quanto em área. Os estabelecimentos de 0 - 100ha significam cerca de 95% do número total e abrangem 76,4% da área. O estrato predominante é de 20 a 50ha, significando 32% do número de estabelecimentos e da área ocupada.

c) RELAÇÕES DE TRABALHO

Nas áreas em que se concentram a bananicultura, a força de trabalho utilizada é a mão-de-obra familiar, a parceria e o assalariamento temporário.

Nas plantações de banana localizadas em Cachoeiro de Itapemirim, predomina a mão-de-obra familiar e a parceria, no sistema de meia, sendo que o assalariamento temporário é utilizado em menor escala, na época dos tratamentos culturais.

Na bananicultura de Iconha, predomina o sistema de parceria. Na época da colheita é comum o *troca-dias* entre os parceiros. Nas propriedades de até 20ha predomina a mão-de-obra familiar. Ocorre também

¹Número e área, relativos ao número e área totais da Região-Programa V.

a utilização do assalariamento temporário em maior escala nas propriedades maiores de 100ha.

No complexo banana-café, situado em Rio Novo do Sul, o café vem disputando com a banana maior apropriação de área. A mão-de-obra familiar é a principal responsável pelo cultivo. Também é comum o *trocá-dias* entre os proprietários. Nas plantações de café ocorre o arrendamento, que é pago na proporção de 15 a 20% da renda da produção. Segundo o IBGE, o parceiro autônomo é mais representativo que o arrendatário. Nestas plantações de café é bastante utilizada a parceria e a forma de pagamento se dá da seguinte forma: café com parceria a meia; milho, feijão e arroz, a terça. Na época da colheita, não há falta de mão-de-obra, por ser comum o *troca-dia*.

Há uma experiência de condomínio nesta região, com 16 membros (ex-alunos do MEPES¹ e um professor). Começaram com um arrendamento e hoje já têm duas propriedades e um arrendamento; são os únicos que utilizam assalariamento temporário na época da colheita do café.

É muito forte na região a intermediação na comercialização do produto. Há uma grande cadeia de intermediação formada pelos atacadistas no município de Iconha, absorvendo toda a produção dos municípios de Rio Novo do Sul (banana como cultura principal), Iconha (como cultura principal) e Cachoeiro de Itapemirim (como cultura secundária), a preços reduzidos.

Aliada a essa intermediação dominante, existe o papel dos *banqueiros*, via de regra também produtores locais que absorvem toda a produção da banana, vendendo-a aos grandes atacadistas localizados no município de Iconha, com um lucro em torno de Cr\$ 2,00 por quilo¹ comercializado. No total, são cinco ou seis grandes atacadistas que têm toda a

¹Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo.

¹Informação de dez./81.

produção de banana sob seu controle. Desses, destacam-se três grandes depósitos, pertencentes às firmas *Estrela D'Alva* (proprietários do Rio de Janeiro); *Araponga* (grandes produtores locais) e *UBES* (União dos banicultores do Espírito Santo - formada por oito produtores da região). Esses grandes atacadistas absorvem toda a banana produzida pelos municípios de Alfredo Chaves, Guarapari, Anchieta, Iconha e Rio Novo do Sul, revendendo-a para os centros consumidores de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e, mais recentemente, Brasília.

Existe um acordo entre esses grandes atacadistas e os intermediários locais (*banqueiros*) no seguinte sentido: se por acaso algum produtor leva seu produto para ser comercializado, os atacadistas pagam o mesmo preço que o produtor conseguiria dos intermediários locais, como forma de manter a intermediação.

Encontra-se atualmente em fase de estudos a criação de uma *Cooperativa Estadual dos Produtores de Banana*, com sede em Alfredo Chaves (maior produtor de banana do Espírito Santo), que tem o objetivo de eliminar a cadeia de intermediação, comercialização diretamente nos centros consumidores, inicialmente no Rio de Janeiro, e posteriormente em Belo Horizonte e São Paulo.

Alguns dos produtores, que são também *banqueiros*, estão à frente na criação da Cooperativa, pois têm interesse nela. O que lucram atualmente na comercialização é ainda muito pouco significativo, se comparada com a possibilidade via cooperativa.

5.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

As características da estrutura fundiária, mercado de trabalho e estrutura produtiva, conferem uma importância fundamental ao capital comercial, enquanto instrumento viabilizador da subordinação da agricultura regional ao processo global de acumulação de capital.

A estrutura fundiária da Região-Programa V, além de ser a mais pulverizada do Estado, foi a menos atingida pelo processo de concentração da posse da terra observada no Estado do Espírito Santo, durante o período 60-80.

O mercado de trabalho regional ainda caracteriza-se por uma utilização predominante da mão-de-obra familiar e da parceria. Essa vinculação da força de trabalho à terra é bastante acentuada, apesar do intenso processo de expulsão populacional rural pelo qual passou a Região - Programa V no período 70-80 (embora menor do que o ocorrido a nível estadual). Tal processo não resultou em consideráveis inchaços populacionais de seus núcleos urbanos que permitissem vislumbrar a formação de um mercado de trabalho volante. Exceção para Guaçuí, onde já se encontra constituído, e organizado, um mercado de trabalhadores volantes que serve a toda a região compreendida pelos municípios de Guaçuí, Norte de São José do Calçado, Sul de Alegre e Sul de Dores do Rio Preto.

Dito isto, observa-se que não houve maiores transformações na forma como, historicamente, vinha se dando a ocupação produtiva do solo. Essa forma apresentava-se hegemonicamente definida e reproduzida pelo capital comercial. Na medida em que o capital comercial persiste, enquanto elemento fundamental e determinante da organização da produção agropecuária existente, acaba não viabilizando o progresso técnico.

A política agrícola federal visou, na última década, romper com as formas *arcaicas* de produção no meio rural, procurando introduzir tecnologia e alterar a estrutura produtiva a fim de criar uma agricultura mais moderna.

Na Região-Programa V esta modernização acabou por não se estabelecer, em função da própria forma de ocupação produtiva do solo, tanto em termos das culturas, quanto da distribuição da posse da terra. Cabe ressaltar que o capital comercial, dada sua hegemonia, dificultava a entrada desta modernização.

A atuação do capital comercial é mais expressiva nas atividades de café e banana, culturas em que a maior parte da produção é proveniente das pequenas propriedades, com destaque para sua inserção na atividade cafeeira, principal fonte de renda na Região V. As formas de atrelamento da produção agrícola ao capital industrial têm sua incidência limitada à produção de cana e mandioca, apresentando uma participação muito pequena na economia regional. A produção leiteira, efetuada em pequenos e grandes estabelecimentos, com maior parte da produção advinda dos grandes estabelecimentos, encontra-se subordinada a um tipo de capital que, apesar de não se assemelhar à forma tradicional de atuação do capital comercial, tampouco tem a ver com uma forma cooperativista, strictu sensu, de distribuição do produto. Trata-se de uma forma de associativismo que permite aos maiores produtores, os quais mantêm total controle sobre a empresa, auferir maiores ganhos de escala e poder de barganha no mercado, com uma grande facilidade de acesso e manipulação de incentivos e subsídios especiais.

A atuação do capital comercial é determinante para a reprodução de uma forma específica de organização da produção, proporcionando:

- . infra-estrutura necessária para o beneficiamento, centralização e escoamento posterior da produção;
- . linhas de financiamento informal que suplementam, e, muitas vezes substituem integralmente, os recursos do financiamento oficial.

Os empréstimos tomados pelo produtor criam laços de dependência pessoal e financeira entre produtor e intermediário, determinando, em última instância, o espaço de atuação de cada agente comprador. Para exercer

essa atividade, o capital comercial se beneficia da política agrícola oficial, contando com recursos do crédito de comercialização (basicamente manipulado por intermediários), além dos recursos de crédito para investimento utilizados no financiamento ao equipamento para beneficiamento e armazenagem.

Apropriando-se de grande parte do excedente gerado na esfera da produção, o capital comercial retira do controle da classe produtora um grande potencial de acumulação, dificultando assim um mais rápido desenvolvimento e modernização das condições de produção na agricultura e viabilizando, em consequência, a permanência de formas de exploração agrícola em processo de extinção no resto do território nacional.

Desse modo, a dupla atuação de parte da classe produtora, enquanto produtores e comerciantes, emerge como o principal fator de diferenciação econômica e social no seio da mesma. Esse fato é constatado quando se observa que grande parte dos intermediários de café também exercem a atividade produtiva (principalmente os intermediários locais), constituindo-se, via de regra, nos maiores produtores locais.

A contrapartida desse processo de diferenciação social é o entrave colocado ao fortalecimento de uma classe produtora regional, com autonomia e poder político suficientes, no sentido de exercer uma significativa pressão a nível federal que resultasse em um maior reatamento de programas especiais na região, trazendo um maior dinamismo e desenvolvimento para a agricultura local.

Há na Região V uma grande pulverização da posse da terra. Esta pulverização acaba por fazer com que a base da produção agrícola consista na pequena propriedade familiar¹, que utiliza-se dos membros da família na

¹Grande parte da produção agrícola do Estado provém das pequenas propriedades como se observa na tabela 3.3.3.

produção agrícola, mantendo-os empregados no meio rural.

Por outro lado a existência de um capital comercial forte acaba por dificultar um processo de tecnificação e modernização destas pequenas propriedades. Neste sentido, a pequena propriedade, ao não se tecnificar, produz de uma forma pouco rentável.

A concorrência com outras produções mais tecnificadas passa a ser insustentável. O caso da produção agrícola do Estado é uma clara evidência da impossibilidade da produção se manter pouco tecnificada e subordinado a um capital comercial pouco penetrante.

Neste sentido, para a manutenção da pequena produção como elemento central da agricultura do Estado do Espírito Santo faz-se necessário uma política de incentivo à modernização da pequena produção.

Cabe ressaltar que a modernização da pequena produção há de ser implementada de uma forma específica. Isto é, a tecnologia deve ser adequada às condições de baixa rentabilidade que vigoram na agricultura. Portanto há de ser uma tecnologia de baixa capitalização e voltada para as condições naturais que vigoram nesta região, e não os pacotes tecnolôgicos de alta capitalização que normalmente são desenvolvidos pelos orgãos federais de incentivo à agricultura.

Além da necessidade de tecnificação da pequena produção, entende-se que, para fortalece-la enquanto principal forma de organizar a produção, há a necessidade da diversificação de sua produção, para diminuir sua suscetibilidade às oscilações de preços.

A viabilização destas propostas necessita de um aprofundamento na pesquisa de tecnologia agrícola voltada para a pequena produção. Por outro lado há também a necessidade de que a assistência técnica seja adequada a esta tecnologia no sentido de que se volte para a difusão e a orientação de sua utilização por parte dos pequenos produtores.

Mas, para que esta modernização seja viável há a necessidade de incentivo ao associativismo dos pequenos produtores. Não na forma usual de cooperativas que acabam por se constituírem empresas que exploram os pequenos produtores. Mas sim formas de associação de pequenos produtores que assim obtenham um maior poder de barganha na venda de seu produto e na compra de insumos.

Estas seriam as principais formas do desenvolvimento econômico e social da Região V, com o intuito básico de elevar o padrão de vida da principal classe social do Estado (os pequenos produtores) e mantê-los no campo.

Para que os fins acima propostos sejam alcançados, há necessidade de estudos suplementares.

Os efeitos da política agrícola no Estado seria o primeiro objeto de aprofundamento, com o fim de captar a dinâmica das transformações da agricultura capixaba.

Este estudo procuraria, por um lado, aprofundar o conhecimento da Região através da observação mais sistemática das principais políticas de modernização da agricultura e das formas de atuação do Estado para alguns produtos mais ligados à pequena produção. Por outro lado, far-se-ia uma pesquisa de campo para observação e análise de qual tem sido o impacto destas políticas no setor rural.

O estudo das políticas e a análise de seu efeito no campo possibilitariam efetuar um Plano de Desenvolvimento mais adequado às necessidades reais da agricultura capixaba.